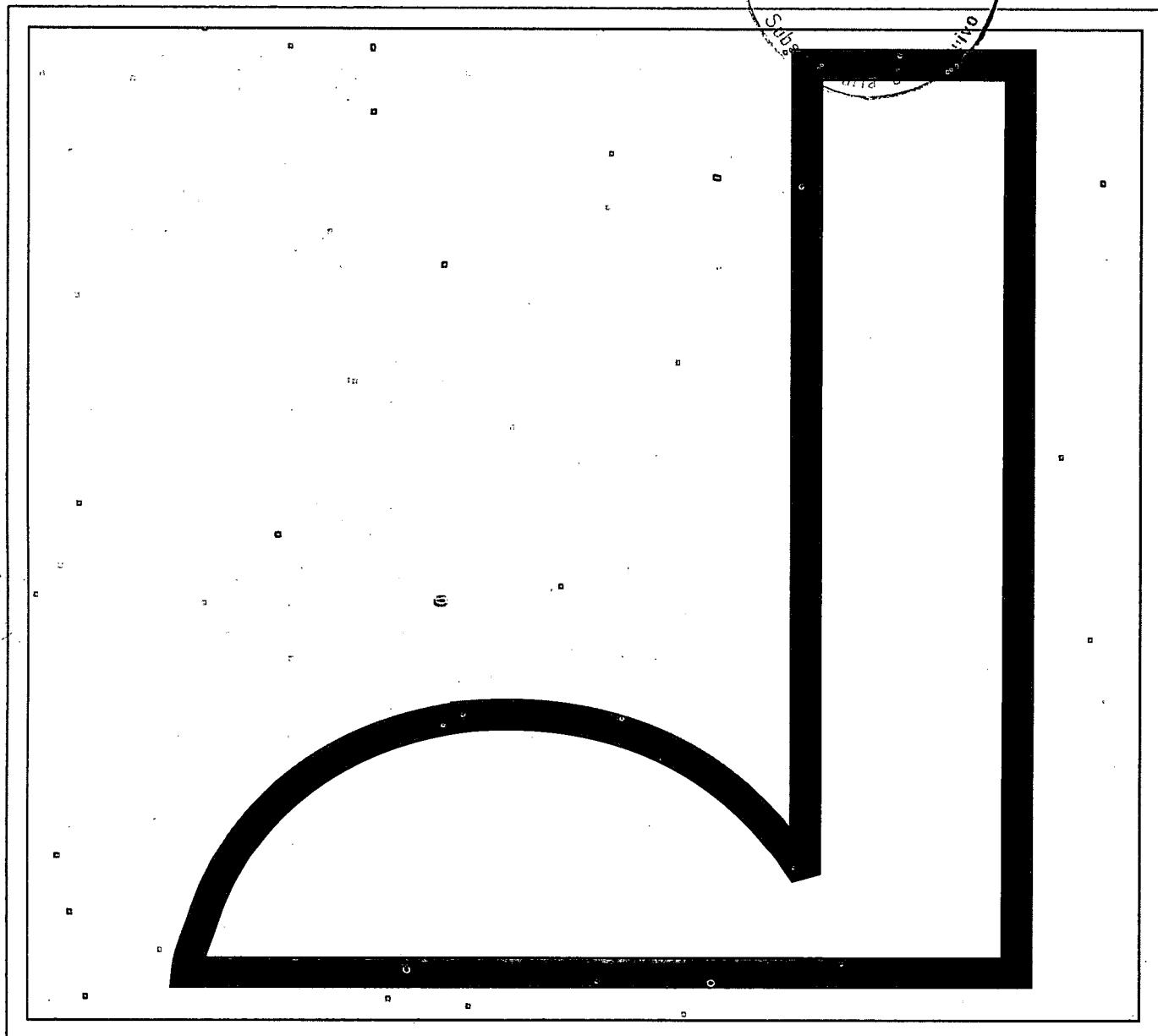


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i>
		LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Arlindo Porto</i> Atualizada em 23-2-99

- (1) Reeletos em 2-4-97
(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 17/99, de 5 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 609, de 1998, do Senador Ernandes Amorim. As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente, e anexadas ao Processo Diverso nº 19, de 1998, voltando à Comissão de Assuntos Sociais e o requerimento vai ao arquivo.....

1.2.2 – Óffícios do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão

Nº 37 e 38/99, de 11 do corrente, encaminhando as informações referentes aos Requerimentos nºs 570 e 586, de 1998, dos Senadores Lúcio Alcântara e Ernandes Amorim, respectivamente. Os requerimentos vão ao Arquivo.....

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, "que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar brigada especial de combate a incêndio florestal nas regiões amazônica e Centro-Oeste. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que revoga o art. 2º, da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que proíbe a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última a decisão terminativa.....

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola

Agrotécnica Federal no Município de Cantá no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03533
Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Normandia no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03534
Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Uiramutã no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03534
Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Alto Alegre no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03535
Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Mucajá no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03535
Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de São João do Baliza no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03535
Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caracaraí no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03536
Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caroebe no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03536
Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola	03536

Agrotécnica Federal no Município de Anauá no Estado de Roraima. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.....	03537	1.3 – ORDEM DO DIA Item 1 Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas I do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação juizados especiais – habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ). Usam da palavra os Srs. Eduardo Suplicy e Francelino Pereira no primeiro dia de discussão em primeiro turno.	03547
1.2.4 – Ofícios Nºs 136, 137 e 138/99 de 24 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.808, 1.810 e 1.809, de 1999, respectivamente	03537	03547
Nº 175/99 de 23 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar a Medida Provisória nº 1783-2, de 1999.	03537	03547
1.2.5 – Discursos do Expediente SENADOR NEY SUASSUNA – Questão conjuntural da seca no Nordeste. Encaminhando à Mesa requerimento, solicitando a reativação da Comissão Temporária para Verificar os Efeitos da Seca no Nordeste.....	03538	Parecer da Comissão de Relações Exteriores e defesa Nacional, relator Senador Joel de Hollanda, sobre a Mensagem nº 221, de 1998 (nº 983/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer a de Embaixador do Brasil junto a Granada. Aprovado. (Votação nominal e secreta.)	03549
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre o agravamento da crise econômica brasileira. Encaminhando requerimento à Mesa, para que seja criada uma Comissão temporária para promover estudos para a redivisão territorial do País.....	03542	03549
SENADOR JEFFERSON PÉRES – Reapresentação do projeto de autoria do ex-Senador Beni Veras, que torna obrigatório a aplicação crescente de recursos na Amazônia e no Nordeste pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.....	03543	Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Pedro Simon, sobre a Mensagem nº 227, de 1998 (nº 973/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de Embaixadora do Brasil junto à República do Casquistão. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. (Votação nominal e secreta.)	03550
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comentários ao texto do Jornalista Sylvo Sebastiani sobre a entrevista dada à televisão CBS pelo megainvestidor Jorge Soros.....	03544	03550
SENADOR ROBERTO FREIRE – Apoio à decisão do Governo do Pernambuco de não aceitar a redução do ICMS para favorecer a indústria automobilística.....	03546	03550
1.2.6 – Requerimentos Nº 42, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a criação de Comissão Temporária, destinada a promover estudos para a redivisão territorial do País. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	03547	Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Relator Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 247, de 1998 (nº 1.347/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Ricardo Drummond de Mello, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua. Aprovado. (Votação nominal e secreta.)	03550
Nº 43, de 1999, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de uma comissão temporária, destinada a verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região Polígono das Secas do Estado de Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, <i>in loco</i> , a execução das medidas de emergência promovidas pelo Governo Federal. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	03547	03550
.....	03547	Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional relatora Senadora Emilia Fernandes, sobre a Mensagem nº 26, de 1999 (nº 1.624/98, na origem), pela qual o Senhor Pre-	03550

sidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Guatemala. **Aprovado.** (Votação nominal e secreta.)

1.3.1 – Requerimento

Nº 44, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Maranhão, Ivar de Figueiredo Saldanha. **Aprovado.**

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA MARINA SILVA – Desafios de S. Ex^a como Líder eleita do Bloco de Oposição no Senado. Comentários à indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central.

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre o acordo firmado pelos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que visam combater a corrupção.....

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Expectativa diante da reunião dos governadores de oposição com o Presidente da República, em busca de um novo pacto federativo. Comentários às sugestões de mudanças nas concepções da relação do trabalho-capital, contidas em documento da CNBB sobre o desemprego.

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Indignação com relação à forma com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ao governador Itamar Franco, quando o comparou ao traidor Joaquim Silvério dos Reis. Críticas à indicação do Sr. Armínio Fraga para a presidência do Banco Central.

SENADOR RAMEZ TEBET – Considerações sobre a importância relevante para o desenvolvimento regional, em particular para o Estado de Mato Grosso do Sul, da inauguração do 1º trecho do Gasoduto Brasil–Bolívia.

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Preocupação com a inviabilidade dos juros praticados ao empréstimo conseguido pelo governo do Tocantins para financiar o projeto que cria o Programa para Investimento na Região do Cerrado – PRODECER. Apelo ao Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, para interceder, junto ao Banco do Brasil, para redução dos juros da parte financiada pelo banco brasileiro.....

1.3.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Necessidade de instaurar debate sério e democrático

com vistas à criação imediata do Comitê Nacional Consultivo de Bioética no âmbito do Congresso Nacional.

03573

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

03575

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 24-2-99.

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 37 de 1999, referente ao servidor Jorge Paulo Funari Alves.....

03577

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 790, de 1999, referente ao servidor Joberto Mattos de Sant'anna.

03578

Nº 791, de 1999, referente à servidora Francisca do Socorro Alves.....

03579

Nº 792, de 1999, referente à servidora Keila Pinto da Silva.

03580

Nº 793, de 1999, referente ao servidor José Pedro Celestino.....

03581

Nº 794, de 1999, referente ao servidor Whildaker Campos de Abreu.....

03582

Nº 795, de 1999, referente ao servidor Lázaro Darque de Almeida.

03583

Nº 796, de 1999, referente ao servidor Osmair Henrique da Silva.

03584

Nº 797, de 1999, referente à servidora Paula Maria Abreu de Barros Monteiro.

03585

Nº 798, de 1999, referente ao servidor Ricardo Luiz Santos Porto.

03586

Nº 799, de 1999, referente ao servidor Ronaldo Rocha Melo.....

03587

Nº 800, de 1999, referente ao servidor Antônio Coelho Ribeiro.

03588

Nº 801, de 1999, referente à servidora Márcia Costa Ramos.

03589

Nº 802, de 1999, referente ao servidor Aurélio Alves Caldeira.

03590

Nº 803, de 1999, referente ao servidor José Elias Gomes de Almeida.

03591

Nº 804, de 1999, referente ao servidor Honorato da Silva Soares.

03592

Nº 805, de 1999, referente ao servidor José Ferreira Mendes.

03593

Nº 806, de 1999, referente à servidora Vanda Maria Barros.

03594

Nº 807, de 1999, referente à servidora Raquel Rocha Lopes.

03595

Nº 808, de 1999, referente ao servidor Luiz Henrique de Faria.

03596

Nºs 809 e 810, de 1999.

03597

Nº 811, de 1999, referente ao servidor Jorge Paulo Funari Alves.....

03599

5 – ATA DO GRUPO BRASILEIRO DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

Reunião realizada no dia 2 de fevereiro de 1999, para eleição do conselho e de sua comissão executiva.....

03600

6 – ATAS DE COMISSÕES

1^a Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 22 de fevereiro de 1995 (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

2^a Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, realizada em 30 de outubro de 1996 (2^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

3^a a 6^a Reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle, realizadas em 5 de junho, 10 de setembro, 15 de outubro e 25 de novembro de 1997, respectivamente (3^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicadas em suplemento "A" à presente edição).

1^a Reunião da Comissão de Educação, realizada em 22 de fevereiro de 1995 (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

7^a a 15^a Reuniões da Comissão de Educação, realizadas em 23 e 30 de maio, 13 e 22 de junho, 24 e 31 de agosto, 21 de setembro, 26 de outubro, e 23 de novembro de 1995, respectivamente (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicadas em suplemento "A" à presente edição).

2^a e 3^a Reuniões da Comissão de Educação, realizadas em 30 de maio e 30 de outubro de 1996, respectivamente (2^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicadas em suplemento "A" à presente edição).

1^a Reunião da Comissão de Educação, realizada em 19 de janeiro de 1999 (7^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

2^a Reunião da Comissão de Educação, realizada em 26 de janeiro de 1999 (7^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

4^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 2^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 16 de março de 1995 (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

6^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 3^a Reunião da Comissão

de Educação, realizadas conjuntamente em 22 de março de 1995 (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

12^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 5^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 3 de maio de 1995 (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

13^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 6^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 4 de maio de 1995 (1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

2^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 1^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 17 de janeiro de 1996 (2^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

5^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 3^a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 3^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 28 de janeiro de 1998 (6^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

7^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 4^a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 4^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 3 de fevereiro de 1998 (6^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

9^a Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 5^a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 5^a Reunião da Comissão de Educação, realizadas conjuntamente em 5 de fevereiro de 1998 (6^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

1^a Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 18 de março de 1998 (4^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

4^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de janeiro de 1999 (7^a Sessão Legislativa Extraordinária da 50^a Legislatura) (Publicada em suplemento "A" à presente edição).

2^a a 9^a, 11^a a 20^a Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 29 de março, 11 e 27 de abril, 3, 11 e 25 de maio, 7, 14, 22 e 29 de junho, 10 e 24 de agosto, 27 de setembro,

1º, 8 e 23 de novembro, e 7 de dezembro de 1995 (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

1ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 23 de janeiro de 1996 (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura) (Publicada em suplemento "B" à presente edição).

1ª a 9ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 29 de fevereiro, 14 e 28 de março, 10 e 17 de abril, 9 e 23 de maio, 20 e 26 de junho de 1996, respectivamente (2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

1ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 11 de julho de 1996 (2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura) (Publicada em suplemento "B" à presente edição).

1ª Reunião da Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a audiência pública para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1995, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 19 de agosto de 1996 (2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicada em suplemento "B" à presente edição).

10ª a 13ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 10 de setembro, 16 e 30 de outubro de 1996 (2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

4ª e 6ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 4 e 11 de fevereiro de 1998, respectivamente (6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

1ª e 2ª, 11ª a 18ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 3 e 11 de março, 3 de junho, 14 e 28 de outubro, 4, 11, 17 e 25 de novembro de 1998 (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada conjuntamente com a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em 26 de novembro de 1998 (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicada em suplemento "B" à presente edição).

20ª e 21ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 2 e 7 de dezembro de 1998, respectivamente (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

1ª a 3ª Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, realizadas em 13, 20 e 27 de janeiro de 1999, respectivamente (7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura) (Publicadas em suplemento "B" à presente edição).

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 2^a Sessão Deliberativa Ordinária em 24 de fevereiro de 1999

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Ademir Andrade e Leomar Quintanilha.*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Ernandes Amorim – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 17/99, de 5 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 609, de 1998 do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente, e anexadas ao Processo Diversos nº 19, de 1998, que estava com a tramitação interrompida.

O requerente vai ao Arquivo.

O processo Diversos nº 19, de 1998, volta à sua tramitação normal e será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIOS

DO MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO

Nº 37/99, de 11 do corrente, encaminhando a resposta aos quesitos 1 e 2 do Requerimento nº 570, de 1998, do Senador Lúcio Alcântara, e esclarecendo que as informações referentes aos itens 3,4,5 e 6, deverão ser solicitadas à Presidência do Banco do Nordeste.

Nº 38/99, de 11 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 586, de 1998 do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 42, DE 1999 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar brigada especial de combate a incêndio florestal nas regiões amazônica e Centro-Oeste:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º Cabem às Forças Armadas as seguintes atribuições subsidiárias:

1 – como atribuição geral: cooperar com o desenvolvimento nacional e defesa civil e do meio ambiente;(NR)

1-A – como atribuições particulares do Exército:

a) contribuir para a formulação e condução da política ambiental, especialmente de prevenção e combate a incêndios na floresta amazônica e na vegetação do cerrado do Centro-Oeste;

b) manter, equipar e operar a Brigada Especial de Combate a Incêndio Florestal, criado por esta Lei Complementar e sediada na Amazônia Legal.

....."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O mundo inteiro assiste estarrecido ao drama do incêndio que está consumindo parte significativa da vegetação do Estado de Roraima, afetando, inclusive, os habitantes das zonas urbanas e das comunidades indígenas que ali residem.

Os meios de comunicação de massa mundiais instigam a consciência ecológica da humanidade na busca de uma solução para esse problema que transcende os limites da preocupação nacional.

Não faltaram críticas internas e externas às autoridades brasileiras, que demoraram a avaliar a dimensão e a gravidade das queimadas de Roraima, pois, somente quando o fogo chamou a atenção da imprensa internacional vieram à tona as recorrentes preocupações da diplomacia e dos militares brasileiros com a ameaça da internacionalização da Amazônia.

Deveremos reconhecer que o incêndio na floresta de Roraima é uma demonstração inequívoca de que faltam ao Governo brasileiro condições operacionais e técnicas para intervir em tragédias ecológicas dessa envergadura.

Com o intuito de evitar que os ecossistemas amazônico e do cerrado brasileiros venham a ser ameaçados novamente, apresentamos este projeto de lei complementar para dotar o País de meios adequados para garantir a defesa da fauna e da flora da região amazônica e do Centro-Oeste contra as calamidades ambientais decorrentes de incêndios em larga escala...

Entendemos que as Forças Armadas são a instituição que melhor pode contribuir para dotar aquelas regiões brasileiras de uma brigada de combate ao incêndio florestal, em razão de sua disciplina militar e presença física em praticamente todo o recôndito território amazônico.

Ademais, o Ministério da Defesa a ser criado com a fusão dos atuais Ministérios militares prevê, em seu organograma, um órgão de defesa do meio ambiente, no mesmo nível organizacional em que se situam as Forças Armadas, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIM), conforme matéria publicada na Folha de S.Paulo em sua edição de 31 de março de 1989 (p.10, Caderno1 – Brasil)

Para tanto, faz-se necessário modificar a Lei Complementar nº 69, de 1991, para atribuir às Forças Armadas papel subsidiário na defesa ambiental, cabendo especificamente às suas forças terrestres integrantes do Exército, mormente as que atuam na Amazônia e no Centro-Oeste, constituir uma brigada especial de combate a incêndio florestal.

Com esse intuito, elaboramos este projeto de lei complementar que acreditamos contar com a acolhida de nossos pares, já que medidas desse gênero contam com a aprovação da opinião pública nacional e internacional.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 69,
DE 23 DE JULHO DE 1991**

Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

CAPÍTULO V

Das Disposições Complementares

Art. 9º Cabem às Forças Armadas as seguintes atribuições subsidiárias:

I – como atribuição geral: cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil;

II – como atribuições particulares da Marinha:

a) orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

b) prover a segurança da navegação aquaviária;

c) contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; e

d) implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e águas interiores; e

III – como atribuições particulares da Aeronáutica:

a) orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

b) prover a segurança da navegação aérea;

c) contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

d) estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial; e

e) operar o Correio Aéreo Nacional.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43 DE 1999

Revoga o art. 2º, da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 2º, da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, ao alterar o art. 16, da Lei nº 5.540, de 28 de dezembro de 1968, que disciplina o processo de escolha dos dirigentes universitários, dispõe, em seu art. 2º, que a recondução permitida ao mesmo cargo é vedada aos que já estivessem exercendo cargos de reitores,

vice-reitores de universidades, diretor e vice de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior, na data da sua publicação.

Ora, tal restrição imposta pela citada norma legal não tem sentido, configurando uma exceção discriminatória contra os bons dirigentes universitários que ficam impedidos de continuar prestando bons serviços à entidade que hoje comandam, só pelo fato de estarem no exercício do cargo naquele dia.

Numa época em que já foi aprovada a possibilidade de reeleição em todos os níveis do Poder Executivo, inclusive para o Presidente da República, é inconcebível que se mantenha dispositivo tão anacrônico na legislação que trata da escolha dos dirigentes universitários.

Estas as razões pelas quais se impõe a revogação do citado dispositivo, objetivo do projeto de lei que tenho a honra de submeter aos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

Art. 2º A recondução prevista no parágrafo único do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a que se refere o artigo 1º desta lei, será vedada aos atuais ocupantes dos cargos expressos no citado dispositivo.

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados far-se-á com observância dos seguintes princípios:

I – O Reitor e o Vice-Reitor de universidade oficial serão nomeados pelo respectivo Governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

II – Quando, na administração superior universitária, houver órgão deliberativo para as atividades de ensino e pesquisa, principalmente se constituído de elementos escolhidos pelos Departamentos, a lista a que se refere o item anterior será organizada em reunião conjunta desse órgão e do Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

III – O Reitor e o Diretor de universidade, unidade universitária ou estabelecimento isolado de caráter particular, serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos.

IV – O Diretor de unidade universitária ou estabelecimento isolado, quando oficial, será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino, salvo nos casos previstos no § 1º deste artigo.

§ 1º Os Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores das instituições de ensino superior, mantidas pela União, salvo o disposto no § 2º deste artigo, serão indicados em listas de seis nomes pelos respectivos colegiados e nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º Será de quatro anos o mandato dos Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores, vedado o exercício de dois mandatos consecutivos.

§ 3º VETADO.

§ 4º Ao Reitor e ao Diretor caberá zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito de suas atribuições, respondendo por abuso ou omissão.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 1999

Proíbe a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada, extraída da Amazônia Legal.

Art. 2º Ficam fixados os seguintes percentuais da exportação de que trata o art. 1º, para cumprimento desta lei:

I – no primeiro ano, após a entrada em vigor desta lei, poderão ser exportados os mesmos quantitativos de madeira referentes ao ano anterior;

II – no segundo ano, a exportação não poderá ultrapassar setenta por cento do que foi exportado no primeiro ano;

III – no terceiro ano, quarenta por cento do primeiro ano;

IV – no quarto ano, dez por cento; e

V – a partir do quinto ano, a proibição será total.

Art. 3º Aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, será aplicada a maior multa prevista na legislação pertinente, sem prejuízo da apreensão da madeira e da ação penal a que responderão os responsáveis pela exportação ilegal.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, num prazo de cento e vinte dias após a sua entrada em vigor

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os níveis de desmatamento das florestas nacionais atingiram patamares insustentáveis e inadmissíveis, e, em grande parte, podem ser creditados à ação nefasta das madeireiras, principalmente internacionais, que, se aproveitando da vulnerabilidade do Poder Público para combatê-las, têm promovido a devastação de nossas florestas, sem dó nem piedade, de modo crescente e galopante.

Isto, além de prejudicar nosso meio ambiente, de dilapidar nossas riquezas vegetais, desperta críticas de governos de outros países, aumentando, ainda mais, a cobiça pela Amazônia e sua consequente internacionalização.

Preocupado com a situação, tenho a honra de submeter à apreciação de meus ilustres pares projeto de lei que proíbe a exportação da madeira em tora, em prancha, ou não acabada, ao mesmo tempo em que dispõe sobre a punição dos responsáveis pela exportação defesa.

Por outro lado, dá um prazo de cinco anos para que se cumpra, gradualmente, os ditames do projeto que, tenho certeza, se transformado em lei, dará um basta a esta espoliação à riqueza nacional.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1999. – Senador Romero Jucá.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Cantá no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Cantá no Estado de Roraima;

Art. 2º – O Poder Executivo pelo Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei;

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão de obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador Mozarildo Cavalcanti.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Normandia no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Normandia no Estado de Roraima;

Art. 2º – O Poder Executivo pelo Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei;

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão de obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador Mozarildo Cavalcanti.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Uiramutá no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Uiramutá no Estado de Roraima;

Art. 2º – O Poder Executivo pelo Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei;

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em muni-

cípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão de obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Alto Alegre no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Alto Alegre no Estado de Roraima;

Art. 2º – O Poder Executivo pelo Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei;

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão de obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Mucajaí no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Mucajaí no Estado de Roraima.

Art. 2º – O Poder Executivo através do Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da Escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão-de-obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de São João do Baliza no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de São João do Baliza no Estado de Roraima.

Art. 2º – O Poder Executivo através do Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no

art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão-de-obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caracaraí no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caracaraí no Estado de Roraima;

Art. 2º – O Poder Executivo pelo Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei;

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de ou-

tro encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão de obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caroebe no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caroebe no Estado de Roraima;

Art. 2º – O Poder Executivo pelo Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei;

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão de obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. –
Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À *Comissão de Educação – decisão terminativa*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1999

Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Anauá no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Anauá no Estado de Roraima.

Art. 2º – O Poder Executivo através do Ministério da Educação adotará as providências necessárias para a implantação da escola mencionada no art. 1º até o exercício financeiro seguinte ao da aprovação da presente lei.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Investir na educação é, sem nenhuma dúvida, o caminho mais seguro para assegurar o desenvolvimento de um povo, de uma região, de um país. O Estado deve cada vez mais buscar desocupar-se de outros encargos para promover uma educação cada vez melhor e mais próxima dos que dela necessitam.

No caso específico da nossa proposição, o que se pretende é levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, no Estado de Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade, que resultará no surgimento de mão-de-obra técnica induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para filhos de pequenos agricultores e pecuaristas daquela distante Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. –
Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À *Comissão de Educação – Decisão Terminativa*)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 136

Brasília, 24 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados João Mendes e João Matos passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e de Suplente, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.808, de 9 de fevereiro de 1999, em substituição aos anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 137

Brasília, 24 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Múcio Sá e João Colaço passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e de Suplente, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.810, de 9 de fevereiro de 1999, em substituição aos anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/Nº 138

Brasília, 24 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Jurandil Juarez e Armando Monteiro passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e de Suplente, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.809, de 9 de fevereiro de 1999, em substituição aos anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF.PSDB/Nº 175/99

Brasília, 23 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Mário Negromonte e José de Abreu, como membros titulares, e Anivaldo

Vale e Marisa Serrano, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1783-2/99.

Atenciosamente,

Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por vinte minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, minha intervenção na tarde de hoje tem por objeto um tema recorrente na minha atuação nesta Casa: o Nordeste, os nordestinos e a crônica falta de água.

Vou dividi-la em duas partes distintas: a primeira, uma abordagem rápida, mas nem por isso superficial, que contempla uma solução estrutural da matéria; na segunda,arei um detalhamento de questões conjunturais atualizadas, de modo a propor medidas voltadas às urgências impostergáveis, como a garantia da sobrevivência hoje, antes de qualquer vislumbre de preocupação com o amanhã, tão grave é a situação dos nossos irmãos que vivem nessa região esquecida por Deus.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, os representantes da região nordestina nesta Casa – entre os quais tenho a honra de me incluir – compartilham a preocupação constante com o desenvolvimento dessa porção brasileira que corresponde, aproximadamente, a um quinto do território nacional, contribuindo, na mesma proporção, para o total da área agricultável do nosso País.

Preocupamo-nos constantemente com a região, por ela abrigar um dos maiores bolsões de pobreza do hemisfério ocidental, onde vivem cerca de 30% da população brasileira.

Sabemos todos que pouco resultado obtiveram as políticas intervencionistas, fragmentadas em ações descontinuadas e dispersas.

Os métodos de intervenção até então aplicados tiveram como objetivo contornar ou minimizar os efeitos das secas freqüentes que desorganizam a fragilizada estrutura de produção da área, mas não lograram resolver a questão básica, que se resume na disponibilidade de água em quantidade, qualidade e oportunidade.

Nesse contexto está inserida a zona semi-árida, onde o flagelo da seca desencadeia desequilíbrios em proporções gigantescas. As chuvas, além de escassas, são extremamente irregulares quanto à distribuição temporal e espacial. O agricultor da região é verdadeiramente um mártir.

Além de não contar com água em disponibilidade suficiente no solo, tem ainda que enfrentar versos caprichos da natureza, pois ora o período chuvoso se antecipa, ora se atrasa, ora concentra-se em alguns poucos dias do ano.

No entanto, apesar de adverso, esse clima é favorável para algumas atividades econômicas, em especial a prática da agricultura irrigada, que já mostrou resultados excelentes na produção de frutas, por exemplo.

Para isso, contudo, é necessário incrementar a disponibilidade de água na região. Sem água, Sr. Presidente, é impossível obter da terra sequer um grão, um fruto, uma raiz!

Temos que buscar incessantemente alternativas de coleta e armazenamento de água para o semi-árido, se quisermos desenvolver a região e eliminar a pobreza crônica do povo que nela habita.

Relegar essa gente à diversidade do clima e às agruras da escassez de água é compactuar com um verdadeiro ato de fraticídio.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, Codevasf, elaborou uma estratégia técnica e política para promover a mudança do perfil socioeconômico da região. Trata-se do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco e do Semi-Árido Nordestino.

Ele consiste, basicamente, na integração e na coordenação das diversas ações estruturadoras programadas pelos vários segmentos do Governo, com ênfase nas áreas energética, agropecuária, hídrica e de transporte, conciliadas com as ações dos setores de saúde, educação, saneamento, meio ambiente, ciência e tecnologia.

Cuidadosamente elaborado para dar resposta definitiva ao grande desafio nacional de promover o desenvolvimento sustentado da região, o Plano tem como objetivos, entre outros:

– o gerenciamento do potencial hídrico, para produzir energia elétrica, permitir a irrigação e outros usos;

– o fortalecimento da infra-estrutura em regiões menos favorecidas;

- a preservação ambiental com a manutenção da biodiversidade;
- a melhoria do nível de vida da população com a criação de milhões de empregos.

Percebe-se que o Plano está fundamentado no fortalecimento da infra-estrutura básica e na utilização e transformação dos recursos naturais, tendo como princípio o potencial hídrico da região, em especial o do rio São Francisco – abro um parêntese para alertar que o rio São Francisco representa 60% das águas do Nordeste.

Para disponibilizar água para a região, foi concebido um Sistema de Distribuição e Captação de Água para Uso Múltiplo, composto por um conjunto de reservatórios interligados por canais, em nível que captam as precipitações locais e percorrem mais de 8.400 quilômetros, disponibilizando água para os Estados do Piauí, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Esse Sistema está em perfeita articulação com o Projeto Pró-água, já em execução, e com o Programa de Irrigação do Vale do São Francisco. Além da irrigação, o Sistema permitirá, também, o fornecimento de água para outros usos econômicos e sociais.

Podemos ver, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que a premissa básica desse Plano da Codevasf é a garantia do suprimento hídrico.

Como o rio São Francisco não oferece a vazão excedente necessária, vão ser buscadas outras fontes de água, que serão transportadas para a Bacia do São Francisco, onde estão previstas obras de armazenamento e regularização no seu curso superior e afluentes. Não há, portanto, risco de se comprometer o setor elétrico.

Canais conectados ao rio São Francisco vão abastecer os principais reservatórios planejados e construídos no semi-árido. Com isso, prevê-se a distribuição de água em quantidade e qualidade, possibilitando o abastecimento humano, animal e o desenvolvimento de atividades produtivas.

Deve-se ressaltar a concordância do Plano com as recomendações da comunidade internacional, no que tange à preservação do meio ambiente.

Afinal, não mais se pode conceber o desenvolvimento de uma região como o Vale do São Francisco sem estar garantida a proteção dos recursos hídricos, da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos.

A Codevasf avalia a proposta como ambiciosa, tanto pela sua dimensão geográfica e humana, quanto

pelos recursos e compromissos que exige. Mas garante que ela é viável, estruturadora e moderna.

Não temos dúvida de que dela poderão resultar benefícios concretos para todos os Estados envolvidos e, por extensão, para o desenvolvimento do Brasil em seu todo.

Quero, no entanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, expressar minha preocupação particular com os efeitos que o Plano da Codevasf possa ter na Paraíba, Estado que tenho a honra de representar no Senado da República.

Sabemos que a Paraíba registra os mais baixos índices de desenvolvimento humano e condições de vida. A extrema carência vigente no Estado exige das autoridades constituídas ações precisas e eficazes em prol do resgate da qualidade de vida de seu povo.

É fundamental, nesse sentido, que o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio São Francisco e do Semi-Árido Nordestino conte com preferencialmente as áreas menos favorecidas de seu entorno, como o é o Estado da Paraíba, e contribua firmemente para fomentar a geração de renda e a difusão de bens de consumo junto à sua população. Essa é a minha expectativa.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, feitas estas considerações que tratam de soluções de natureza estrutural, gostaria de contar com a atenção de V. Ex's para o gravíssimo quadro desenhado na região, especialmente, na Paraíba, em Pernambuco e no Ceará, nos últimos dias, do qual é comprovante inquestionável o racionamento de água para consumo humano em Recife, onde estamos tendo racionamento de água, João Pessoa, capital do meu Estado, na Zona da Mata, que nunca aconteceu. Estou com 57 anos, nunca tinha visto isto ocorrer na Paraíba e em Campina Grande, a minha cidade natal, onde também há racionamento há meses.

A seca não acabou, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, e as chuvas ainda são irregulares e escassas, não cobrindo todos os municípios castigados pela longa estiagem, frustrando o sonho do plantio breve, garantidor do alimento necessário à manutenção da vida.

Para acentuar esse quadro crítico, o programa de ajuste em implementação reduziu quase à metade os recursos orçamentários para a distribuição de cestas básicas às famílias carentes, além de ter retirado o complemento de merenda escolar que era assegurado a cada aluno do ensino fundamental nos 1.350 municípios atendidos pelo Comunidade Solidária.

Segundo a direção da Conab*, órgão executor do Prodea – Programa de Distribuição de Estoques de Alimentos –, os recursos destinados à aquisição das cestas básicas caíram de R\$97 milhões, em 1998, para R\$48,4 milhões neste ano, sendo esperada a redução do atendimento populacional na proporção do corte do orçamento.

Além disso, os municípios atendidos pelo Comunidade Solidária não vão mais receber os R\$0,20 diários para oferecer merenda escolar a cada aluno matriculado no ensino fundamental.

O repasse por aluno nesses municípios, os mais pobres do País, foi reduzido para R\$0,13, mesmo valor que era repassado aos municípios que não faziam parte do programa.

Preocupa-nos, igualmente, a proximidade do término das frentes de emergência, cuja prorrogação, até o início de março, não deverá oferecer os recursos necessários para esperar a chegada das águas em todos os municípios em quantidade e regularidade suficientes para semeadura das novas safras e as respectivas colheitas, sem as quais a sobrevivência seria inviabilizada.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quem assistiu ao noticiário de ontem, na TV Globo, viu que estamos tendo um surto de cólera na Paraíba, bem como em outros Estados nordestinos, sendo que este surto de cólera deve-se principalmente à qualidade da água.

Noticia-se que chove no Nordeste, mas nós, que estamos na Paraíba, sabemos que apenas alguns municípios receberam, até agora, essa chuva: o Cariri, o Curimataú. Ontem mesmo o prefeito de Piancó, no Vale do Piancó, falou-me sobre a aflição: falta água em toda região. E basta dizer que em João Pessoa, nossa capital, está havendo restrição ao consumo de água, bem como em Recife, Pernambuco e Campina Grande. Porém, quando a TV noticia que está chovendo no Nordeste, as autoridades de Brasília acreditam que é verdade e cessam ou diminuem os recursos.

Não queríamos, de maneira alguma, depender de frentes de emergência, pois elas criam vícios, permitindo inclusive a corrupção. Hoje mesmo almocei com o Procurador-Geral do meu Estado, que me disse estar indiciando cerca de 15 prefeitos que desviaram recursos das frentes de trabalho. Não queríamos frentes de trabalho; mas regularidade da água para desenvolver o nosso trabalho. Não queremos esmola, mas o direito de poder trabalhar, o direito que todo brasileiro deve ter. Cada cidadão, pai de família, deve ter o direito de ver o seu filho sendo ali-

mentado pelo seu trabalho, pelo suor do seu rosto, e não estamos vendo isso.

Pedimos que as autoridades, antes de diminuir os recursos, procurem verificar na fonte que municípios não têm água. São muitos: na Paraíba, há falta de água para beber. Começou a chover em alguns municípios; esperamos em Deus que todos tenham chuva, mas, por hora, não é o que está ocorrendo. No entanto, do centro-oeste até o sul, acredita-se que o Nordeste já superou a seca.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao encerrar o meu pronunciamento, gostaria de apresentar – e esta é a base principal do meu discurso – um requerimento solicitando a reativação da comissão temporária deste Senado da República destinada a verificar os efeitos produzidos pela seca no Nordeste.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT-AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Com muita satisfação, Senadora Heloisa Helena.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT-AL) – Senador Ney Suassuna, quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Exª, até porque todos nós, nordestinos, certamente já vivenciamos a angústia que o cotidiano da seca traz a milhares de brasileiros. Desde as nossas infâncias sempre escutamos falar nesse problema, às vezes até cantado em verso e prosa, geralmente nos discursos eleitorais. Quando vejo as imagens que passam na televisão, que V. Exª também vê e com as quais se emociona como nordestino, fico profundamente irritada, muito machucada e indignada, porque essa situação não é nova, sendo muitas vezes escondida nos momentos eleitorais. Sinceramente, gostaria muito de ter visto toda a crueldade por que passa o Nordeste, por que passa o sertão, discutida nos debates eleitorais das campanhas à Presidência da República. A situação do Nordeste não é novidade. Existem estudos, pesquisas e tecnologias, tanto produzidos pelo setor público no Brasil como internacionalmente, para garantir alternativas para o desenvolvimento econômico, aproveitamento dos nossos recursos hídricos e do nosso potencial em áreas agricultáveis, alternativas para a dinamização da economia local e geração de emprego e renda. Tudo isso – nós sabemos – é cantado em verso e prosa no período eleitoral. O Nordeste sempre significou latifúndio imoral, seca violenta e oxigênio, muitas vezes, para a vigarice eleitoral. Isso é muito grave! Quando na televisão se fala em racionamento em algumas áreas ou cidades, nós, nordestinos, sabemos que existem áreas e municípios, como V. Exª sabe e relatou, em que nem

possibilidade de racionamento pode haver, porque as pessoas efetivamente não conseguem encontrar nem uma poça de lama para alimentar os seus animais ou os seus filhos. Sinceramente, fico absolutamente indignada, pois a grande maioria da população só vê essas cenas dolorosas e angustiantes do Nordeste quando transmitidas por alguma grande emissora de televisão. Nós, que somos de lá, que nascemos no Nordeste, no sertão, que convivemos com a miséria que é ser nordestino, ficamos cada vez mais indignados! VI, na semana passada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente da República fazer toda aquela ostentação pública na inauguração do uso de computadores em algumas escolas, meta evidentemente muito aquém, muito abaixo da grande meta anunciada com pompas no ano passado. E claro que sou uma profunda defensora da ciência e da tecnologia. Se existe tecnologia, quer seja o mais simples computador para a criança pobre, quer seja um instrumento para o maior hospital – e o Senador Tião Viana falava ontem do perfil epidemiológico do nosso Brasil –, é claro que entendemos que devemos tê-la. Mas, Senador Ney Suassuna, com a sensibilidade que demonstrou no discurso, V. Ex^a deve concordar que, às vésperas do ano 2000, tínhamos a obrigação de estar falando em modernidade e revolução tecnológica. A modernidade e a revolução tecnológica aparecem em alguns discursos oficiais, enquanto milhares de cidadãos brasileiros estão morrendo de fome e sede. Não se trata de qualquer discurso não! Nem discurso de Situação, nem discurso de Oposição. Isso é uma realidade. Se isso gera muito mais solidariedade nos nossos corações nordestinos, tenho absoluta certeza de que qualquer pessoa de bom senso neste País, independentemente de convicções ideológicas ou de identidade partidária, caso se diga cristã, tem mais obrigação ainda de ter solidariedade. Espero possamos buscar alternativas concretas, ágeis e eficazes para resolver esse problema, porque não adianta pensar demais. Não faltam propostas, nem projetos. V. Ex^a falou do aproveitamento do rio São Francisco. Desde o século passado, em 1877, uma comissão de engenheiros já trabalhava nisso, colocando no papel o aproveitamento do rio São Francisco para o canal de Moxotó, ou para qualquer outro canal. Então, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Ex^a, colocando-me à disposição para qualquer ação que este Senado possa fazer – e tem a obrigação de fazer – no sentido de, ao menos, minimizar o sofrimento da gigantesca maioria da população nordestina. Muito obrigada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado, nobre Senadora. Não resta a menor dúvida de que o aparte de V. Ex^a vai engrandecer o meu

discurso. Eu diria à nobre Senadora que muita coisa já foi feita, mas ainda existe muito por fazer, e cabe a nós, Parlamentares do Nordeste, cobrar essa ação.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Senador Gilvam Borges, ouço V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a tem sido um baluarte na defesa da Região Nordeste. Quero congratular-me com V. Ex^a, não só pelas considerações pertinentes, mas pelo talento, pela insistência, persistência, disposição e garbo com que ocupa a tribuna desta Casa, fazendo as reflexões que faz em sua fala. Portanto, quero que Deus o abençoe e o mantenha sempre assim: disposto, atuante, vibrante e dedicado aos interesses do povo nordestino. Como V. Ex^a ainda tem muito o que falar, encerro as minhas palavras, associando-me às suas preocupações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Obrigado, nobre Senador Gilvam Borges. Fico muito feliz com a benção que V. Ex^a acaba de me dar. V. Ex^a é um homem de fé, e eu também o sou.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, encaminhando à Mesa o requerimento que solicita seja reativada a comissão temporária da seca, a fim de que possamos realmente avaliar o quadro, permitindo a este Senado da República saber, com certeza, se já começou a chover em todo o Nordeste ou se alguns municípios ainda precisam de auxílio. Tal requerimento objetiva ainda possibilitar a apresentação de um plano de obras de estrutura, para que não se gaste a cada ano de seca uma fortuna nas frentes, que somente nos humilha, porque não é agradável o cidadão receber sem ter o que fazer. Não há o que fazer nessas frentes a não ser receber um mísero trocado para a subsistência, pura e simplesmente para a sobrevivência. Pretendemos que o Nordeste passe a ser o celeiro deste País. Temos boa terra, muito sol e precisamos apenas de um pouco mais de cuidado das nossas autoridades para que possamos ser uma área produtiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento de V. Ex^a terá o andamento regimental.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a preocupação com o agravamento da crise enfrentada pelo Brasil, a necessidade da revisão do pacto federativo e a urgência na redução das desigualdades regionais existentes em nosso País têm sido publicamente manifestadas por diversos parlamentares nestes primeiros dias do ano em que se inicia a 51^a Legislatura.

Recém-chegado a esta Casa, onde tenho a honra de representar o Estado de Roraima, ocupo agora a tribuna para falar sobre uma das prioridades que elegi para o meu mandato: a luta pela redivisão territorial do País, fator absolutamente decisivo para o desenvolvimento das Regiões Norte e Centro-Oeste e para reversão do quadro atual de desigualdade que as relega à condição de regiões economicamente menos desenvolvidas do País.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, reduzir os desníveis de desenvolvimento entre as regiões do País tem sido promessa e meta de diversos governantes que conduziram os destinos da Nação brasileira, sobretudo nas últimas décadas. Não obstante as boas intenções, é forçoso reconhecer que o combate à desigualdade não tem alcançado o sucesso esperado. Os desníveis inter-regionais não só permanecem como têm se tornado ainda maiores, principalmente se focalizados sob a ótica social.

Assim, não há dúvida: a busca de um modelo de política territorial que contemple a redivisão do espaço brasileiro, baseado na necessidade de disseminar o desenvolvimento para todo o território nacional, é assunto da maior urgência e atualidade.

Próximo de completar 500 anos do descobrimento, o Brasil, em termos de desenvolvimento, continua litorâneo, concentrado sobretudo no Sul e Sudeste.

Sr. Presidente, a questão da redivisão territorial do Brasil é bastante antiga. Há cerca de dez anos, uma vez mais, o tema voltou à tona. A necessidade de ter uma visão mais moderna da questão geopolítica do País e de conciliar a necessidade de interiorizar a ação governamental com a promoção do desenvolvimento equilibrado do território nacional foi formalmente proclamada pelos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Com essa finalidade, ficou estabelecida, no art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias da

Carta Magna de 1988, a criação da Comissão de Estudos Territoriais.

Em 1989, essa comissão mista, integrada por membros do Congresso Nacional e por representantes do Poder Executivo, voltou a insistir na criação de novas unidades federativas. Seu relatório, tornado público em 1990, sugeriu a redivisão de alguns Estados da Federação, notadamente na Amazônia Legal, apresentando anteprojetos relativos a novas unidades territoriais.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, há que se buscar soluções mais efetivas para a redução dos desníveis regionais, que tornam nosso País tão desigual e socialmente injusto. Bem sabemos que muitos dos recursos públicos destinados a reduzir os desníveis inter e intra-regionais liberados ao longo dos últimos 40 anos escoaram pelos ralos, sem permitir que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste conseguissem atingir os mesmos patamares alcançados pelas demais regiões brasileiras.

Às vésperas da virada do milênio, creio ser necessário que nos empenhemos decisivamente para reduzir as iniquas desigualdades que fazem com que em nosso território coexistam regiões com índices de desenvolvimento idênticos aos dos países mais avançados, e regiões em que esses índices assemelham-se aos dos países mais pobres do Terceiro Mundo. Poucos presidentes tiveram a visão e a iniciativa de ações capazes de levar o desenvolvimento para o interior do País, notadamente para a Região Norte.

Como representante de um Estado da Região Norte do País, conheço de perto os problemas da Amazônia e sei de sua importância estratégica para o Brasil. Essa gigantesca área, que representa quase dois terços do território nacional, é a região menos desenvolvida e a menos populosa do País, mas, por outro lado, é a mais cobiçada internacionalmente.

De características geográficas bem específicas, a Amazônia diferencia-se das demais regiões brasileiras por inúmeros aspectos, entre os quais destacam-se o número e a extensão de seus Estados componentes. Enquanto a Regiões Nordeste, Sul e Sudeste têm Estados com cerca de 200 mil quilômetros quadrados, em média, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, os Estados do Pará, do Amazonas e do Mato Grosso respondem por quase um terço da extensão do País.

Considero que Estados como o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso são ingovernáveis. Por sua dimensão, essas unidades federativas são maiores do que um grande número de países. As enormes dis-

tâncias dentro da mesma unidade federativa dificultam a ação administrativa, resultando na impossibilidade de se implementarem programas consistentes de desenvolvimento e de promoção social.

Sem investimentos adequados, muitos municípios amazonenses, paraenses e mato-grossenses ficam sujeitos a um crescimento desordenado, com consequências extremamente prejudiciais para a sua população e com preocupante comprometimento da preservação ambiental e até mesmo da segurança das fronteiras de nossa Pátria.

Bem sei que pode parecer inoportuno falar em redivisão territorial e propor a criação de novas unidades da Federação em momentos de crise e de grandes dificuldades, como o que vivemos atualmente. Mesmo assim, pretendo submeter proximamente à apreciação dos membros desta Casa projetos que versam sobre essa matéria, devendo o plebiscito necessário para a aprovação da criação dessas unidades ser realizado junto com as eleições municipais de outubro do próximo ano e a implantação dos Estados porventura aprovados no ano 2003, após as eleições gerais do ano 2002.

Pretendo fazê-lo, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, porque creio ser essa a solução para o desenvolvimento do País, da Região Norte e da Região Centro-Oeste.

A criação de Territórios ou de Estados, no Brasil, historicamente, tem demonstrado que as regiões que os integram passaram a apresentar um progresso e um desenvolvimento econômico, social e cultural nunca vistos no período em que eram apenas parte da extensão demográfica dos Estados a que pertenciam.

Sem dúvida, a divisão de um Estado para a formação de novas unidades federativas traz uma série de mudanças para a região em que se localizam, porque elas passam a ter orçamentos próprios e são mais facilmente administradas.

É incontestável o bom resultado da criação dos Territórios do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá e sua posterior transformação em Estados, e os benefícios que se fizeram sentir em toda a região. A criação dos Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins também contribuiu decisivamente para o maior desenvolvimento daquelas promissoras áreas.

Considero que a crise atual não torna inoportuna minha intenção de apresentar os projetos de criação de novas unidades federativas. A criação dessas unidades é uma proposta de execução a médio, senão a longo prazo. Depende da realização de plebiscitos junto aos moradores das áreas a serem

desmembradas e da aprovação do Congresso Nacional.

Pretendo propor a convocação de plebiscito por ocasião das eleições municipais de outubro do ano 2000, a eleição para os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo em 2002 – com as eleições gerais no País – e a implantação das novas unidades em janeiro de 2003, para a criação dos Estados do Solimões, do Tapajós e do Mato Grosso do Norte por desmembramento de municípios dos atuais Estados do Amazonas, do Pará e do Mato Grosso.

Sras e Srs Senadores, estou convicto de que a minha proposta de criação de novas unidades federativas em nosso País pode e deve ser inserida na ampla discussão da reformulação do pacto federativo brasileiro que hoje se impõe. A discussão sobre um novo pacto para a Federação, além dos aspectos tributários, deve passar por uma nova e mais equilibrada feição geopolítica do nosso País.

Ao concluir este meu pronunciamento, gostaria de concluir os membros desta Casa a buscarem soluções efetivas para acabar com as desigualdades que tanto sacrificam as regiões e as populações mais pobres do território nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Arlindo Porto. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Jefferson Péres. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, num momento de recessão como o que vive o País, um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe o Governo para reanimar a economia do País é, sem dúvida, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, um banco que mobiliza recursos maiores do que os do BID e do próprio BIRD – ano passado foram US\$18 bilhões em financiamentos feitos no País. Esse banco, no entanto, não está servindo de ferramenta do processo de desenvolvimento regional, com o objetivo de corrigir ou, pelo menos, reduzir as disparidades inter-regionais.

Ontem o Senador José Eduardo Dutra mostrou neste plenário números que deixam evidente – com os números não se briga, como dizia Tancredo Neves – que, sistematicamente, as Regiões Norte e Nordeste têm perdido posição em termos percentuais. A nossa Região Norte, Senador Gilberto Mesquita – representante também do meu Estado –, recebeu do BNDES, em 1995, 3,15% do total investi-

do; em 1996, esse número caiu para 2,12%; em 1997, para 1,96%; e, no ano passado, até o mês de junho, 1,14% – uma queda sistemática. A Região Nordeste, meu ilustre Presidente, Senador Geraldo Melo: em 1995, 14,03%; em 1996, 13,68%; 1997, 13,35%; ano passado, até junho, 10,69%.

Há alguma coisa errada com os financiamentos do BNDES, não sei se é falta de capilaridade ou se são os agentes repassadores que não estão funcionando. Diga-se, a bem da verdade, que já houve boas iniciativas desse banco, como o PAI – Programa da Amazônia Integrada –, que destinou US\$1 bilhão à Amazônia – na verdade, nem um terço desses recursos foram realmente injetados na Região.

Por isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores – para não me alongar muito, e porque temos de ser propositivos e não apenas críticos – decidi, com a devida permissão do autor, ilustre ex-Senador Beni Veras, hoje Vice-Governador do Ceará, reapresentar um projeto de sua autoria – ele, portanto, é o pai biológico e eu sou o pai adotivo, apenas atualizei o projeto – que torna obrigatória e crescente a participação da Amazônia e do Nordeste nos financiamentos desse banco. Elas seriam crescentes na seguinte ordem: no ano 2000, no mínimo, a proporção seria de 30% para as duas regiões, subindo para 35% e, no terceiro ano, 2002, para 40%.

V. Ex^{as}s dirão: vai ser mais uma lei inócuia, porque o banco não vai cumprir e vai ficar por isso mesmo. O Senador Beni Veras, no entanto, foi muito feliz quando previu solução para esses casos. Vejam o que diz o seguinte artigo:

"Art. 9º – As eventuais frustrações no esforço de obtenção dos limites mínimos estabelecidos no parágrafo único do art. 2º desta lei, por parte da BNDESPAR, implicarão, compulsoriamente, a destinação dos recursos correspondentes ao diferencial entre o montante legalmente estabelecido e o volume de participações efetivamente realizadas, à subscrição do capital social do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e do Banco da Amazônia S. A. – BASA, sendo dois terços desta diferença destinados ao aumento do capital social do BNB e um terço destinado ao aumento do capital social do BASA."

Ou seja, o descumprimento da lei por parte do BNDES não ficaria impune, porque os dois grandes bancos de desenvolvimento da Região se beneficiariam também desses recursos.

Não sei por que, Sr. Presidente, tal projeto foi arquivado por falta de aprovação. Nenhuma das comissões da Casa apreciou o projeto e ele foi arquivado automaticamente, como manda o Regimento.

Faço um apelo a todos os Senadores da Região, do meu Estado e dos demais Estados da Amazônia e do Nordeste, que pelo menos não deixem esse projeto morrer. Que o discutam, o emendem; se for inexecutável, que o rejeitem, mas não o deixem morrer sem discussão, porque, se o projeto for bom e se o emendado ficar melhor, será do maior interesse para as nossas Regiões Nordeste e Amazônica.

Não foi incluída no projeto a Região Centro-Oeste, porque essa Região, ao contrário da nossa, vem crescentemente obtendo um quinhão maior nos financiamentos do BNDES.

Era essa a comunicação que achei do meu dever fazer à Casa. O projeto foi reapresentado ontem e já começou a tramitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o próximo orador inscrito, Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Senador Casildo Maldaner. (Pausa)

Senador Carlos Wilson. (Pausa)

Senador Ademir Andrade. (Pausa)

Senador Jonas Pinheiro. (Pausa)

Senador Ronaldo Cunha Lima. (Pausa)

Senador Romero Jucá. (Pausa)

Senador Gilvam Borges. (Pausa)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Sr. Senador Roberto Requião. V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a comunicação é mais do que inadiável. Recebi esta manhã um texto do Jornalista Sylvio Sebastiani, transcrevendo uma entrevista transmitida pelo canal 30 da TVA, jornal da CBS, com o megainvestidor George Soros, o patrão do Sr. Armínio Fraga, que será sabatinado na sexta-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Apesar de ter dupla nacionalidade – filho de brasileiro e de norte-americana, e apesar de, segundo informações que chegaram ao meu gabinete, ter optado pela nacionalidade norte-americana para poder operar no mercado dos Estados Unidos, o Sr.

Armínio Fraga foi indicado para presidir o Banco Central.

Trago ao conhecimento do Senado a entrevista do Sr. George Soros, porque, conhecendo o patrão, conhiceremos o empregado; conhecendo o preceptor, conhiceremos o discípulo.

O entrevistador apresenta o megainvestidor lendo o seguinte texto:

"George Soros, nascido em Budapeste, filho de pais ricos, bem-educados e judeus. Quando os nazistas ocuparam Budapeste, em 1944, o pai de George Soros era um advogado bem-sucedido. Ele morava numa ilha do Danúbio e gostava de ir ao trabalho numa canoa.

Sabendo que os judeus viriam a ter problemas, ele decidiu separar sua família. Assim, ele comprou documentos falsos e subornou um funcionário federal a ficar com o seu filho de 14 anos, George Soros, e a jurar que era seu afilhado cristão.

Mas a sobrevivência teria um preço alto. Enquanto milhares de judeus húngaros eram embarcados para os campos de concentração, George Soros acompanhava seu falso padrasto em suas batidas, confiscando propriedades dos judeus."

O entrevistador então se dirige diretamente a Soros:

"Soros, você é judeu húngaro que escapou do holocausto, fazendo-se passar por cristão.

Soros: Isto.

Entrevistador: E você viu muitas pessoas sendo enviadas para os campos de concentração.

Soros: Certo. Eu tinha 14 anos e posso dizer que foi quando meu caráter foi formado.

Ent.: Em que sentido?

Soros: Que uma pessoa tem que pensar adiante. Tem que entender e antecipar os fatos, quando se vê ameaçada. Era uma tremenda ameaça do Mal. Era uma experiência muito forte do mal.

Ent.: Pelo que entendi, você saía com o seu protetor que jurava que era o seu afilhado?

Soros: Sim, sim.

Ent.: Saía e o ajudava a confiscar as propriedades dos judeus.

Soros: Sim, isso mesmo.

Ent.: Isto soa como uma experiência que teria enviado muita gente para o divã de um psiquiatra por muitos anos. Foi difícil?

Soros: Não, nem um pouco. Talvez porque a criança não enxerga bem esta conexão, mas não me causava nenhum problema.

Ent.: Nenhum sentimento de culpa?

Soros: Não.

Ent.: Assim, por exemplo: "Sou judeu e aqui estou eu, vendo estas pessoas partirem. Poderia estar indo também. Deveria estar lá". Nada disso?

Soros: Bem, é claro que eu poderia estar do outro lado ou poderia ser um dos que estavam perdendo seus bens. Mas não faz sentido dizer que eu deveria estar lá, por quê? Na verdade é engraçado, mas é mais ou menos como um mercado. Se eu não estivesse fazendo aquilo, outra pessoa estaria. Estando lá ou não eu era apenas um espectador, as propriedades seriam confiscadas do mesmo jeito. Eu não tinha nenhuma participação naquilo. Por isso não tinha sentimento de culpa.

Ent.: Você é religioso?

Soros: Não.

Ent.: Acredita em Deus?

Soros: Não.

Ent.: Soros disse que acredita que Deus foi criado pelo homem, e não o contrário, razão que talvez o leve a pensar que pode corrigir as imperfeições do mundo. Muitas pessoas buscam os conselhos de George Soros, como o presidente da África do Sul, Nelson Mandela.

Soros: o presidente Mandela me perguntou o seguinte: "Como a África do Sul pode se proteger de especuladores como você?" Eu escrevi uma nota para ele, aconselhando sobre o melhor método de evitar que a África do Sul ficasse à mercê dos ataques dos especuladores.

Ent.: É o mesmo que dizer: "Me pare antes que eu mate de novo", não é? Está dizendo: "isso é o que pode fazer para impedir".

Soros: Não importa se sou eu ou outra pessoa, o que acontece no mercado não faz a menor diferença. Não sinto culpa, pois estou engajado numa atividade amoral, que não pode gerar sentimento de culpa".

Esse é o perfil do patrão do Armínio Fraga. O Armínio Fraga que operou o ataque ao baht, na Tai-

lândia, tendo estado lá cinco vezes, levando um país inteiro ao desemprego e à miséria, para que um especulador maximizasse os seus lucros.

Quero encerrar, Sr. Presidente, narrando um fato que aconteceu no Paraná há alguns meses.

Um grupo de pára-quedistas saltava no litoral, num dia nublado. Alguns se recusaram a saltar, considerando o grande perigo pela falta de visibilidade. A intenção era descer nas praias, mas as nuvens baixas ocultavam a visibilidade do solo.

Saltaram assim mesmo alguns rapazes e moças. Um instrutor, tendo furado a camada de nuvens e verificando que se precipitava para as águas do Oceano Atlântico e avaliando mal a altura em que estava, cumpriu uma rotina do pára-quedista: puxou o cordão que o desligava do pára-quedas. Faz-se isso natural e normalmente quando o pára-quedas está a cinco metros da lâmina de água, para que o pára-quedista possa desvincilar-se da vela de seda do pára-quedas que porta. O instrutor avaliou mal a altura e se desligou a 40 metros. Morreu no impacto com a água. Junto com ele, que era o instrutor, repetindo o gesto impensado e avalizando a avaliação malfeita, três rapazes e moças repetiram a mesma operação: desligaram-se do pára-quedas e morreram também no impacto com a água.

Estamos em queda livre. O Brasil está na mão de Soros; o Presidente da República tem tido, claramente, um comportamento verbalmente irresponsável, dizendo impropriedade e demonstrando, com clareza, que não sabe exatamente o que está acontecendo. Quando Soros, depois de conversas com o Ministro da Fazenda, coloca no Banco Central o seu preposto, vejo o Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho, dizer: "Não será o PMDB que, neste momento, negará a aprovação do Armínio Fraga, pois isso traria uma situação pior do que a que estamos vivendo".

Perdoe-me o meu Líder, porém, mais uma vez, entre essa avaliação malfeita, não me desligarei do meu pára-quedas. É preciso sustar a nomeação de Armínio Fraga, é preciso impedir que o capital internacional mate mais. O aviso do Soros está aqui. Se não o impedirem, ele continuará fazendo o que faz, e o capital financeiro reduzirá este País à sua expressão mais simples, liquidando os 50 anos do nacional-desenvolvimentismo num governo de quatro anos. Faço um apelo aos Srs. Senadores no sentido de que abram os olhos, pois não estamos brincando com pouca coisa; o País está numa crise extraordinária, e o Governo está descontrolado. Se a política do Presidente Fernando Henrique fosse alterada completamente hoje, seguramente teríamos mais dois anos de crise, porque já não temos patrimônio, já não temos empresas públicas. Ninguém sabe de

que se compõem os falados R\$30 bilhões de reservas cambiais. São títulos brasileiros? São investimentos de curto prazo?

É preciso que se entenda, neste Congresso Nacional e neste Senado, que estremecem as bases das Forças Armadas, dos nacionalistas, do País inteiro. Não é preciso ter os ouvidos finos para escutar os clamores das ruas, porque esses são os clamores da nacionalidade ferida, da soberania em risco e de um projeto nacional definitivamente sepultado diante de uma certa liberalidade irresponsável dos Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância do tempo.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero trazer ao conhecimento da Casa que o Governo de Pernambuco, por meio do seu Secretário da Fazenda, em muito boa hora, também se rebela contra o acordo para a redução do ICMS.

Anteriormente, já tínhamos conhecimento de que o Estado de Minas, por intermédio do Governador Itamar Franco, também não concordava com essa proposta do Governo Federal.

O Secretário da Fazenda de Pernambuco coloca a questão nos seus devidos termos: todo esse acordo visa a resolver problemas da indústria automobilística como muito facilmente este Governo Federal vem fazendo já há algum tempo. Pouco antes da eleição fez uma redução também de IPI, transformando-se quase num promotor de venda da indústria automobilística, que tem seus pátios cheios. Agora, secundado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pretende tomar essa medida, em vista da questão do desemprego. Muito justo, mas é preciso que se saiba que o desemprego existe em todo o País, e não são Estados que, inclusive, não têm a mesma condição econômica de São Paulo e também sofrem o problema de desemprego que devem ser penalizados, através do agravamento dos seus problemas com a diminuição de suas receitas, já que a própria Receita Federal diz que essa renúncia que o Governo pretende fazer pode significar di-

minuição de arrecadação. Inclusive, um dos formuladores desse acordo, o Secretário-Adjunto Pedro Parente, diz que o acordo será suspenso caso haja perda de receita.

Talvez esse seja um bom momento para que se discuta – e os Governadores estarão com o Presidente da República na sexta-feira –, a partir desse fato, uma política industrial para o País que vise a retomada de crescimento, o combate ao desemprego, discutindo efetivamente até mesmo a renúncia fiscal para que isso possa ocorrer, mas tudo isso a nível nacional e não para beneficiar o Estado de São Paulo, a indústria automobilística e os trabalhadores do ABC. Isso evidentemente é algo justo de ser discutido, mas pelo País como um todo, porque isso não é um problema só de São Paulo, mas um problema nacional.

Queria, portanto, trazer esse fato ao conhecimento da Casa e dizer que isso pode fazer com que a reunião de sexta-feira tenha talvez um aspecto mais positivo para a Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 42, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 71 e 74, a, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada uma Comissão Temporária, composta por sete Senadores, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de promover estudos para a redivisão territorial do País, devendo especificamente:

1 – analisar o relatório da Comissão de Estudos Territoriais criada pela Constituição no art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias;

2 – analisar todas as propostas relativamente à criação de novas Unidades da Federação (Territórios Federais e Estados);

3 – propor uma nova divisão territorial do País, capaz de induzir um equilibrado desenvolvimento das diversas regiões geográficas e uma mais moderna feição geopolítica da Federação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 43, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de 9 Senadores e igual número de suplentes, destinada

a, no prazo de 1 (um) ano e com um orçamento previsto em R\$100.000,00 (cem mil reais), verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região Polígono das Secas do Estado de Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, *in loco*, a execução das medidas de emergência promovidas pelo Governo Federal, indicar a adoção de providências que pareçam oportunas e elaborar as diretrizes de um Plano de Ação para implementação de políticas públicas, a serem encaminhadas ao Poder Executivo.

Justificação

O fenômeno da seca, que atinge o Nordeste brasileiro e parte da região de Minas Gerais, periodicamente sensibiliza a Nação e mobiliza recursos emergenciais, tem merecido por parte dos sucessivos governos um tratamento muito mais voltado a remediar do que a prevenir danosos efeitos.

Na legislatura passada foi criada uma comissão com a finalidade de questionar esse fenômeno, tendo sido extinta com o término daquela legislatura.

Como o fenômeno da seca perdura, se faz mister que seja recriada a referida comissão, sendo que a documentação já existente e o que foi apurado na audiência pública realizada no Estado da Paraíba servirão de sustentáculo para o início dos trabalhos da comissão. Ainda se justifica o orçamento acima previsto em razão da comissão ter de se deslocar para a realização de diligências, *in loco*, bem como para a realização de seminários regionais.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. – Senadores **Ney Suassuna** – **Sérgio Machado** – **Francelino Pereira**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 37, de 1999 – art. 281 do Regimento Interno)

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 1, de 1999. (nº 526/97, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação juizados especiais – **habeas corpus** tribunal superior STF e tribunal estadual STJ), tendo

Parecer favorável, sob nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, dos Srs. Senadores.

Transcorre hoje o primeiro dia de discussão.

Em discussão a proposta.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supilcy para discutir. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de iniciativa do Presidente da República que tem por escopo inserir, no âmbito da Justiça Federal, a criação de juizados especiais. Esses órgãos jurisdicionais já encontram previsão constitucional e legislação infra-constitucional que regula o seu funcionamento na esfera da Justiça Estadual. Ocorre que o constituinte omitiu essa figura no que concerne à Justiça Federal. Os juizados especiais buscam agilizar a prestação jurisdicional por meio de rito simplificado, sumarizado, com ênfase em procedimentos conciliatórios. Assim, contenciosos pertinentes, por exemplo, a benefícios previdenciários poderiam ser resolvidos definitivamente de forma mais célere.

A proposta trata ainda do deslocamento do Supremo Tribunal Federal para o Superior Tribunal de Justiça no julgamento de **habeas corpus**, quando a autoridade coatora é órgão colegiado de tribunal estadual. O STJ já é o órgão competente para o julgamento de decisões monocráticas emanadas de juízes que compõem tribunais estaduais. A proposta é, nesse particular, tecnicamente adequada e plenamente justificável no que diz respeito à criação dos referidos juizados especiais. Por isto, recomendamos a votação favorável.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta emenda que estamos discutindo – hoje é o primeiro debate no plenário do Senado – tem uma grande significação. Em primeiro lugar porque é mais um indício, bastante vidente, da reforma do Poder Judiciário, que, hoje ou amanhã, virá, até mesmo como uma imposição, como um pleito da sociedade democrática que, cada vez mais, se instala e fala bem alto perante esta Nação.

O acesso à Justiça vem crescendo de uma forma impressionante. As camadas mais pobres do País vêm revelando o conhecimento de que podem recorrer à Justiça para pleitear a solução ou, pelo menos, o debate de seus problemas e inconformidades. Por isso mesmo, Sr. Presidente, essa emenda constitucional acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição para estabelecer que uma lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. Atualmente, juizados especiais, criados pela Lei nº 9.099, de 1995, estão restritos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios. A proposta quer que esses juizados sejam também criados no âmbito da União.

Altera dispositivos da Constituição: arts. 102, inciso I, alínea "i", e 105, inciso I, alínea "c", que tratam da competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre **habeas corpus**, para determinar que o Supremo poderá julgar o **habeas corpus** quando o coator for tribunal superior, enquanto o STJ terá competência para julgar **habeas corpus** quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição.

Embora o Superior Tribunal de Justiça possa julgar **habeas corpus** quando o coator for desembargador, a atribuição passa a ser privativa do Supremo Tribunal Federal quando o coator for o colegiado, ou seja, o tribunal ao qual pertence o desembargador. Com a PEC, essa competência passa à órbita do Superior Tribunal de Justiça, que continuará com sua atribuição apenas em relação aos tribunais superiores, inclusive ao próprio Superior Tribunal de Justiça.

Sr. Presidente, essa emenda constitucional se alinha aos dois projetos que já votamos aqui neste plenário, ambos relatados pelo Senador que se encontra na tribuna. O primeiro criou trinta e seis varas

na Justiça Federal, muitas delas em meu Estado, Minas Gerais. O último, que votamos no derradeiro dia de nossos trabalhos na Legislatura passada, criou mais cem varas federais. A novidade constante do último projeto, que transitou rapidamente, é que a metade das cem juntas federais foi destinada a execuções fiscais. É claro que toda a sociedade acompanha esse projeto com interesse. Representantes da imprensa de alguns Estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros – conversaram conosco várias vezes sempre querendo saber se as cinqüenta juntas de execuções fiscais se destinavam a aumentar a arrecadação das empresas que não recolhiam devidamente seus impostos.

Quero revelar que as varas criadas e sancionadas ontem pelo Senhor Presidente têm, realmente, uma grande significação, mas não exoneram o Governo Federal de ficar atento à fase administrativa. Se isso não ocorrer, quando os processos forem julgados, as varas não terão resultados positivos, pois as pequenas empresas terão outros interesses desconhecidos e as grandes estarão em situação falimentar.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira usar da palavra a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

MENSAGEM Nº 221, DE 1998
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Joel de Holanda, sobre a Mensagem nº 221, de 1998 (nº 983/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer a de Embaixador do Brasil junto a Granada.

Convido os Srs. Senadores que estão em outras dependências para virem ao plenário. A votação será nominal.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a indicação do Sr. Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana e, cumulativamente, a de Embaixador do Brasil junto a Granada, obteve a aprovação unânime, com 11 votos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Peço aos Srs. Senadores que aguardem enquanto se prepara o sistema eletrônico. (Pausa)

Os Srs. Senadores já podem votar.

Quero comunicar aos Srs. Senadores, principalmente aos que ainda não participaram desse tipo de votação, que primeiro devem digitar a senha e, em seguida, o botão verde, ou aguardar no visor o surgimento do nome, teclar o nome, escolher o voto desejado, aguardar a confirmação e observar no painel se o nome já está registrado.

(Procede-se à votação nominal e secreta)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 62 Srs. Senadores; e NÃO 3 Senadores.

Não houve abstenções.

Total: 65 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de um pormenor. Falo em nome dos três Senadores do Rio de Janeiro. A pessoa que reorganizou os painéis da Casa não levou em consideração nossa colocação no plenário. Não é o caso de todos os Estados, mas nós, do Rio de Janeiro, ficamos absolutamente impossibilitados de ver ou acompanhar a nossa votação – sobretudo o Senador Saturnino Braga e eu. Mesmo assim, o Senador Geraldo Cândido, o menos afetado pela referida modificação, já sofreu dois torcicolos bastante dolorosos desde que foi reinstalada a Legislatura. Desse

modo, peço à Mesa que verifique a possibilidade de colocar, no espaço que existe no painel embaixo do lugar destinado aos Senadores de Roraima, os nomes dos Senadores do Rio de Janeiro. Agradeço a V. Ex^a pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Evidentemente, a Mesa procurará fazer o melhor possível. Entretanto, não posso garantir ainda a V. Ex^a se será aquele espaço, pois atrás de V. Ex^a há outros Senadores que também não devem querer torcicolos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, não vou dialogar com a Mesa. Não se trata de trocar de lugar com alguém que fique mal instalado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Vou providenciar da melhor maneira possível. Confesso que penso que a organização anterior era muito melhor. A atual foi feita pela ordem de criação de Estados. Não sei se foi até para agradar à Bahia, mas a ordem anterior era melhor.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o único aspecto positivo da atual colocação é que estamos abaixo da Bahia. Tirando esse, não há outro. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Como V. Ex^a também é baiano, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 3:**

MENSAGEM Nº 227, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, sobre a Mensagem nº 227, de 1998 (nº 973/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de Embaixadora do Brasil junto à República do Casquistão.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a indicação da Sra Thereza Maria Machado Quintella para exercer,

cumulativamente, o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia e a de Embaixadora do Brasil junto à República do Casquistão, obteve aprovação unânime.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Continua a discussão o parecer.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP)

Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, felizmente, está havendo a votação de duas embaixadoras dos quadros do Itamaraty: a Sra Thereza Maria Machado Quintella, para acumular a função de Embaixadora não apenas junto à Federação da Rússia, mas também junto à República do Casquistão. O item 5 trata da indicação da Sra Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães para a República da Guatemala.

Considero importante que tenhamos sempre mais a presença da mulher em funções de primeira grandeza, como a de Embaixadora. Atualmente, há seis Embaixadoras no quadro do Itamaraty, e gostaríamos que esse avanço continuasse.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal e secreta)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 63 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Houve 2 abstenções.

Total: 68 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 4:**

MENSAGEM Nº 247, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 247, de 1998 (nº 1.347/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Ricardo

Drummond de Mello, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB.
Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a indicação do Sr. Ricardo Drummond de Mello, Ministro de Segunda Classe, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua, obteve aprovação unânime.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Votaram SIM 63 Srs. Senadores; e NÃO 4.

Houve uma abstenção.

Total: 68 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 5:

MENSAGEM Nº 26, DE 1999

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, sobre a Mensagem nº 26, de 1999 (nº 1.624/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Guatemala.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB.
Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sras e Srs. Senadores, a indicação da Sra Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Guatemala, obteve aprovação unânime.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Votaram Sim 63 Srs. Senadores e Não, 3.

Houve 2 abstenções.

Total: 68 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Comunico aos Srs. Senadores que sexta-feira não haverá sessão deliberativa. A sessão será normal, mas não deliberativa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 44, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Governador do Maranhão, Ivar de Figueiredo Salданha.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado e à Assembléia Legislativa do Maranhão.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1999. –
Edison Lobão – Bello Parga – José Sarney – João Alberto de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra, como Líder, à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ter sido escolhida Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado e Líder do Bloco de Oposição constitui, para mim, um grande desafio.

E, como sou uma mulher de fé, diante de tamanho desafio, peço primeiro a ajuda de Deus. Assumir essa tarefa é motivo de muito orgulho, principalmente porque vou liderar um Bloco de valorosos partidos, que têm uma grande contribuição na construção da democracia brasileira, bem como no campo de inúmeras conquistas sociais. O peso dessa responsabilidade política seria bem maior se o meu entendimento sobre o exercício da liderança não fosse como vou discorrer a seguir.

Para mim, o exercício da Liderança não constitui o desejo ansioso de ser aquele que tem a autoria das conquistas ou a exclusividade da iniciativa das proposições. Do meu ponto de vista, o Líder é aquele que é capaz de não querer assumir a função de substituir os liderados; até porque, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, seria impossível substituir valorosos nomes como de Roberto Freire, Eduardo Suplicy, Sebastião Rocha, Emilia Fernandes, Antônio Carlos Valadares, Jefferson Péres e tantos Colegas que compõem a bancada do Bloco da Oposição no Senado da República.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento de muitas dificuldades do ponto de vista político, econômico e social em nosso País, que nos exige um papel muito importante na condição de sermos oposição. A nossa compreensão de oposição consiste em continuarmos fazendo aquilo com que historicamente nos firmamos na democracia brasileira, que é levantar os problemas e fazermos o diagnóstico e, mas, acima de tudo, pela maturidade política que temos, apresentarmos alternativas para a solução desses problemas.

No decorrer de todos esses anos, os partidos que compõem esse Bloco foram capazes de, além de construir os baluartes da democracia, resistindo em muitos momentos de dificuldade, como na época da ditadura e nos momentos de crises políticas por que atravessamos, como no **impeachment**, apresentar alternativas e nos manter numa posição de responsabilidade pelos destinos do nosso País.

E são esses partidos que, neste momento, também se atribuem o desafio de responder à crise que estamos vivendo, até porque temos sób nossa responsabi-

lidade, em seis Estados da Federação, governadores que também têm de dar respostas para a crise.

No entanto, fazemos uma diferença: a crise que hoje acontece em nosso País foi devidamente alertada pelos partidos, pelas lideranças, pelo movimento social há mais de dois anos; numa época em que era difícil fazer críticas à política econômica do governo. Criticar a política econômica do governo muitas vezes parecia estar cometendo uma blasfêmia contra o mito da estabilização econômica e contra o mito da moeda forte. E, exatamente dois anos depois, tudo aquilo que dizíamos que poderia acontecer aconteceu, não porque fôssemos profetas do mal, mas porque sabíamos que, do ponto de vista da história, os elementos que já estavam postos eram mais do que suficientes para que se chegassem à conclusão de que este País não resistiria ao caminho que estava seguindo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é motivo de muita tristeza, para mim perceber que, após alguns meses da eleição presidencial, tenha sido anunciado à população que este País está vivendo uma crise.

Lembro-me que, à época da disputa eleitoral, diziam-nos que era fundamental a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso para que continuássemos com uma moeda forte, para que permanecesse a estabilização econômica, para que a classe média mantivesse o seu patamar econômico. Alguns meses após a eleição, estamos vendo exatamente o contrário.

Naquele momento, era anunciado à Nação brasileira que estávamos vivendo um momento de bonança e que a única possibilidade de tempestade seria se ganhassem os paladinos do caos – diga-se Lula e Brizola. A única possibilidade de essa bonança se transformar em tempestade seria se esse outro projeto viesse a ser vitorioso.

Lula e Brizola não ganharam as eleições. Então, como podemos explicar que a âncora cambial tenha-se transformado numa bóia flutuante, à deriva das especulações do mercado? Como explicar que o nosso País tenha tido uma queda de 4,8% no seu Produto Interno Bruto e que, este ano de 1999, pode ser semelhante a 1980? Como explicar que, num momento como este, a Nação inteira ouça a tão propalada desvalorização da nossa moeda, o que, antes, soava como um mito inquebrantável?

Minhas senhoras e meus senhores, ou a equipe econômica do Governo falseava a verdade no momento da disputa política ou, então, estava ali uma enorme incompetência, porque mesmo um leigo seria capaz de analisar o que estava acontecen-

do. Não sou economista, sou apenas professora secundária de História, mas, com os poucos elementos que aprendi em economia política, eu era capaz de vislumbrar que o caminho tomado nos levaria a essa situação de crise.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Permite V. Ex^a um aparte, Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao ilustre Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB-DF) – Senadora Marina Silva, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la por assumir a Liderança do Bloco de Oposição, a Liderança do seu Partido, que é o maior Partido de Oposição nesta Casa. Devo dizer que V. Ex^a tem de todos nós, seus colegas de Senado, mais do que um merecido respeito, uma relação de amizade até. Temos muito respeito pela história de V. Ex^a, uma história que mostra inclusive o caráter libertário e democrático do nosso País, uma história que mostra a força, a pujança do povo brasileiro. A presença de V. Ex^a nesta Casa como Senadora, e agora como Líder do seu Partido, é um momento importante da vida democrática. Eu gostaria de saudá-la por isso. Em segundo lugar, Senadora, eu gostaria de registrar – e o faço com o maior cuidado porque este é o primeiro pronunciamento de V. Ex^a na Liderança – que discordo de um aspecto do entendimento de V. Ex^a. Não penso ser este ainda o momento de uma discussão mais aprofundada, num momento grave que o País vive. Mas discordo, em primeiro lugar, de que o País não conhecia a gravidade da situação. O próprio Presidente da República, 37 dias antes da eleição, convocou uma cadeia de rádio e televisão e teve a coragem de dizer que a crise econômica internacional e, principalmente, a moratória da Rússia afetava países emergentes como o Brasil e que isso geraria, como acabou gerando, a necessidade de medidas duras, muitas delas antipopulares. O Presidente foi claro ao fazer essa afirmação ainda antes da eleição. Em segundo lugar, Senadora Marina Silva, o que a sociedade brasileira espera de todos nós, de nós que fazemos parte da base de sustentação do Governo e dos que fazem parte da Oposição neste momento, é uma saudável discussão em torno da possibilidade de solução. O que é que juntos podemos fazer para os necessários ajustes, para as eventuais mudanças de curso, a fim de que o País possa voltar a ser um modelo de crescimento econômico, para que possamos, a partir das nossas responsabilidades políticas, gerar mais tranquilidade aos que trabalham, aos que produzem neste País.

Eram essas as minhas palavras. Lamento discordar dessa parte do pronunciamento de V. Ex^a, mas era preciso fazer esse registro. O importante desse meu aparte é cumprimentá-la e desejar muito êxito no seu trabalho como Líder e a certeza de que, em todos os nossos debates e inclusive nas eventuais discordâncias, haveremos de manter esse nível que dá o tom do seu pronunciamento.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e a deferência feita a minha pessoa.

Quero registrar que, como prática política, tenho o hábito de não confundir a divergência que possamos ter no campo das idéias com a relação pessoal. Isso é muito salutar. Mas fico feliz que V. Ex^a, neste momento, manifeste a vontade da sociedade, no sentido de que ela espera da nossa parte o debate sobre os problemas atuais do País, até porque, como Líder do Bloco de Oposição, talvez a minha função e as comparações que farei não sejam muito da minha área, mas a de uma técnica de um time de futebol, que, creio, joga neste Plenário com apenas 18% da quantidade dos elementos do outro time. Fomos delegados pela sociedade brasileira para viver o jogo, porque, no campo da democracia, o que deveria prevalecer, no meu entendimento, não é a quantidade, e sim a qualidade.

É por isso que fico feliz quando V. Ex^a conclama a Nação para o debate dos problemas brasileiros, pois esta Casa tem uma responsabilidade muito grande em instituir o debate. Nesse caso, proponho algumas regras diferenciadas para o jogo: em vez de termos aqui aquela velha forma do argumento da autoridade, devemos buscar a autoridade do argumento. Nem sempre terei a autoridade do argumento, mas jamais vou querer lançar mão do argumento da autoridade, porque, assim, estaria sendo contra os meus princípios. Em vez de adotarmos a velha prática da imposição da maioria da vontade dos eleitos, vamos instituir a maioria da vontade dos cidadãos que compõem a sociedade brasileira, para que possamos atender àquilo que muito bem tipificou o Presidente da República: vamos ter a voz rouca das ruas falando dentro deste Plenário muito fundo no nosso coração, para que possamos responder aos problemas desta Nação. Em vez de adotarmos nesta Casa a velha prática dos debates a partir dos nossos referenciais de valores, das nossas interpretações que negam a antologia dos fatos, vamos nos ater aos fatos.

Se se faz necessária a criação de uma CPI, não vamos dizer que este problema é menos relevante para nos livrarmos da CPI. Vamos mudar as regras do jogo no sentido do bom combate, no sentido de fazermos desta Casa um espaço onde preva-

leça a democracia, o sentido do parlar, do convencimento antes de qualquer outra atitude. Dessa forma, estaremos dando a contribuição que a sociedade brasileira espera do Congresso Nacional.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Marina Silva, quero cumprimentá-la por este primeiro pronunciamento como Líder do PT e do Bloco da Oposição. V. Ex^a já expressa a força da sua forma de agir. Com isso, tem conquistado o respeito da sociedade brasileira e, sobretudo, do Senado Federal. Temos aprendido com a maneira segundo a qual V. Ex^a expõe seus argumentos e os paralelos que faz tantas vezes lembrando a floresta da região amazônica, as águas dos rios da Amazônia, as mudanças de tempo naquela região ou a Bíblia, que V. Ex^a conhece tão bem pela sua formação religiosa.

Gostaria também de ressaltar a importância do procedimento que V. Ex^a está sugerindo à Casa no sentido de que haja aqui uma maneira de sempre podermos convencer nossos pares com a força de nossos argumentos e daí que realmente possa representar a razão maior, e não tanto por força de atos de autoridade. Justamente hoje, Senadora Marina Silva, V. Ex^a pôde acompanhar, na Comissão de Assuntos Econômicos, o posicionamento do Bloco de Oposição, que resultou, inclusive, de nossa primeira reunião de trabalho na manhã de ontem, quando chegamos à conclusão de que, para bem argüirmos a pessoa indicada para a Presidência do Banco Central, o Sr. Armínio Fraga Neto, seria próprio que antes a Comissão de Assuntos Econômicos pudesse ter todos os elementos de análise e ouvisse o Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan, bem como o Sr. Francisco Lopes, que teve o seu nome aprovado aqui e logo foi destituído, antes mesmo que tivesse tomado posse na Presidência do Banco Central. A Comissão de Assuntos Econômicos, por seu Presidente, Senador Fernando Bezerra, houve por bem possibilitar a discussão, ocasião em que os Senadores Roberto Saturnino, José Eduardo Dutra e eu argumentamos sobre a importância da vinda, sobretudo, do Ministro da Fazenda. Contudo, a maioria da Casa, que compõe a base governamental, julgou que não deveríamos convocar o Ministro da Fazenda. Ainda assim, quero sugerir que possa o Ministro Pedro Malan, por ocasião da argüição de Armínio Fraga Neto, na próxima sexta-feira, acompanhá-lo e, a qualquer momento, esclarecer os episódios que levaram à substituição do Sr. Francisco Lopes por Armínio Fraga, já que o Senado, até por uma questão de respeito, merece ter todas as informações sobre alguns aspec-

tos dessa decisão tão importante. Então, se a base governamental avaliou por bem que não fosse convocado o Ministro da Fazenda nesta ocasião, considero que seria próprio que, espontaneamente, S. Ex^a comparecesse acompanhando o Presidente indicado, Armínio Fraga, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, sexta-feira às 9h, a fim de responder às perguntas que os Senadores gostariam, em nome do povo brasileiro, que ficassem esclarecidas.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a é um homem determinado e interessado nos assuntos da economia do País e teve o cuidado em convidar tanto o Ministro Pedro Malan quanto o economista Chico Lopes para que prestassem esclarecimentos sobre as razões da saída do recém-nomeado Presidente do Banco Central, mesmo antes de tomar posse, tendo sido argüido por esta Casa e aprovado pelos Srs. Senadores e, em seguida, antes de tomar posse, foi destituído do cargo, colocando o Senado numa situação constrangedora. Entendo a preocupação de V. Ex^a no sentido de tomar cuidado para que não tenhamos no Banco Central um efeito supernova, em que a estrela, tendo consumido toda a sua matéria, não existe mais, mas o seu brilho continua a ser percebido por nós, a bilhões de anos-luz. Na verdade, o Senado aprovou uma supernova para o Banco Central, pois, na origem, ele não existia, segundo os argumentos apresentados ontem por V. Ex^a e pelo Senador Roberto Freire, mas ainda víamos o reflexo de um Presidente do Banco Central, cuja saída, em seguida mesmo à sua aprovação pelo Senado Federal, já estava sendo articulada.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Eminente Líder e Senadora Marina Silva quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Ex^a pela investidura no cargo de Líder do Partido dos Trabalhadores e, também, no cargo de líder do Bloco de Oposição, formulando os melhores votos para que dê continuidade ao profícuo trabalho de seus antecessores, os nobres Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy. A meu ver, é extremamente interessante a sua colocação com relação à força da argumentação, da autoridade da argumentação. Tenho a certeza de que nossas relações, na qualidade de Líderes e colegas do Senado Federal, se manterão sempre neste elevado patamar a que V. Ex^a tão bem se refere. Aliás, devo dizer que, a exemplo dos últimos quatro anos,

trilharemos caminhos de opiniões divergentes. No entanto, em muitas ocasiões, nossos caminhos convergiram, após entendimentos, nos levando a uma noção comum de que o que está acima de todos é o nosso Brasil. Por isso mesmo, entendo que, no presente discurso de V. Ex^a, todos temos o maior interesse de superar esses momentos, essas crises. Receba, portanto, a afirmação da Liderança do Partido da Frente Liberal de votos de que sejam estes dois anos de mandato, como Líder, anos de muitas conversas, diálogo e entendimentos, e, quando isso não for possível, que cada um tome a sua posição em favor do Brasil. Era meu desejo neste primeiro aparte à nova Líder, reiterando meus votos de sucesso na missão.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte V. Ex^a, em que percebo uma admoestação. Estou aqui ocupando o lugar que foi preenchido de forma brilhante pelos valorosos colegas Senadores Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra. Faço, então, como Salomão, com a desvantagem de não ter a sua sabedoria, quando foi conclamado a substituir seu pai, o Rei Davi, que indagou: O que faço agora diante deste valoroso povo, substituindo o meu pai? O que faço agora após a gestão desses dois valorosos homens?

Todavia, como disse anteriormente, meu papel aqui é o de uma técnica de um time de futebol: o importante é que os jogadores entrem em campo para fazer o melhor. Talvez, em alguns momentos, eu tenha que me recolher, mas, com certeza, lutarei para dar a minha contribuição, principalmente no sentido apontado por V. Ex^a, até porque a minha visão de política se enquadra perfeitamente na minha visão de meio ambiente. Advogo que a sustentabilidade da ação econômica na relação com a natureza possa ser também transferida para as relações políticas. O conceito de sustentabilidade deve e pode ser também realizado na política em cima de princípios éticos duradouros, em cima de uma relação ética que nos coloca no mesmo patamar diante de questões que nos são fundamentais; é possível estabelecermos alianças que sejam pontuais e passageiras – e esta Casa é o exemplo de que isso, em muitos momentos, tem acontecido –, com o que seremos capazes de abrir a possibilidade de formarmos alianças futuras.

Nesse sentido, Senador, pode ter a certeza de que o Bloco de Oposição no Congresso, muito embora em muitos momentos divergindo dos representantes do Governo nesta Casa irão sempre buscar os melhores argumentos, sem abrir mão, em nenhum momento, de suas convicções, mas com todo

o respeito que temos pelas idéias daqueles que pensam diferente das idéias pelas quais advogamos.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Quero parabenizá-la por assumir a Liderança do Bloco de Oposição nesta Casa, quero parabenizar também o PT – Partido dos Trabalhadores – pela atitude democrática de propiciar o rodízio e a oportunidade aos seus integrantes. Acima de tudo, quero parabenizar V. Ex^a pelo tema que aborda – pela primeira vez, V. Ex^a aborda a questão econômica. Acho extremamente importante o seu papel no Senado da República, mas, que eu me lembre, é a primeira vez que V. Ex^a coloca essa questão e o faz muito bem, o faz com capacidade, o faz com a sua história, com o seu trabalho e com a capacidade que V. Ex^a tem de fazê-lo. Quero aproveitar o aparte para fazer uma ponderação ao que disse o Senador José Roberto Arruda. O Governo, na verdade, enganou o povo brasileiro. O Presidente Fernando Henrique lançou um Orçamento em agosto e esperou terminar o segundo turno das eleições para anunciar o pacote fiscal; ele não teve sequer a coragem de fazê-lo antes das eleições do segundo turno; ele foi desafiado pela sociedade brasileira, por inúmeros colunistas dos grandes jornais deste País, a ter a coragem de se posicionar com relação ao pacote fiscal antes do segundo turno da eleição e, lamentavelmente, não teve essa coragem, porque sabia que seus candidatos que disputavam o segundo turno sofreriam um revés na divulgação do que ele pretendia fazer com este País. Também estamos vivendo um novo momento: um momento em que foi desmascarada a capacidade, um momento em que foi desmascarado aquilo que foi pregado ao povo brasileiro durante quatro anos e a nós todos do Congresso Nacional de que a equipe econômica e o Presidente da República estavam certos acima de tudo, era a certeza absoluta, qualquer contestação era um absurdo, era quem queria o caos, era quem estava errado, era quem não enxergava o óbvio. E o óbvio finalmente apareceu e estamos prestes a ver nomeado Presidente do Banco Central um homem que estava no outro lado do balcão, ligado à especulação financeira internacional, funcionário de um fundo de investimentos especulativos. É isso que estamos vendo acontecer com o Brasil. E, neste momento, o Congresso Nacional tem que assumir o papel que não assumiu antes, que foi apenas o de atender aquilo que o Poder Executivo queria que ele fizesse. Esse é o momento de nós formularmos, de criarmos alternativas, criarmos saídas, discutirmos com o Executivo e não apenas de atender às suas or-

dens e às suas determinações. De forma que fico feliz em ver V. Ex^a abordar esse tema com muita capacidade e com muita competência. Tenho fé que, a partir de agora, o Congresso Nacional entenda o tamanho da sua responsabilidade e passe a influenciar nas decisões econômicas do Poder Executivo e não apenas aceitar as suas determinações. Muito obrigado.

A SRA MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, meu Colega de Região, Senador pelo Estado do Pará, que tem advogado junto comigo as mesmas causas em defesa da Amazônia e, com certeza, será um grande baluarte das discussões em relação à crise econômica do País dentro do Bloco.

Quero apenas fazer uma referência a respeito da indicação para Presidente do Banco Central, já que V. Ex^a citou o nome do Presidente indicado, o Sr. Armínio Fraga. O maior troféu exibido pelo Governo era, até alguns meses atrás, a moeda forte e a estabilidade econômica. Num momento de crise como este, em que começam a se fragilizar esses dois troféus, praticamente indo à lona em decorrência de tudo o que está acontecendo, não entendo por que se chama para médico dos dois débeis que já estão, digamos assim, em processo falimentar – a frágil moeda e a estabilização econômica – um megaoperador de mercado ligado a um grupo que mais tem prática de aplicar eutanásia mesmo nas economias saudáveis. É como se chamássemos quem tem a prática da eutanásia para socorrer um doente. É isso que observo na indicação do Sr. Armínio Fraga para a Presidência do Banco Central.

Quero fazer uma referência a um artigo que foi escrito pelo Professor Paulo Nogueira Batista, na **Folha de S. Paulo**, no dia 18, em que ele faz algumas considerações sobre o Sr. Armínio Fraga. No seu comentário, Paulo Nogueira Batista diz o seguinte:

"Cabe registrar, também, um comentário do Presidente indicado do Banco Central, Armínio Fraga, que, em seminário patrocinado pelo FMI, em dezembro passado, expressou opinião – 'subversiva', segundo ele – de que "estamos provavelmente em um mundo no qual existem taxas de câmbio demais, moedas demais". Para Fraga, talvez o FMI tenha um papel a desempenhar na reflexão e implementação, em nível regional, de um "menu menos exuberante de taxas de câmbio."

E Paulo Nogueira Batista conclui com o seguinte comentário – o comentário é dele, está entre aspas:

"Um cínico diria talvez que essa opinião está mais para subdesenvolvida do que para subversiva. Em todo caso, antes de confiar a esse cidadão a gestão do Banco Central e da nossa moeda, caberia indagar se ele inclui o real na sua relação de moedas excedentes."

O comentário que aqui está é, sem sombra de dúvida, uma sinalização de que, no seminário patrocinado pelo FMI, o Sr. Armínio Fraga defende a dolarização das economias dos países em desenvolvimento e em crise, como é o caso do Estado brasileiro.

Então, como vamos fazer uma arguição do indicado para a Presidência do Banco Central, é só acessarmos o site do FMI que encontraremos a sua conferência, onde defende a dolarização da economia. Talvez para os nossos economistas, na Comissão de Assuntos Econômicos, isso seja um bom argumento para o debate neste momento em que vamos entregar a nossa moeda e o Banco Central para o herdeiro de um megaespeculador de mercados.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Carlos Patrocínio, com a aquiescência da Mesa.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Vou ser breve, nobre Senadora. Quero cumprimentá-la pelo seu brilhante discurso e também acrescentar uma coincidência a essa observação que V. Ex^a fez a respeito da opinião do Sr. Armínio Fraga nesse seminário do FMI, onde S. Ex^a disse que havia no mundo moedas demais. No dia em que foi anunciada a designação do Sr. Armínio Fraga, no dia 30 de janeiro passado, esteve no Brasil, por coincidência, evidentemente, o Sr. Paul Volker, que foi o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos. Ele veio desempenhar aqui uma missão, cujo teor não temos acesso, mas ele deu declarações a respeito. Dentre as declarações que deu, dentre os recados que passou à Nação brasileira, ele disse que a tendência do mundo de hoje é que dentro dos blocos econômicos os países de economia mais fraca adotem a moeda mais forte do respectivo bloco – como quem diz: vocês têm que entrar nessa do Presidente Carlos Menen e adotar o dólar. Isso parece coincidente com a opinião do Sr. Armínio Fraga no sentido de que há moedas demais no mundo. Assim, é preciso refletir sobre isso, sobre essas opiniões, sobre as suas consequências, sobre as coincidências que envolvem essa operação de substituição do Presidente do Banco Central, que,

até agora – insisto –, está debaixo de um mistério ainda não desvendado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSDB – SE) – Senadora Marina Silva, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte do nobre Senador Saturnino Braga e consulto a Mesa se ainda há a possibilidade de conceder um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

(Assentimento da Mesa.)

Concedo o aparte ao nobre Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Quero me somar àqueles que se congratularam com a escolha de V. Ex^a para a Liderança do Bloco. Não temos dúvidas sobre a competência, a desenvoltura e o conhecimento de V. Ex^a no trato dos problemas nacionais, particularmente sobre a economia brasileira. Para essa discussão de hoje, não é preciso ser nenhum especialista. V. Ex^a é leitora assídua dos jornais, das melhores revistas, ouvinte atenta da nossa **Rádio Senado**, das rádios de todo o Brasil, acompanha o que se passa no Brasil e no mundo e conhece a opinião dos economistas. Há dois anos esses especialistas previram o que aconteceria se o Brasil não mudasse a sobrevalorização da moeda: entraríamos nesse buraco sem fundo da crise que agora estamos vivenciando. V. Ex^a agiu com muita propriedade ao dizer que o Governo não pode responder às perguntas feitas nesta tarde. Foi uma brilhante visão de futuro demonstrada em seu discurso.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a todos os Colegas que me apartearam.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, na sexta-feira, além da arguição do Sr. Armínio Fraga...

A Sra Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senadora Marina Silva, sei que o tempo de V. Ex^a se esgota, mas, com a benevolência do Presidente, diante da presença da pioneira Líder de uma Bancada nesta Casa, pediria que me concedesse dois minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a, nobre Senadora Emilia Fernandes.

A Sra Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Estamos profundamente orgulhosos de pertencer ao Bloco de Partidos de Oposição liderado por V. Ex^a. Parece-me que, pela primeira vez, uma mulher lidera um bloco nesta Casa, uma mulher com trajetória, história e conteúdo. Isso para nós é motivo de grande orgulho e satisfação. O pronunciamento de V. Ex^a reafirma e tornam claros a postura e o pensamento

que as Oposições têm manifestado no Congresso Nacional e, em especial, no Senado, diante da conjuntura nacional, das dificuldades econômicas, das políticas e decisões adotadas pelo Poder Executivo em relação aos rumos a serem trilhados por nosso País. O pronunciamento de V. Ex^a se identifica com as questões mais íntimas e mais preocupantes da sociedade brasileira: fortalecimento da nossa economia, combate ao desemprego, participação plena da sociedade organizada e produtiva. Observo que V. Ex^a reflete aquilo que a sociedade quer ouvir, sentir e, também, como quer ver agir esta Casa. Neste breve aparte, falo da satisfação de pertencer a um Bloco liderado por uma mulher, uma mulher com conteúdo e dispôsta a entrar em ação. Vamos trabalhar juntos – nosso Bloco com todos os partidos que o integram – tentando mostrar a importância das decisões desta Casa. Não podemos, em hipótese alguma, abrir mão de nossas atribuições e prerrogativas e tomar o rumo que, muitas vezes, apenas o Executivo deseja. Reafirmamos o valor desta Casa, da Mesa Diretora, das Lideranças e seus integrantes. Parabéns, Senadora Marina Silva. Conte conosco nessa luta em defesa dos interesses do Brasil, das mulheres e de nossa gente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senadora Emilia Fernandes, grande companheira tanto nas questões femininas debatidas nesta Casa como em todos os assuntos referentes aos interesses de nosso País.

Como estava dizendo, Sr. Presidente, além da arguição, na sexta-feira, do futuro Presidente do Banco Central – se for aprovado –, Sr. Armínio Fraga, haverá a reunião dos Governadores com o Presidente da República. Considero fundamental, num momento de crise como este, que se tenha o cuidado de evitar o rompimento do diálogo. Já perdemos muito tempo discutindo se há ou não diálogo entre Governo e os Governadores da Oposição. Em outra situação, se fossem os Governadores da Oposição a não querer o diálogo, estariam sendo acusados de radicais. Neste momento, o exemplo deveria vir do outro lado. Ele vem, de certa forma, tardivamente; mas, antes tarde que nunca.

É fundamental que essa reunião seja profícua e que os problemas dos Estados, principalmente no que se refere à renegociação de suas dívidas, possam ser resolvidos a partir dessa iniciativa dos Governadores da Oposição.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância Mesa, bem como a todos os que me apartearam.

Ao concluir minhas palavras, homenageio meus colegas do Bloco com as palavras de Albert Einstein:

"se enxergo mais longe do que os outros em alguns momentos é porque me apóio sobre ombros de gigantes". Apóio-me nos ombros desses gigantes para, por um ano, ficar na Liderança do Bloco das Oposições no Senado.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Edison Lobão. (Pausa)

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, congratulo-me com a Senadora Marina Silva por ter sido escolhida Líder do Bloco de Oposição. Pelo seu caráter, formação e características pessoais, S. Ex^a haverá de contribuir muito para que o colégio de líderes desempenhe cada vez com mais brilhantismo seu papel na condução dos trabalhos desta Casa. Boa sorte, Senadora!

Sr. Presidente, os países da OCDE acabam de firmar um acordo em que adotam medidas para pôr termo à corrupção internacional, isto é, medidas que reprimam, punam e impeçam que empresas multinacionais, sediadas nesses países, sejam agentes de corrupção, mediante propinas, fraudes, que façam uso antiético do comércio internacional e da economia e que difundam e consolidem o processo de corrupção. Alguns países membros da OCDE chegavam, inclusive em seu arcabouço legal, a ter instrumentos que distinguiam a corrupção praticada no país e a feita com a administração de outros países. A juízo da OCDE essas práticas, na verdade, ajudavam o país que sediava aquela empresa.

Depois de muito debate, de muita discussão, foi assinada uma convenção entre esses países, o que representa um passo extremamente importante no combate à corrupção. É muito comum denunciar a corrupção, apresentar casos oriundos dos mais diversos países do mundo, inclusive levantados por organismos internacionais multilaterais que já chegaram a avaliar, a quantificar o valor dos desvios, mas sempre se esbarrava no fato de que na outra ponta, ao lado do corrompido, havia um corruptor, geralmente empresas multinacionais sediadas nesses países que, por vezes, criticavam países menos desenvolvidos, onde tais práticas ainda acontecem.

Eu queria registrar o fato aqui para lembrar que se trata de um grande progresso a convenção celebrada entre esses países para coibir – assim espero – a corrupção praticada nos mais diferentes países do mundo, sobretudo, por intermédio de agentes econômicos, de grandes empresas, que, na busca de contra-

tos, da realização de lucros e operações, não hesitam em desrespeitar as leis e regras de outros países.

Considero este um fato significativo; daí por que resolvi registrá-lo nesta sessão do Senado, para lembrar a todos o nosso permanente compromisso contra práticas desonestas que só perturbam o processo democrático e que levam a comportamentos antiéticos absolutamente inaceitáveis.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Com a palavra o Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Ademir Andrade, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar a presença, na tribuna de honra do Senado, de S. Ex^a o Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, acompanhado dos representantes daquela unidade da Federação, Senadores Marina Silva e Tião Viana.

S. Ex^a tem estado preocupado com os graves problemas por que passam os Estados. O Governador Jorge Viana participou das reuniões, realizadas em Belo Horizonte e Porto Alegre, com os Governadores Itamar Franco, Anthony Garotinho, Olívio Dutra, Zeca do PT, Ronaldo Lessa e João Alberto Rodrigues Capiberibe, do Amapá, que têm insistido na necessidade premente de um novo pacto federativo, dizendo ao Presidente da República e a todos os seus colegas Governadores de Estado da importância de um diálogo franco.

O Governador Jorge Viana, juntamente com Olívio Dutra e Zeca do PT, está dialogando hoje e amanhã com a Bancada Federal e com o Presidente José Dirceu a respeito da reunião para a qual foram convidados e que será realizada na próxima sexta-feira com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gostaria aqui de reafirmar o que ontem expus da tribuna do Senado Federal. Será muito importante que o Presidente da República faça um gesto no sentido de contar, de fato, com todos os Governadores, inclusive com o Governador de Minas Gerais, Sr. Itamar Franco. Será muito importante que o próprio Presidente comunique-se diretamente com o Governador Itamar Franco e anuncie o término daquilo que o Governador Itamar Franco considera uma retaliação. Ou seja, na medida em que foram modificadas as condições estabelecidas no contrato de renegociação da dí-

vida entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Governo da República; na medida em que, por exemplo, conforme explicou o Governador Itamar Franco, numa entrevista no último domingo pela TV Record, a arrecadação foi muito menor do que a esperada – ao invés de crescimento, houve diminuição de arrecadação; na medida em que, portanto, as condições não são aquelas previstas; e na medida em que o contrato prevê a possibilidade de modificação em seus termos, seria próprio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa conversa franca com o Sr. Itamar Franco e com os demais Governadores, reconsiderasse sua posição.

Certamente, o agravamento da situação brasileira, o agravamento do índice de desemprego e propostas de caminhos para reverter este quadro devem estar na pauta das discussões, para que os Governos estaduais realizem programas em consonância com os programas do Governo Federal, e ainda dos municípios, sobretudo, para que possam dar uma resposta efetiva àquilo que a Campanha da Fraternidade está con clamando a Nação a pensar a respeito, qual seja, o tema do desemprego.

Quando a Campanha da Fraternidade, objeto da fala ontem do nosso Senador Geraldo Cândido, diz: "Sem trabalho, por quê?", está con clamando a sociedade brasileira, o Congresso Nacional e o Executivo a pensarem em soluções para resolver este quadro.

Gostaríamos, portanto, de destacar a importância da Campanha da Fraternidade de 1999, que tem por objetivos contribuir para que a comunidade eclesial e a sociedade se sensibilizem com a grave situação dos desempregados, conheçam as causas e as articulações que a geram e as consequências que dela decorrem.

Cabe-lhe denunciar, consequentemente, modelos sócio-político-econômicos, tais como certas formas de neoliberalismo sem freios éticos, que causam desemprego, quer estrutural, quer não estrutural e, igualmente, impõem padrões de consumo insaciável e exacerbam a competição e o individualismo; anunciar uma sociedade baseada em novos paradigmas, onde a pessoa humana seja o centro, e a vida não se subordine à lógica econômica idolátrica e o trabalho não se reduza à mera sobrevivência, mas promova a vida em todas as suas dimensões; abrir, assim, perspectivas sobre novas relações e novas formas de trabalho, prenunciadas para o novo milênio; incentivar amplo movimento de solidariedade para manter viva a esperança dos que enfrentam diretamente o problema do desemprego, promovendo iniciativas concretas de geração de trabalho e

renda no paradigma da solidariedade cristã; mobilizar a própria Igreja para se colocar, mais ainda, profeticamente, a favor da justiça e da solidariedade, principalmente em relação aos desempregados e as desempregadas.

A Igreja, por meio da Campanha da Fraternidade de 99, tenta levantar um debate nacional sobre essa nova e complexa situação na qual os excluídos, entre os quais desempregados e desempregadas, têm seus sofrimentos majorados, e conclama a sociedade para busca de caminhos e soluções, pois, em primeiro lugar, deve estar sempre a dignidade humana de cada cidadão e de cada cidadã.

Gostaríamos de cumprimentar a CNBB pela propriedade na escolha dos temas de sua Campanha da Fraternidade. Em 97, foi "Os Encarcerados"; em 98, "A Educação a Serviço da Vida e da Esperança; em 1999, Os Direitos Econômicos dos Trabalhadores e dos Desempregados e, para o próximo ano, A Fraternidade e a Paz por uma Sociedade sem Exclusão. Se conseguirmos resolver o problema do desemprego, estaremos caminhando para o fim da exclusão.

Sr. Presidente, ainda hoje, a Fundação Seade e o Dieese anunciam uma piora nos dados de desemprego para a grande São Paulo, que atingiu 17,8% no mês de janeiro. Esses dados são muito mais elevados do que os ocorridos há quatro anos. Assim também, os dados do IBGE referentes ao desemprego nas seis regiões metropolitanas do Brasil onde é medido o desemprego denotam taxas próximas de 8% – praticamente 3,5 a 4 pontos percentuais acima das registradas em janeiro de 1995.

Certamente, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está muito aquém da sua promessa eleitoral. Ao longo da campanha de 1998, asseverou, por diversas vezes, que se havia sido capaz de conquistar a estabilidade da moeda, com certeza o seria para resolver o problema do desemprego. Até agora, o que se está observando nos primeiros dois meses de Governo é o agravamento da inflação e, também, do desemprego.

É preciso, pois, que consideremos medidas criativas de política econômica que possam modificar este Governo, mas, para isso, faz-se necessário que levemos em consideração os valores propugnados pela própria CNBB. Não podemos procurar sempre levar vantagem em tudo e buscar a maximização dos resultados dos grandes fundos especulativos. Na hora de decidirmos por políticas econômicas, devemos levar em conta valores como solidariedade e fraternidade, sobretudo garantindo a cada pessoa residente em nosso País o direito à vida e à cidadan-

nia. Não podemos, simplesmente, dizer que não há formas de resolver o problema ou sempre adiar as suas soluções.

O documento da Campanha da Fraternidade examina algumas das principais propostas dos movimentos sociais, tais como a redução da jornada de trabalho e das horas extras; algumas possibilidades reais de geração de emprego, como, por exemplo, as propostas por Ignacy Sachs; a reforma agrária, pois, se acelerada a sua realização, estaríamos gerando mais oportunidades de emprego no campo; a necessidade de prover oportunidades de qualificação para os trabalhadores; os estímulos às micro-empresas, como, por exemplo, o microcrédito; o apoio às pequenas e médias empresas, e as formas de estabelecermos economias solidárias, com o estímulo, por exemplo, às formas cooperativas de produção na cidade e no campo.

Experiências muito interessantes têm sido efetuadas nas empresas que adotaram a autogestão e a co-gestão. Diz o documento da CNBB que a auto e a co-gestão não são uma panacéia que resolve todas as dificuldades, mas, inegavelmente, têm um grande valor. Embora seja verdade que quando os trabalhadores administram uma empresa a produtividade aumenta, é preciso grande criatividade e eficiência para que a empresa consiga superar múltiplos obstáculos, dentre os quais a inexperiência gerencial dos trabalhadores. Na empresa autogerida, a preservação dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo. Os trabalhadores gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. O economista Paul Singer tem-se dedicado a estudar essas formas de autogestão e co-gestão.

Gostaria de assinalar, também, que o prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, nos seus diversos trabalhos sobre como resolver o problema do desemprego, propõe que instituirmos formas cooperativas de produção, empresas nas quais haja uma cooperação maior entre o trabalho e o capital, inclusive com formas de associação e de criação daquilo que denomina de **labor quota partnership**, ou seja, cotas de participação dos trabalhadores para que, além de salários, pudessem ter uma participação nos resultados da economia.

Também ressalta a CNBB a importância do terceiro setor. Há muitas Organizações Não Governamentais que têm conseguido desenvolver formas de emprego e de atividade muito criativas, nas mais diversas áreas, mas o documento da CNBB fala da linguagem da Bíblia Sagrada, tomando como pano

de fundo a parábola de Jesus sobre a árvore e os frutos: "Ou a árvore é boa e o fruto, bom, ou a árvore é má e o fruto, mal. É, portanto, pelo fruto que se conhece a árvore. Quem é bom faz sair coisas boas de seu tesouro, que é bom, mas quem é mal faz sair coisas más de seu tesouro, que é mal." E, assim, observa como o desemprego é um fruto ruim, que precisa ser evitado.

O documento da CNBB também lembra os princípios de justiça, de solidariedade, de subsidiariedade, de sobriedade e sustentabilidade, e propõe uma verdadeira revolução ética, uma profunda reviravolta na concepção de trabalho, uma atenta e acurada revisão das causas do desemprego e uma mobilização da sociedade brasileira para forjar um novo projeto de Brasil que inclua a defesa da produção e do emprego, um novo modelo de distribuição da renda.

É urgente uma revolução nas prioridades, na linha do que foi indicado na Segunda Semana Social Brasileira, em 1967, romper com a redução de todos os problemas da sociedade brasileira ao âmbito econômico. Não basta apenas estabilizar a moeda; é preciso subordinar sua estabilidade à maior das prioridades, que é a pessoa humana, garantindo-lhe a satisfação de suas necessidades básicas.

Faz-se necessária a promoção de uma cultura da solidariedade. É preciso romper a esfera escravizante e uma economia hipertrofiada, além da esfera redutiva do trabalho remunerado. Devemos resgatar alguns valores fundamentais. Que o homem e a mulher, sem discriminação, possam ganhar a vida trabalhando melhor, menos e com mais prazer, recebendo sua parte da riqueza socialmente produzida. Tudo que for realizado – não importa por quem – terá hipoteca social, pois todos pertencemos a uma comunidade. O trabalho poderá ser descontínuo ou intermitente, sem prejuízo da justa renda.

No contexto de solidariedade, abrem-se novos espaços para atividades sem fins lucrativos que passarão a ser reconhecidas com uma dignidade e um valor eminentes, seja para as pessoas, seja para a sociedade no seu conjunto, com a solidariedade, o voluntariado, a cultura, a oração e a arte. As pessoas poderão trabalhar por conta própria ou em pequenas iniciativas de economia alternativa solidária, tendo garantidos todos os direitos sociais. O fato de alguém trabalhar para o seu próprio sustento possibilita que outros sem essas condições sejam mais bem atendidos por toda a sociedade. Os portadores de algum tipo de deficiência serão contemplados pela sociedade e pelo Poder Público, tendo acesso a trabalhos dignos e compatíveis com a sua condição, sem discriminação de qualquer ordem. Crianças e jovens terão garantidos escola, lazer, saúde, segurança, apoio efetivo, educação e valores religio-

sos, humanos e sociais de convivência fraterna e solidária – e, em tempo oportuno, orientação para o trabalho e engajamento sóciopolítico.

Mas como deve ser uma sociedade na qual o trabalho de tempo integral de todos não é mais necessário nem economicamente útil? Quais são as prioridades não econômicas dessa sociedade? Como deve comportar-se a sociedade para que o crescimento da produtividade e a economia do tempo de trabalho sejam para o proveito geral? Como redistribuir melhor a totalidade do trabalho socialmente útil de modo que todos possam trabalhar menos e melhor, recebendo uma parte mais justa das riquezas socialmente produzidas? Como canalizar as energias humanas no tempo livre para o exercício da gratuidade em prol da vida e a favor dos mais necessitados de libertação e amor na prática de relações humanas construtoras da alegria de viver em atividades de defesa e promoção do ecossistema?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é bom lembrar sempre aquilo que está na própria lógica dos ensinamentos de Jesus e no próprio Evangelho. Nesse sentido prossegue o documento da CNBB sobre os exemplos de Jesus: Jesus trabalhador, Jesus e o Projeto de Deus, perguntando: Sem trabalho, por quê?, destacando a parábola dos operários que se encontram disponíveis na praça. Além de um novo paradigma para a regulação das relações de trabalho, Jesus propõe uma solução profundamente humana aos desempregados; colocando no centro da questão não o lucro a obter fornecendo o trabalho, mas a satisfação das necessidades por parte de quem trabalha. Que parábola é essa? Trata-se da parábola do Senhor da Vinha, o qual, segundo explicou Jesus, havia contratado diversas pessoas para realizarem o trabalho, alguns na primeira hora, depois na segunda hora e assim por diante até a última hora do dia. Para cada um destes, quando conversou com eles, o Senhor da Vinha contratou aquilo que cada um considerava justo. Mas, ao final do dia, ao efetuar-lhes o pagamento, explicou àqueles que haviam sido contratados e que reclamaram por não terem recebido que havia efetuado o pagamento, conforme o que cada um julgava justo, e também aquilo que se fazia necessário para que cada um pudesse dar o devido sustento com dignidade a si próprio e aos seus. Eis, portanto, um princípio que está sempre explicado desde os primórdios da história da humanidade, mas que precisa ser sempre lembrado para que modifiquemos o quadro e realmente geremos emprego e renda em nosso País.

Dentre as diversas sugestões práticas que o documento da CNBB propõe, citamos: a relativa atualização dos dados estatísticos; a organização e

articulação de todas as pessoas envolvidas, inclusive e sobretudo os próprios desempregados; a importância de cobrar das autoridades em todos os níveis providências para mudar esse quadro; a mobilização da solidariedade; a formação encarnada, ou seja, a avaliação da formação que se está dando, sendo indispensável que seja cristã e que não esteja dissociada das coisas mais importantes; os temas sociais na vida do cristão, a introdução da renda mínima ou de mínimos vitais. Trata-se, diz o documento da CNBB, de uma quantia a ser repassada pelo Governo a toda pessoa que não disponha de uma fonte de recurso para viver dignamente. Por isso a denominação renda mínima ou mínimos vitais.

Diversos países já adotam esta medida de diferentes formas. Há no Brasil algumas experiências. É importante conhecer a proposta e as experiências, criar outras e desencadear uma iniciativa popular, visando a sua efetivação em lei específica. Isso se faz criando opinião pública favorável, realizando um mutirão de coleta de assinaturas e envolvendo os políticos nesta causa; apoiar iniciativas populares, o diálogo e a participação e tantas outras iniciativas, um verdadeiro mutirão nacional, para que possa o Brasil realmente não viver mais este flagelo de tantas pessoas que querem dar de si para garantir a sua própria sobrevivência com dignidade de seus familiares e que, muitas vezes, tem visto negada esta oportunidade.

Assim, queremos aqui dar todo o nosso apoio à Campanha da Fraternidade "Sem Emprego Por Quê?"

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem não foi possível fazer um registro – e o faço agora –, na mesma linha de pensamento externada à tarde pelo Senador Eduardo Suplicy.

Manifesto minha indignação com relação à forma com que o Presidente da República se referiu – não direta, mas-dissimuladamente – ao Governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Ao fazer aquela comparação com Joaquim Silvério dos Reis, Sua Excelência sabia que estava ofendendo de forma muito grave a alma de todos aqueles que têm um

pouco de mineiridade. E me incluo entre eles. Não é à toa que a imprensa noticia hoje que Parlamentares do PSDB de Minas Gerais, a começar pelo seu Líder, Aécio Neves, manifestaram-se preocupados com aquele tipo de pronunciamento.

Sabemos que o Presidente da República tem que procurar manter a chamada liturgia do cargo e, ao fazer esse tipo de acusações ou ofensas, ao invés de contribuir para se chegar a uma solução para o País, apenas atiça os ânimos. Talvez o Presidente da República o tenha feito de propósito, com o objetivo de forçar os Governadores da Oposição a não comparecerem ao encontro de sexta-feira, para depois utilizar o costumeiro discurso de que a Oposição não quer diálogo.

O Senador Eduardo Suplicy relembra parte da entrevista em que o Governador Itamar Franco dizia que sinais de aproximação têm que vir de cima. Concordo com o Senador quando sugere que o Presidente da República, da mesma forma que telefonou para o Lula várias vezes, poderia fazê-lo com relação ao Governador mineiro. Talvez a solução seja providenciar uma visita dos gordinhos chatos da Embratel ao Presidente da República, para chorarem em sua frente e dizerem: "Liga para o Itamar que talvez se resolva o problema".

Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje não é exatamente esse. Desejo tecer algumas considerações sobre o tema da semana no Senado e de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, além de ser o da próxima sexta-feira, na sabatina do Dr. Armínio Fraga para a presidência do Banco Central.

Por ocasião da sabatina do Dr. Francisco Lopes e do debate no Plenário do Senado, embora fosse votar contra sua indicação – não em função de sua figura, mas porque manifestaria, com aquele voto, minha posição contrária à condução da política econômica do Governo –, fiz questão de registrar que tinha pelo menos dois motivos para simpatizar com o Dr. Francisco Lopes. O primeiro deles é que, como membro da equipe econômica, pela primeira vez em mais de quatro anos, ele foi o único a dizer publicamente: "Erramos na condução da política cambial". Cheguei a perguntar a ele se essa afirmação pública, pela qual o Dr. Pedro Malan parece ter absoluta ojeriza, havia sido combinada com o Ministro. O Dr. Francisco Lopes não respondeu. Os fatos subsequentes parecem ter demonstrado que não havia sido feita aquela combinação.

O segundo motivo pelo qual eu teria tendência a simpatizar com seu nome era sua trajetória. Eu en-

carava como positivo o fato de ele não ter estado do outro lado do balcão em momento algum, ao longo de sua vida profissional, porque pelo menos ele interrompia uma seqüência de dirigentes do Banco Central – abro um parêntese para excetuar o Dr. Gustavo Franco, que também não tinha esses antecedentes – que atuavam em absoluta promiscuidade com o sistema financeiro privado nacional e internacional, conforme atesta nossa história recente. Basta levantar os nomes. Houve uma série de acadêmicos, professores destacados que foram para o Banco Central, saíram de lá e se tornaram banqueiros milionários, entre eles Fernão Bracher, Francisco Gros, Péricio Arida, Gustavo Loyola.

Então, o fato de o Dr. Francisco Lopes ter um currículo que não estava naquela linha parecia-me positivo. Lembro-me inclusive de que fiz essa intervenção aqui no Senado, e posteriormente Senadores da base governista fizeram questão de registrar minhas palavras de elogio à trajetória do Dr. Francisco Lopes. Não sei como esses Senadores vão se posicionar, intervir e votar agora a indicação do Dr. Armínio Fraga, com uma trajetória absolutamente diferente.

Sr. Presidente, antes de entrar na discussão específica das questões a respeito do Dr. Armínio Fraga – não sei se procede a informação, mas parece que ele está na Casa –, é necessário que se repita aqui no plenário do Senado o que eu disse hoje na Comissão de Assuntos Econômicos: recebi a notícia da troca de comando no Banco Central com um misto de perplexidade, indignação e constrangimento. Perplexidade porque acreditava que a indicação do Dr. Francisco Lopes fosse para valer, já que precedida de tantos elogios, inclusive de Parlamentares da Oposição e particularmente do Dr. Pedro Malan. Lembro-me inclusive que o Senador Ademir Andrade interveio dizendo que votaria contra, porque três ou quatro meses depois teria de votar o nome de outro Presidente do Banco Central. A previsão do Senador Ademir Andrade acabou sendo exageradamente antecipada.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Pois não, nobre Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR) – Senador José Eduardo Dutra, faço o aparte apenas para sustentar sua linha de raciocínio. A justificativa semi-oficial – já que nada mais é oficial no Brasil, porque, quando não existe governo, não existe nada oficial –, é que o Sr. Francisco Lopes foi defenestrado, foi uma espécie de "viúva Porcina", que foi sem nunca

ter sido, pois não chegou a tomar posse no Banco Central. Cinco dias depois de aprovado no plenário do Senado foi demitido sem ter sido nomeado. É algo estranhíssimo. No entanto, semi-oficialmente foi afastado do Banco Central porque havia queimado recursos do Banco do Brasil na sustentação do dólar. Coisa que o Governo fez ontem, sem nenhum sucesso. Então, estava na hora de, pelos mesmos motivos, colocar na rua o Sr. Armínio Fraga.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Continuando, primeiramente houve minha perplexidade, diante dos argumentos que ora exponho. Em segundo lugar, a indignação pela forma com que o Governo tratava o Senado da República, pois o Constituinte de 1988, ao escrever em nossa Constituição que, dada a importância do cargo que ocupariam, a indicação de algumas autoridades deveria ser precedida por uma sabatina e pela aprovação no plenário do Senado. O objetivo não foi apenas o de estabelecer uma mera formalidade, mas, infelizmente, essa prática está-se tornando uma rotina nesta Casa.

O surpreendente é que a Comissão de Assuntos Econômicos sabatinou o Dr. Francisco Lopes na terça-feira da última semana de janeiro. Na quinta-feira posterior, seu nome foi aprovado neste plenário; e, na segunda ou terça-feira da semana seguinte, fomos surpreendidos com seu afastamento. Alguns setores da imprensa alegam que a causa foi aquela sexta-feira da especulação, um dia após a aprovação do nome pelo Plenário. No entanto, segundo a jornalista Míriam Leitão, de cuja orientação econômica podemos discordar, embora reconheçamos que se trata de uma profissional muitíssimo bem informada, a decisão acerca da substituição do Dr. Francisco Lopes pelo Dr. Armínio Fraga foi tomada na quarta-feira, antes, portanto, da aprovação do nome do Dr. Francisco Lopes pelo Plenário do Senado.

Não direi que papel fez o Senado da República porque poderia usar uma palavra anti-regimental, e o Presidente mandaria retirá-la dos Anais. Mas cada Senador pode pensar que termo poderia ser utilizado para designar o desempenho do Senado no episódio.

Antes da sabatina com o Dr. Armínio Fraga – infelizmente, o Presidente não acatou a questão de ordem levantada ontem pelo Senador Roberto Freire –, o Senado e, particularmente, a Comissão de Assuntos Econômicos teriam, no mínimo, a obrigação de convocar o Ministro Pedro Malan para explicar por que alguém que havia sido indicado, precedido dos mais altos elogios como figura competente e capaz

de, na condição de Presidente do Banco Central, ser o guardião da nossa moeda, foi afastado de forma tão surpreendente. Lamentavelmente, a maioria na Comissão de Assuntos Econômicos decidiu ser dispensável a convocação do Ministro. Assim, vamos sabatinar o Dr. Armínio Fraga na próxima sexta-feira.

Há mais de dez anos, o Congresso Nacional, de forma cíclica, com espasmos, discute a necessidade de se acabar com essa relação promiscua entre o Banco Central e as instituições privadas. Esta Casa aprovou, há dez anos, o projeto do então Senador Itamar Franco estabelecendo tanto a quarentena posterior à saída como a anterior à assunção ao cargo, de forma a evitar o que acontecerá caso o nome do Dr. Armínio Fraga seja aprovado – alguém que, num dia, estava de um lado do balcão passar para o outro na manhã seguinte.

Quando se anunciou o nome do Dr. Armínio Fraga, alguns Senadores da base governista, talvez tentando "dourar a pílula", manifestaram-se pela aprovação do nome do Dr. Armínio Fraga e, concomitantemente, da quarentena, para que ele não pudesse voltar ao sistema financeiro privado depois de deixar o cargo de Presidente do Banco Central.

O Dr. Armínio Fraga já foi Diretor do Banco Central, inclusive, após a aprovação do Projeto de Lei por esta Casa. Como ainda não se tratava de lei, alguns poderão dizer que não havia obrigação de cumprir a determinação. De antemão, já há um questionamento de natureza ética que deveria ser feito ao Dr. Armínio Fraga, visto que, no dia seguinte ao seu afastamento da Diretoria do Banco Central, passou a ser assessor de um grande fundo de investimento – um eufemismo para um especulador.

Os argumentos dos setores do Governo acerca da indicação do Dr. Armínio Fraga foram absolutamente risíveis, se não fossem trágicos. Deduziram que, por ser um especialista em especulação, ele é a pessoa indicada para assumir a Presidência do Banco Central. Essa perigosa afirmação fere a inteligência e coloca um tal grau de cinismo nas relações públicas deste País que acaba contribuindo para incentivar essa promiscuidade entre os sistemas financeiros público e privado, principalmente num momento em que, segundo os jornais, o Dr. Armínio Fraga – na prática, já exercendo o cargo de Presidente do Banco Central – defende o câmbio livre, com a possibilidade de ações no sentido de regular o mercado.

Com isso, aumenta-se de forma exponencial o risco da utilização de informações privilegiadas, o famoso **inside information**. Quando as regras são

claras com antecedência, sabe-se que o Banco do Central intervirá, como no caso das bandas, quando o dólar ultrapassar a faixa superior ou inferior da banda. A informação acerca de até que ponto o câmbio é livre pode render milhões de dólares para os bancos.

Aliás, existem algumas coincidências neste nosso País. Em 1995, apresentei alguns dados que mostravam um movimento muito suspeito de alguns bancos anteriormente àquela desvalorização ocorrida em abril daquele ano. Na ocasião, o Presidente da República e as autoridades da equipe econômica estiveram contra minhas afirmações, alegando que aqueles dados não significavam nada, que eram trabalho de pessoas despreparadas, ignorantes e que não entendiam os números. Não sei se os Srs. Senadores estão lembrados daquele episódio.

Depois, o Ministério Público, de posse daqueles dados, abriu inquérito. Numa conversa com o responsável no Distrito Federal por esse processo, foi-me relatada a dificuldade do Ministério Público em investigar questões relativas ao Banco Central, visto que as informações não são passadas ao Ministério Público sob a alegação de – pasmem – sigilo bancário. Muitas vezes, solicita-se alguma informação, e o Banco Central encaminha outro tipo de dados. É bastante difícil, pois, provar um vazamento de informação, mesmo que haja alguns indícios.

O Deputado Aloizio Mercadante, ontem, no plenário da Câmara, apontou alguns bancos que tiveram movimentação bastante suspeitas no período antecedente a essa nova desvalorização. Se compararmos a lista do Deputado Aloizio Mercadante, divulgada ontem, com a lista que apresentei há quatro anos, vamos verificar que ali estão o Matrix, do Dr. André Lara Resende e do Dr. Mendonça de Barros; o ING; e o Pactual. Será que essa é uma coincidência? Pode até ser, mas, com certeza, a presença no Banco Central de alguém que estava do outro lado do balcão – principalmente neste regime de livre flutuação suja, como eles dizem; a flutuação é livre, mas até certo ponto – vai deixar um grau de suspeita muito grande todas as vezes em que houver mudança do câmbio, o que é ruim para a economia brasileira.

Ilustrei algumas coincidências dessa relação promíscua entre o público e o privado quando fiz referências ao Matrix, correlacionando este episódio com um outro que, até o momento, também não foi apurado: é o referente à questão do leilão das Teles.

Mas o engraçado é que, em 1995, na Banda, o Presidente do Banco Central era o Sr. Périco Arida. Entre os bancos que fizeram movimentações suspei-

tas, estava o Matrix, que era de Mendonça de Barros e de André Lara Resende. Passam-se três anos, e se trocam as figurinhas: Mendonça de Barros e André Lara Resende deixam o Matrix e vão para o Governo, um na condição de Ministro das Comunicações e o outro na condição de Presidente do BNDES. Surgem indícios, gravações ou atuações muito suspeitas de uma relação de favorecimento do Opportunity, que é do Sr. Périco Arida, que, há três anos, estava do lado de dentro do balcão e, depois, passou para o lado de fora.

Pode-se dizer que isso é ilação, que isso é imaginação fértil da Oposição que quer apenas criticar. Mas nos lembremos de que coincidência, na verdade, não existe. O que se chama de coincidência é analisado matematicamente no campo das probabilidades. E surgiram tantos elementos e tantos dados que apontam sempre para uma coincidência aqui e outra lá, mas sempre os mesmos estão envolvidos seja do lado de dentro, seja do lado de fora do balcão.

Por isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, embora eu entenda que é fundamental aprovarmos a lei da quarentena e algum tipo de mecanismo que iniba esse grau de promiscuidade entre o público e o privado do Brasil, não podemos, em nome da possibilidade de no futuro ser aprovado esse projeto de lei, aprovarmos o nome do Sr. Armínio Fraga já que vamos aprovar o projeto de lei que vai impedir isso.

A tendência natural é a que aconteceu em diversas outras vezes: a partir do momento em que se aprovar o nome do Sr. Armínio Fraga, esfriar-se-á a discussão sobre a quarentena, como vem acontecendo há 10 anos no Congresso Nacional.

No meu entendimento, não podemos nos render à lógica que está querendo nos ser imposta. As decisões desta Casa sempre são tomadas de olho no mercado: deve-se aprovar a contribuição previdenciária dos inativos, porque o mercado está querendo; deve-se aprovar o nome do Sr. Armínio Fraga, porque o mercado está querendo, quando sabemos que esse bicho chamado mercado é muito voraz e volátil. Os próprios dados demonstram que o Congresso faz tudo o que o mercado diz querer e que, no entanto, o mercado quer cada vez mais. A aprovação da contribuição dos inativos na Câmara foi um grande sinal para o mercado, mas, no dia seguinte, saíram do País R\$4 bilhões das nossas reservas, mais do que estava sendo arrecadado com a contribuição dos inativos.

Lembro, inclusive, que o que se dizia quando o Sr. Armínio Fraga estava sendo indicado era o se-

guinte: "Não vamos sabatinar o Sr. Armínio Fraga – esta foi a estratégia do Governo –, porque ele vai entrar. Como o mercado gostou da indicação do seu nome e como ele é do ramo, o mercado vai se acalmar, o dólar vai cair. Assim, quando ele for sabatinado, o seu nome já estará consagrado, porque a simples sua indicação e nomeação como Assessor Especial de Economia do Sr. Pedro Malan já fez com que o mercado se acalmasse". Inclusive, esse foi o motivo pelo qual o Senado Federal não se reuniu durante o período do recesso branco.

Agora o dólar já chega à casa dos R\$2,00; não sei qual é a sua cotação de hoje, mas ontem já fechou em mais de R\$2,00. Então, decidem marcar a sabatina para a próxima sexta-feira, porque o mercado quer que o Senado vote nesse dia, para que não aconteça o que houve naquela última sexta-feira de janeiro. É dito que é preciso votar para se atender ao "deus mercado". E o Congresso vai continuar atendendo ao "deus mercado", passando por cima de uma discussão que não pode cair no cinismo que vem ocorrendo nas intervenções da base governista e das autoridades econômicas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a vem expondo, sobretudo, preocupações de natureza ética e também preocupações relativas às políticas monetária e cambial, que estarão sendo objeto de uma das audiências mais importantes que o Senado Federal realizará nesta sexta-feira, quando será apreciado o nome do Sr. Armínio Fraga Neto, indicado para a Presidência do Banco Central do Brasil. Há pouco, o Senador Roberto Requião revelou episódios da vida do Sr. George Soros, responsável pelo Fundo Soros, do qual foi Gerente-Geral o Sr. Armínio Fraga Neto desde janeiro de 1993 até o último dia 1º. Até a próxima sexta-feira, ainda teremos que nos debruçar um pouco mais sobre a relação entre George Soros, a natureza de seu Fundo, a sua própria vida e a maneira como ao longo desses últimos seis anos Armínio Fraga Neto interagiu com George Soros e o Fundo. Estaremos nos preocupando com decisões que o gerente daquele Fundo tomou, as quais, por vezes, levaram as economias da Ásia a enfrentarem dificuldades ainda maiores. Tem havido um grande debate sobre as respostas do Sr. George Soros às observações do Primeiro Ministro da Malásia de que o seu Fundo teria sido responsável em suas ações pela desestabilização da economia daquele país. Soros disse que ele não teria sido tão responsável e

que as dificuldades decorreriam mais da própria forma como foi conduzida a economia da Malásia. O Senador Roberto Requião mencionou que, em diversas oportunidades, Armínio Fraga Neto foi à Tailândia e procurou observar e verificar que decisões iria tomar com respeito aos objetivos de maximização de resultados para o Fundo Soros. Mas há um outro aspecto interessante para o qual devemos estar atentos. Senador José Eduardo Dutra, por ocasião do seminário realizado na Universidade de Oxford sobre a história do Partido dos Trabalhadores e os destinos da Esquerda na América Latina, onde estiveram presentes Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-Governador Cristóvam Buarque, o ex-Prefeito Tarso Genro, eu próprio e outras pessoas, ali estava presente Alfred C. Stepan, que se tornou famoso com um dos estrangeiros que mais conhecem a história brasileira, sobretudo no que diz respeito ao regime militar. Eis que Alfred Stepan me relatou que foi reitor de uma universidade do centro da Europa, em Budapeste, que tem como seu principal financiador o Sr. George Soros. Alfred Stepan me relatou um aspecto interessante que eu não conhecia bem, mas que ele, por conviver com George Soros, conheceu bem. Explicou-me ele que George Soros tem uma grande participação em atividades políticas, inclusive no que diz respeito a atividades para derrubar ditaduras. Ele, por exemplo, abertamente, hoje já se sabe, contribuiu para que fossem modificados os regimes do Leste europeu, que ele considerava não democráticos. Ele contribuiu também para a derrubada de Pinochet, no Chile, avançando fundos, inclusive clandestinamente, para os movimentos que derrubaram, ou melhor, mudaram, não derrubaram porque Pinochet acabou saindo de lá com muito poder. Foi uma convivência lá. Não houve uma derrubada total; ele ainda permanece com poderes, é até Senador vitalício. Mas também disse-me Alfred Stepan que George Soros contribuiu com fundos para a queda do *apartheid* na África do Sul. Portanto, deve ter contribuído para o CNA. Fiquei pensando que será extremamente interessante se Armínio Fraga Neto nos revelar as contribuições que George Soros possa ter dado para movimentos políticos na América Latina. Obviamente, o que vem à mente é em que medida terá o Sr. George Soros contribuído eventualmente para a campanha do Senhor Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. E como é do seu procedimento por vezes contribuir abertamente, de forma transparente, e outras vezes de forma clandestina, seria importante sabermos isso de forma completa. Espero que o Sr. Armínio Fraga Neto saiba responder a essa pergunta na próxima sexta-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Realmente seria muito interessante se o Sr. Armínio

Fraga se dispusesse a responder a essa pergunta. Todos nós já sabemos o tipo de resposta que ele dará. Mas mesmo o tipo de resposta que eu aposto que ele vai dar já servirá, a meu ver, para a nossa reflexão se ele deve ou não ser indicado, que é a duplidade de éticas. Com certeza ele dirá que está eticamente impedido de revelar esses fatos já que foi funcionário do Fundo Soros e agora, não sendo mais, não seria eticamente recomendável que desse essas informações. No entanto ele vai para o Banco Central. Aí fica outra pergunta: na escolha das éticas, qual a que o Sr. Armínio Fraga vai optar? Ou ele vai optar por aquilo que o Senador Jefferson Péres, de forma brilhante, na sua interpelação ao Dr. Mendonça de Barros usou "a ética de resultados", já que existe sindicalismo de resultados, política de resultados, de repente agora está-se criando a ética de resultados, como disse o Senador Jefferson Péres.

Parece que este é um caminho que quanto mais se rebusca e se levantam essas diversas variantes que existem nos demonstra que a discussão não pode ser reduzida àquele aspecto cínico que nos foi colocado quando da indicação do Sr. Armínio Fraga: ele é um especialista, conhece as mutretas, ou, como disse, se não me engano, o Senador Jader Barbalho, ele é o diabo do mercado financeiro – então agora o diabo está do nosso lado e, como Deus é brasileiro, vamos ter Deus e o diabo ajudando o Brasil neste momento.

Penso que esses aspectos levantados pelos Senadores Suplicy e Roberto Requião hoje demonstram que o Senado, particularmente nessa sabatina, não pode, de forma alguma, se comportar como o fez em sabatinas anteriores; não só em sabatinas como em debates na Comissão.

Essa indicação do Sr. Armínio Fraga não é uma indicação de juiz classista, que também é precedida por uma sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – aliás, como todos sabem, a minha posição é acabar com os juízes classistas, e consequentemente acabar com as sabatinas –, mas não podemos nos comportar, neste momento, encarando a sabatina e a decisão que está nas mãos do Senado, nas mãos dos Srs. Senadores eleitos pelo povo dos diversos Estados do Brasil, como se fosse uma mera formalidade que temos que cumprir porque a Constituição nos obriga.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, concluiré o meu discurso, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a aborda muitos aspectos importantes, inclusive a indicação,

num ambiente de total suspeita, do ex-assessor do megaespeculador George Soros, e naturalmente na próxima sexta-feira todo o Brasil estará acompanhando essa famosa sabatina, quando todos nós nos empenharemos, principalmente os Senadores da Oposição, no sentido de que o indicado possa esclarecer em todos os pormenores como deverá agir se por acaso o Senado Federal aprovar seu nome. É que, a essa altura dos acontecimentos, já desconfio que a tática do Governo Federal teria sido a de estancar a sangria dos investidores internacionais com a simples indicação desse especialista em câmbio internacional, Sr. Armínio Fraga. Como a tática não deu resultado, quem sabe hoje o Sr. Armínio Fraga esteja sendo colocado numa situação bastante constrangedora ao ponto de eu próprio estar desconfiado de: Como um homem que ganha mais de US\$500 mil anuais se dispõe vir a ser um assessor do Governo Federal ganhando menos de R\$8 mil por mês? É uma pergunta interessante. No livro *A Crise do Capitalismo*, o autor, George Soros, fala da diferença de atuação entre o político e o empresário na área da especulação financeira. Enquanto o político visa ao bem-estar da comunidade, o empresário visa exclusivamente ao lucro, mesmo que para obtê-lo venha provocar a fome e a miséria nos países menos desenvolvidos, como é o caso do nosso Brasil. Uma pergunta interessante a ser feita ao Dr. Armínio Fraga: por que veio ao Brasil?. Ele foi chamado ao Brasil, quem sabe, numa hora de desespero, de desespero, de descontrole do Governo em relação à sua política monetária. Esse homem se dispõe a ser Presidente do Banco Central, percebendo um salário que todo mundo sabe ser pequeno – no setor público, existe o montante, mas existem os descontos, então quase 50% do seu salário reverterá para contribuição previdenciária, Imposto de Renda, CPMF. Assim, se perceber R\$8 mil como salário, vai receber, na verdade, R\$4 mil. Ora, um homem que ganhava mensalmente por serviços prestados ao megaespeculador mundial George Soros uma quantia fabulosa, dispõe-se a ganhar uma quantia tão ínfima quanto esta! Aí está a diferença entre o político e o empresário do ramo da especulação. O político luta pelo futuro do seu Estado, do seu País, sem nenhum interesse econômico, sem nenhum interesse financeiro. E esse homem, que se acostumou a ganhar tanto dinheiro fácil, inclusive quebrando nações mais pobres, como aconteceu na Ásia, vem ao Brasil para servir ao Banco Central e ganhar essa miséria. Penso que essa pergunta tem que ser feita na sabatina do Sr. Armínio Fraga, para a qual estou inscrito. No entanto, como sou apenas suplente na Comissão de Assuntos Econômicos, sou dos últimos da lista. Se V. Ex^a chegar a sabatiná-lo, seria importante que perguntasse o porquê de tanta brasiliade de última hora. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

A sugestão de V. Ex^a é muito importante. Realmente, trata-se de uma importante indagação a ser feita ao Sr. Armínio Fraga. Não sei se poderei formulá-la porque também estou inscrito entre os últimos oradores da lista. Contudo, é bem provável que algum Senador a faça.

Todos sabemos que o Sr. Armínio Fraga é um especialista em mercado. Arrisco-me a dizer que sua vinda para o Banco Central se traduz num investimento no mercado futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Heiloisa Helena, vou destoar dos nobres colegas porque tratarei de assunto diverso daquele que aqui tem sido debatido por tantos oradores. Reconheço a importância dele. No entanto, como haverá uma sabatina na sexta-feira, penso que seria extremamente cansativo se abordasse esse mesmo assunto.

Há muitos tipos de política: a política partidária, a política agrícola, a política industrial, a política monetária, a política fiscal. Venho falar de uma outra política, pois parece que nos esquecemos dela. Não me refiro ao Senado. Refiro-me ao próprio País. Há acontecimentos que antes eram festejados largamente e que mereciam a atenção de toda a classe política e de toda a sociedade. Refiro-me a obras de grande vulto.

Penso que temos que nos preocupar com a administração neste País. Sr. Presidente, no dia 9 de fevereiro, fiz parte da comitiva presidencial. Desci em Corumbá, a cidade branca do meu Estado, cidade vizinha da Bolívia. Fui a solo boliviano para presenciar um ato de transcendental importância: a inauguração do primeiro trecho do gasoduto Brasil-Bolívia.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vejo muita discussão sobre este assunto; muito ao contrário, ele já caiu no esquecimento. Não vi saudação alguma a obra de tamanha importância, de tamanha relevância. Mas fui eleito por Mato Grosso do Sul. Minha obrigação aqui é defender os interesses do Estado que represento e que necessita de incentivos, de políticas de desenvolvimento.

Penso que está na hora de o Governo pensar administrativamente, acenar para os Estados em desenvolvimento. São aproximadamente 722km de canos do gasoduto enterrados no solo sul-mato-grossense. Canos que vão cortar centenas de municípios do Brasil, que percorrerão mais de três mil quilômetros até chegar ao Rio Grande do Sul! E nada há de diferente para os Estados em desenvolvimento. Tantas vezes tenho dito desta tribuna, em audiências, que precisamos de política para o interior do Brasil. Por que perder uma oportunidade dessa? Por que não ir a Mato Grosso do Sul e à Bolívia dizer o que faremos com o gás que atravessará o solo sul-mato-grossense para servir ao Brasil? Fico perplexo, não consigo entender, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, lá em Mato Grosso do Sul, ainda não saibamos o que vai acontecer conosco.

É preciso que os órgãos – e aí está criado o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – pensem nisso, porque, se não levarmos o desenvolvimento para o interior, se não tivermos políticas para o interior, ficaremos eternamente marginalizados, observando as desigualdades regionais cada vez mais acentuadas.

Essa é uma verdade verdadeira. Não vi ninguém "cantar" esse gasoduto Brasil-Bolívia, obra centenária de reivindicações, que o Presidente Fernando Henrique inaugurou juntamente com o Presidente da Bolívia.

Deparei-me com a inauguração da usina do Porto Primavera. Vejam lá se eu tenho ou não razão. A usina do Porto Primavera foi inaugurada, e lá homenageou-se o saudoso Ministro Sérgio Motta. Mas o que está ocorrendo com o Mato Grosso do Sul? Duzentos mil hectares do território sul-mato-grossense foram alagados para servir ao Brasil. Mato Grosso do Sul é Brasil. E cadê a compensação por essa inundação?

Reclamei desta tribuna reiteradas vezes. Solicitei ao Governo de São Paulo e às Centrais Elétricas daquele Estado que atendessem aos reclamos da população marginalizada, da população pobre, dos oleiros, dos ceramistas, dos pescadores, da população indígena ali residente, que foi desajolada. Vim pedir que ajudassem o sul-mato-grossense e o Estado do Mato Grosso do Sul.

Pois bem, foi firmado um convênio entre Mato Grosso do Sul e São Paulo há alguns anos por causa da Usina de Porto Primavera. Porém, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, estamos vendo ape-

nas parte ou quase nada dessas compensações: uma obra ou outra em algum Município. O Estado de São Paulo, por meio da CESP, responsabilizou-se pela construção de 150 km de pavimentação asfáltica, que uniria os Municípios de Bataguá a Santa Rita do Pardo e de Bataguá a Brasilândia. Parece-me inteiramente inexplicável que essas obras estejam paralisadas sob as mais diversas e diferentes desculpas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos saudar essas grandes obras, sim, mas vamos criar uma política para o seu aproveitamento, porque tenho ouvido dizer que elas já não servem mais para nada. Como não servem? Levantei uma estatística em que 3 milhões de propriedades agrícolas no Brasil dependem de lamparina para sua iluminação. Portanto, é preciso ter energia elétrica.

Teremos energia do gasoduto não poluente da Bolívia. Está certo, está tudo decantado, mas meu Estado será o corredor disso? Será que as indústrias vão para lá se não tivermos um preço diferenciado da energia para Mato Grosso do Sul? Será que não é justo? O gasoduto sai do território boliviano a US\$ 0,90 para entrar em Corumbá a US\$ 2,70. É preciso atentar para isso, ou vamos continuar servindo os grandes centros deste País em detrimento do nosso interior e das regiões mais pobres?

O Governo não pode perder essa oportunidade. É preciso levar esperança a esses brasileiros. É preciso inaugurar essa usina sem desalojar as populações. É preciso que a Usina do Porto Primavera entre em funcionamento para atender aos reclamos sociais.

Vinte milhões de brasileiros ainda não possuem eletricidade em suas casas. É um número muito grande! Precisamos ter uma política nesse sentido. Não é possível que apenas um terço da população rural deste País tenha acesso à energia e o restante funcione à lamparina.

Precisamos falar também de política de administração. Discutir política partidária, sim! Discutir reformas políticas, sim! Estamos vivendo numa tormenta econômica? Sim! Há uma tempestade? Sim, há uma tempestade. Mas há raios de esperança, Sr. Presidente. Precisamos levar esperança ao povo com entusiasmo, com sentimento.

Por que os organismos federais não apontam soluções para ajudar Mato Grosso do Sul, por

exemplo? Cito meu Estado, falando de desigualdades regionais. Cito meu Estado, porque esses dois empreendimentos a que me referi estão diretamente ligados a Mato Grosso do Sul. Um deles nos faz perder duzentos mil hectares de terra. Não é brincadeira, para um Estado cujas usinas, de Jupiá e Ilha Solteira, por exemplo, constituem o maior conjunto hidrelétrico do continente, com capacidade de 3,4 milhões KW. Em que redundou esse fato para Mato Grosso do Sul, que até ontem comprava energia elétrica de fora? É preciso olhar para o interior e atendê-lo. É preciso voltar ao tempo das políticas de desenvolvimento regional! Não podemos mais ficar discutindo apenas política monetária.

Nesse momento, é muito séria a preocupação que temos com os destinos do País. Ontem, o dólar superou a casa dos R\$2,00, o que é muito grave. Concordo com a importância de se discutir esse fato, mas isso não pode inibir, não pode frear os estudos e as realizações – o IPEA deve ter estudos à vontade. Precisamos de força para levar o progresso ao interior; precisamos ter metas e sinalizar; precisamos levar as agroindústrias para o interior. Não precisamos mais das chaminés que poluem as grandes metrópoles deste País, pois o Gasoduto da Bolívia vai passar por aqui, uma energia não poluente. As termelétricas previstas para Corumbá e Campo Grande estão à espera de realização há quanto tempo? Foram prometidas há quanto tempo? Está próxima a inauguração do gasoduto.

Desculpem-me. Não se trata de um complexo de inferioridade diante dos grandes centros, mas da verificação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de uma realidade. Não podemos mais concentrar o Brasil nas grandes metrópoles; ao contrário, precisamos desafogá-las. Para que haja esse desafogo, é imprescindível o sentimento de ir ao interior. É preciso que o Governo trabalhe administrativamente nesse sentido. Chegamos a um momento em que, talvez, a superação dessa crise tenha estreita relação com nossos próprios erros. Temos de reconhecer que erramos e conhecer os nossos próprios erros.

É evidente a influência das crises da Rússia e da crise asiática. Sem dúvida, estamos diante de uma globalização irreversível, porém muito cruel. Não tenho dúvidas quanto a isso, mas entendo que já era o momento de estarmos marchando rumo ao interior, aproveitando as nossas potencialidades.

O Brasil não pode parar; não há como este País parar. Estamos, inclusive, provando que somos

às vezes maiores que as crises. Quantas vezes isso não aconteceu no Brasil? Não vejo, portanto, razão para a desesperança. Ao contrário, penso que devemos levar a esperança e atentar para essas realidades.

Assim, ocupo esta tribuna hoje, Sr. Presidente, porque não poderia deixar passar essa oportunidade. As duas obras são, talvez, as maiores que se construíram neste País, inauguradas neste mês. Há quanto tempo sabemos do Gasoduto da Bolívia e até agora não sabemos o que vai acontecer. Acontecerá apenas em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande? Onde acontecerá, se não tivermos bem definido e claro diante da sociedade o que pretendemos com isso, quais os planos e programas para o aproveitamento dessa energia? O mesmo pode ser indagado com relação à Usina de Porto Primavera.

Então, ocupo esta tribuna hoje para dizer que temos de discutir aqui essas questões – e esta Casa tem de fazê-lo, porque é a Casa da Federação, e os problemas que afligem este País dizem respeito ao Senado da República. Como muita gente já discutiu política monetária, a grave crise econômica, é preciso que eu, ao enaltecer essas duas grandes obras, inauguradas neste mês pelo Presidente da República, com quase nenhuma referência nos órgãos de comunicação, também faça o meu apelo. Justifico, assim, a confiança que o povo me depositou para ser um dos seus representantes no Senado da República e defender os interesses da minha gente.

Mato Grosso do Sul está perguntando onde está e o que será feito com o Gasoduto da Bolívia. Está pedindo, exigindo, que se façam as obras de compensação urgentemente pela perda de duzentos mil hectares do seu território para a construção do Porto Primavera.

É isso que justifica a minha presença hoje nesta tribuna, Sr. Presidente.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me concede um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Exª com muito prazer.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Nobre Senador, em primeiro lugar, eu quero dizer que é nossa obrigação permanecer aqui até o final dos debates e participar de todas as discussões na Casa, porque é para isso que o povo brasileiro nos elegeu; por mais que o Senado não tenha cumprido com as suas prerrogativas constitucionais, ao menos estar

aqui, participando dos debates, é nossa obrigação. V. Exª ocupa a tribuna com um tema relevante, e eu tenho que saudá-lo. V. Exª, pelo menos, tem algo a falar sobre o Mato Grosso do Sul, as suas obras importantes. Não posso dizer o mesmo de Alagoas, porque a única coisa que temos em nosso Estado e que retrata o Governo Federal é a proteção da estrutura de corrupção da elite amiga do Presidente e a fome e a miséria da gigantesca maioria da população. O tema que V. Exª aborda é importante para todos nós brasileiros. O que é profundamente desencantador é que nas mesmas matérias em que se fala da inauguração da Usina de Porto Primavera fala-se também do processo de privatização. Isso é muito grave porque, diante deste dado relevante que V. Exª apresenta, de que há três milhões de propriedades agrícolas sem iluminação, todos nós que conhecemos as periferias, tanto das grandes cidades como das pequenas cidades do interior, temos a mais absoluta clareza de que a grande maioria da população brasileira não pode se submeter à lógica do setor privado. Temos que entender que a lógica do FMI e do setor privado não é de instituição filantrópica – pode ser, às vezes, até "pilantrópica" –, e sim de natureza financeira, portanto, visa lucro. Se visa lucro, não atende aos anseios da maioria da população. Então minha grande preocupação em relação ao tema que V. Exª traz neste fim de tarde é garantir a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico do nosso País, especialmente de regiões tão pouco privilegiadas no cenário nacional. Nobre Senador Ramez Tebet, V. Exª faz um alerta gravíssimo no sentido de que seu Estado não sabe ainda, efetivamente, o que será feito dessas obras. O processo de privatização dessa usina já se iniciou, e outras hidrelétricas serão privatizadas. Vai-se privatizar até o rio São Francisco. Daqui a pouco, vai-se tentar privatizar as torneiras de São Pedro. Esse processo de privatização está ocorrendo em áreas que considero essenciais – água e energia. Qualquer pessoa de bom senso, que sabe como funciona uma tarifa, sabe que as pequenas propriedades agrícolas, a periferia das cidades, as populações com menor poder aquisitivo só conseguem ter acesso à energia ou ao abastecimento de água em função do subsídio cruzado. Como é que vamos esperar desenvolvimento econômico se não pensarmos em obras de infra-estrutura, especialmente nestas duas áreas que são essenciais, abastecimento de água e fornecimento de energia, conforme falou V. Exª? Compartilho da sua indignação, nobre Senador. É importante estarmos neste debate, o que também deve ser feito com relação à política monetá-

ria e ao FMI, porque, quando chega ao Brasil uma missão do Fundo Monetário Internacional, temos a sensação de que não temos um Presidente eleito pelos brasileiros, mas um americano a nos conduzir, tendo em vista as ações tomadas. Angustia-me o fato de que tanto se tira do povo brasileiro para se construírem essas estruturas que, apesar de serem faraônicas, são importantíssimas para o desenvolvimento da Nação, mas não temos condições de vê-las voltadas em prol da Nação brasileira. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Nobre Senador, a Presidência informa a V. Ex^a que o prazo regimental da sessão expirará às 18 horas e 35 minutos e por isso vai prorrogar a sessão por mais 10 minutos para que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento e o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos também faça o seu registro nesta Casa.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, encerrarei, não sem antes agradecer à nobre Senadora Heloísa Helena, digna representante do Estado de Alagoas, do qual não ignoro as dificuldades. Houve um instante de extrema grandeza do Congresso Nacional. Foi o momento em que conseguimos, para as nossas regiões, três instrumentos constitucionais de fundamental importância, infelizmente, atuando de forma muito precária e num contexto econômico-financeiro de juros elevadíssimos. De sorte que os Fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que constam da Constituição de 1988, foram produto da união das bancadas dessas regiões. Três regiões que precisam de políticas de desenvolvimento regionais, a fim de que possamos saber o que queremos para ter uma Pátria melhor, em defesa da cidadania, da melhor qualidade de vida do nosso povo.

Sr. Presidente, deixo este registro porque entendo que o Brasil tem de falar sobre tudo, tem de falar administrativamente. É o que falta a este País. Precisamos crescer, não podemos parar. Essas obras são tão grandiosas que é impossível que não sejam colocadas a serviço da cidadania, a serviço dos mais necessitados e do desenvolvimento integrado de nossas regiões.

Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senadora, e a tolerância do nosso Presidente, que prorrogou a sessão para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento e o Senador Eduardo Siqueira Campos pudesse nos brindar com o seu talento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a benevolência e a compreensão da Presidência com relação à prorrogação da sessão a fim de que eu pudesse fazer uso da palavra.

Em verdade, meus nobres pares, eu pretendia, como fizeram os demais Senadores, vir a esta tribuna fazer a minha estréia, dizer da minha expectativa, da minha vontade de participar do debate nacional, trazendo as preocupações do povo tocantinense, da nossa gente, aquilo com que sonho poder fazer nesta Casa em prol do meu Estado e do meu País, o que farei na próxima semana.

Estive durante toda esta semana, como estarei até o final do meu mandato, sempre inscrito para ouvir, para participar do debate até o último orador. Pretendo sempre poder dar a minha colaboração, a minha participação, mas, infelizmente, o tempo urge, e o acontecimento de fatos graves, principalmente para a economia do nosso Estado e para a economia deste País, me fizeram vir neste final de tarde compartilhar com meus companheiros Senadores dessa preocupação específica que vai ao encontro do que dizia o Senador Ramez Tebet, da nossa necessidade de dirigir o esforço da Nação para repartir melhor as riquezas podendo, assim, distribuir a nossa população, evitando o acúmulo de pessoas nas grandes cidades e suas graves consequências.

Sr. Presidente, foi pensando nisso talvez que nossos técnicos, funcionários da Embrater, da Embrapa e das Emater estaduais, pesquisadores e membros de cooperativas conseguiram sensibilizar o Congresso e o Governo para o estabelecimento de um programa de cooperação nipo-brasileira que envolve recursos do Fundo Nakasone. Dessa forma, criou-se o Prodecer, que já tem uma unidade há muitos anos na cidade de Paracatu – MG e outra na cidade de Balsas – MA. Por empenho do Governo do Estado do Tocantins e dos nossos representantes no Congresso Nacional, conseguimos a instalação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados na cidade de Pedro Afonso.

Pois bem, Sr. Presidente, o Governo do Estado do Tocantins enviou uma missão ao Japão, integrada pelo eminentíssimo Senador Leomar de Melo Quintanilha, que neste momento preside a sessão, e lá pactuamos – Fundo, Tesouro e Governo do Estado do Tocantins – com a intervenção do Banco do Bra-

sil. Conseguimos definir um projeto que teria a aplicação de um total de recursos da ordem de US\$63 milhões. Sessenta por cento desses recursos, Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Ex^a, dos nobres Senadores e da Sr^a Senadora, viriam da cooperação japonesa, 30% do Tesouro Nacional e 10%, dos mutuários, dos membros das cooperativas, dos trabalhadores rurais, dos produtores organizados em cooperativas. Com o projeto, foram criadas unidades de armazenamento, irrigação, estradas, eletrificação rural; mil empregos diretos foram criados e alcançou-se uma produção de 86 mil toneladas.

Neste momento, Sr. Presidente, estou de posse de uma portaria da Secretaria do Tesouro nacional que fixa para este ano os juros a serem cobrados dos nossos produtores rurais: 29,34%. Talvez esse número já seja aceitável por todos aqueles que estão convivendo com este pesadelo do País campeão mundial dos juros. Mas o curioso, Sr^a Senadora, meus nobres Pares, é que para os recursos captados no Japão – 60% do orçamento do projeto – foi cobrada uma taxa de 2,75%. Então, o que nós temos, na verdade, é uma agiotagem oficial – que me desculpem as autoridades econômicas deste País.

É preciso ter em mente que é com programas como este que estamos evitando os inchaços das grandes cidades; é com programas como este que renasce em nós a esperança de ver o Brasil retomar a sua vocação agrícola.

Mas existem outros aspectos ainda mais curiosos nesta operação. Pela primeira vez nesta modalidade de programa, a Secretaria do Tesouro Nacional resolveu infligir ao Estado do Tocantins mais uma discriminação: para que nós não perdêssemos o programa, foi imposto ao Governo do Estado – mesmo sendo este um investimento privado, um investimento que envolve cooperativas, os produtores; não é um programa de Governo, mas um programa de cooperação que tem um financiamento a ser pago –, que pactuasse com 50%, com um aval de 50% da operação. Nós o fizemos, conscientes de que se tratava de um grande investimento a ser feito no nosso Estado, como de fato está sendo.

O Banco do Brasil ficou responsável pelo risco nos outros 50%. Para tanto, está cobrando uma taxa de 3% para a administração e outros 2% para o risco. O superintendente do Banco do Brasil no Estado do Tocantins admite que, ao final da operação dos 15 anos, o banco terá acumulado um lucro de 107%

com a operação. Isso é possível mesmo sendo o banco responsável por apenas 50% do risco. Os outros 50% estão a cargo do Estado do Tocantins, que obviamente não objetiva lucro, mas objetiva ver ali o desenvolvimento, a produção rural, a produção agrícola.

Temos aqui os resultados dos primeiros anos: 86 mil e 800 toneladas colhidas – equivalentes a US\$13,6 milhões – resultaram desta produção e foram arrecadados US\$2 milhões em impostos. Está aí o que nós deveríamos estar tendo como lucro nesta Nação. Entretanto, o Banco do Brasil, para nossa surpresa, neste caso, acumulará ao final da operação, segundo admite o próprio superintendente, 107% de lucro.

A exigência que foi feita por técnicos do Governo e pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Governo do Estado do Tocantins não foi feita para as outras duas iniciativas do Prodecer. Nada se impôs a Poder Público, a Governo de Estado, a Prefeitura ou a quem quer que seja. Mas fizeram os técnicos do Governo e a Secretaria do Tesouro Nacional ao Governo do Estado do Tocantins. Portanto, Sr. Presidente, há coisas a serem questionadas neste processo.

Alguém poderá perguntar: mas o Governo do Estado e os produtores não tinham conhecimento de que os juros praticados poderiam ser esses? De que poderiam ser esses os juros do mercado brasileiro? Sim, mas a nossa expectativa, como brasileiro, não era essa. Sabendo que o dinheiro foi captado a uma taxa de 2,75%, Sr. Presidente, como é que nós poderíamos esperar 29% de juros?

Está havendo inadimplência. Mas como é que não pode haver, Sr. Presidente? Como é que se pode querer que o homem do campo resista a uma situação como essa, mesmo com todo o seu conhecimento, com a participação da empresa binacional Campo, presidida pelo Dr. Emiliano Botelho, que tem técnicos à disposição da Cooperativa, que acompanham, que dão assistência, que acompanharam a implantação de silos e de toda essa infra-estrutura?

Como é que nós poderíamos esperar, Sr. Presidente, essa imposição ao Governo do Estado do Tocantins e a fixação dessa portaria, que está assombrando os produtores rurais, os trabalhadores? Se não fizermos alguma coisa, se um processo como esse vier a fracassar, veremos em má situação a nossa capital Palmas, que já é uma cidade bastante organizada, mas que vem crescendo a uma taxa de 29% ao ano. Aliás, se não fosse Palmas, o problema de Brasília seria ainda mais grave.

Sr. Presidente, precisamos fazer alguma coisa. Espero que, logo após a sabatina do Dr. Armínio Fraga, que já ocupa praticamente 100% do tempo desta Casa, do noticiário nacional e das nossas preocupações, a Comissão de Assuntos Econômicos possa se debruçar sobre esse assunto de tantas repercussões e reflexos. Afinal de contas, se processos como esse começarem a fracassar, as esperanças de ver o Brasil retomar o seu caminho de crescimento estarão definitivamente perdidas.

O Governador do Estado do Tocantins está enviando uma carta ao Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, pedindo-lhe, primeiramente, que seja reexaminada essa questão da obrigatoriedade de o Estado de Tocantins avalizar 50% desta operação. Isso é feito não porque o Estado não acredite nela. Ao contrário, os pressupostos básicos estão funcionando e produzindo conforme as expectativas dos técnicos. O que nenhum brasileiro poderia prever era a inviabilização do projeto por essa taxa de juros.

Está ganhando o Banco do Brasil e perdendo o povo brasileiro. Essa não é a função do Banco. Tenho certeza de que esse não é o espírito de seus funcionários. Falo isso na sua presença, meu nobre Presidente, Senador Leomar de Melo Quintanilha, que é funcionário de carreira do glorioso Banco do Brasil. Seguramente, essa política não é aquela que seus funcionários pretendem para a Instituição, tampouco a que nós, como representantes do povo, esperamos para o nosso Estado, Tocantins, que está em desenvolvimento.

Sr. Presidente, aguardamos um pronunciamento do Ministro Pedro Malan com relação a essa primeira discriminação. Já que o Banco do Brasil auferirá lucros com essa operação e cobra uma taxa de risco e uma de administração, não é justo que o povo do Estado do Tocantins veja a sua capacidade de endividamento diminuída, sofrendo prejuízos em captações de outros recursos em função desse compromisso.

Em segundo lugar, se o Brasil espera realmente vencer esta crise, se esse é o objetivo das autoridades econômicas, processos como esse têm de ser preservados. Como disse nesta Casa, 60% dos recursos foram captados a 2,75%. Se temos uma participação de 30% do Tesouro Nacional, que se faça, com base nesse montante, uma média daquilo que é razoável. Vemos o Banco da Amazônia emprestar dinheiro e desenvolver outros projetos também em nosso Estado a 6% ao ano.

Conversei hoje com produtores que disseram ser aceitável e possível, trabalhando bem com a terra, honrar os compromissos, que é o desejo de todos. Mas, absolutamente, não dessa forma, pois o processo torna-se inviável.

Quero crer que haverá bom-senso e que poderemos fazer um bom trabalho. Sou suplente na Comissão de Assuntos Econômicos e pretendo tratar dessa questão. Esse é o caminho para que o País reverta esse fluxo migratório da nossa população, desesperada em busca de alguma coisa que já não existe mais nas grandes cidades, a não ser o crime, a violência e a falta de emprego. Espero que o nosso trabalho sensibilize as autoridades econômicas e que possamos definitivamente dar esperanças aos membros da Coopersan, a cooperativa que está diretamente envolvida nesse projeto, à Empresa Campo e aos próprios técnicos japoneses, que vêm colaborando para o desenvolvimento desse projeto maravilhoso, que é o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado.

Sr. Presidente, pretendo, em outra oportunidade, saudar os meus nobres companheiros do Senado Federal, compartilhar com S. Ex^{as} as minhas preocupações e agradecer às Lideranças de todos os partidos que ontem assinaram um requerimento de minha autoria solicitando a criação da Comissão Especial da Criança, assunto ao qual desejo ater-me durante meu mandato.

Outro problema que nos preocupa muito é o dos registros. O Renavam – Registro Nacional de Veículos Automotores – é um órgão competente, totalmente computadorizado; prova disso é que se pode localizar um carro em qualquer lugar do País, seja pela placa, seja pelo chassi. De todos os registros, o mais defasado não é o da propriedade imobiliária ou intelectual, mas, indubitavelmente, o de nascimento. À certidão de nascimento não têm acesso milhares de crianças brasileiras que estão abandonadas nas ruas, sem qualquer perspectiva. Pretendo cobrar do Governo Federal uma política que atenda às expectativas do nosso povo e de seus representantes.

Agradeço a atenção da Presidência, bem como a dos eminentes Pares que aqui permaneceram até o final da sessão. Desejo voltar à tribuna para abordar assuntos importantes como esse e outros de interesse da nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE. (Leomar Quintanilha) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Lúcio Alcântara enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.^a será atendido.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) –
Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, subo a esta tribuna hoje com o firme propósito de sensibilizar Vossas Excelências a respeito de algo que julgo da maior relevância. Trata-se da urgência em se instalar de imediato o Comitê Nacional Consultivo de Bioética a partir de projeto de iniciativa do próprio Senado Federal. Antes, porém, da elaboração de tal projeto, convém que encetemos aqui um diálogo aberto, desarmado, profundo e sobejamente sensível sobre o tema da bioética, para que saibamos com exatidão a que fins serviria tal Comitê e sob que argumentos da realidade brasileira se justificaria. Para tanto, vale a pena passarmos em revista o conceito de bioética, sua aplicação no contexto brasileiro e, em seguida, visitarmos alguns modelos de comitês já estruturados no resto do mundo.

Na superfície, a bioética ainda soa para alguns como algo intangivelmente sofisticado e, para outros, estranhamente supérfluo dentro do contexto de quase indigência em que a saúde brasileira se encontra. Os meios de comunicação de massa chegam a comentar, por vezes, que se trata de assunto de competência exclusiva dos países do Atlântico Norte. Alegam que o País não acumula conhecimento suficiente para implementar programas avançados de pesquisa na área da biotecnologia, nem sequer alimenta pretensões hegemônicas de controle sobre a vida, que porventura cheguem a atentar contra a dignidade física e moral dos brasileiros.

Mais ainda, num raciocínio rasteiro e tipicamente colonialista, sociedade e mídia confundem a realidade da ovelha Dolly, por exemplo, com fragmentos do "maravilhoso" mundo da engenharia genética, decalcado da narrativa ficcional de Blade Runner, filme antológico de Ridley Scott, nos anos 80. Visualizam a clonagem como fenômeno de um futuro longínquo no tempo e no espaço, sem sequer se perguntarem se, por detrás da fantástica tecnologia da reprodução artificial, não se escondiam pressupostos e visões de mundo indissociavelmente autoritários, segregacionistas e – por que não? – fascistas.

Não é à toa, portanto, que o Projeto Genoma Humano, que funciona como verdadeiro laboratório experimental e caixa-forte dos genes humanos, é objeto de controvérsias incontáveis nos países de-

senvolvidos, envolvendo acima de tudo acirradas discussões éticas sobre a real finalidade e o destino de um banco de "dados" tão precioso e poderosamente manipulável rumo à eugenia. Nos Estados Unidos, quem se responsabiliza pela articulação e mobilização do debate nacional é o próprio **National Bioethics Advisory Commission**, que não casualmente funciona com avantajada autonomia ainda que institucionalmente vinculado ao Congresso Nacional de lá. Enquanto isso, para enfrentar a mesma questão no Brasil, ainda nos deparamos com a arcaica resistência das elites que tão-somente enxeram modernização pelo filtro do mimetismo do consumo importado. E nada mais.

Nessa linha, depreciam a bioética como se ela se ocupasse exclusivamente da censura moral a discursos e práticas comprometidas indiscriminadamente com a reprodução tecnológica da espécie humana. Esquecem-se de que, antes de tudo, compete a bioética preservar algum sentido moralmente fundador e socialmente agregador que justifique e forneça validade a experimentações científicas e tratamentos médicos com base em tecnologias que ameaçam o desmonte dos conceitos de inviolabilidade, singularidade e integridade do corpo humano. Em suma, no Brasil, sociedade e mídia ainda se comportam como se pairasse sobre nossas cabeças uma única ética dominante e soberana – de certo, sob inspiração utilitarista –, naturalmente invocada pela modernidade, que, a cada novo avanço biotecnológico, orientasse condutas e decisões contra os eventuais dilemas da moral sobre o conceito de vida e sua supressão.

Ora, recuso-me a fazer coro a vozes tão tacanhamente desinformadas e indiferentes – para dizer o mínimo. Pois convicto estou de que é hora de o Brasil despertar sua consciência para a gravidade do tema. A diversidade de nossa cultura, nossas discrepâncias econômicas e as graves injustiças sociais denunciam algo de muito complexo no processo de consolidação de uma ética nacional. Não sou eu que anuncio a gravidade, mas sim o próprio Ministério da Saúde, que busca suprir paliativamente a lacuna ética da biotecnologia com a implantação de pequenos comitês nos âmbitos das universidades.

A julgar pelos relatórios e pareceres produzidos por esses Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) – coordenados pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) –, o quadro brasileiro nos hospitais, clínicas, laboratórios e centros de pesquisa dispensa elogios efusivos ao descaso, à negligê-

cia, ao preconceito, ao autoritarismo, à banalização e à mercantilização do corpo humano. Do aborto à eutanásia, do transplante de órgãos à fertilização in vitro, da clonagem humana à produção artificial de alimentos, da UTI aos programas de combate a AIDS, em todos esses casos não há como negar o registro da mais desrespeitosa e intolerável improvisação ética no que concerne ao acatamento da consciência, dos valores, dos princípios, da necessidade e da vontade do indivíduo, que se vê paciente nas clínicas, que se vê cobaia ou informante no ambiente de pesquisa. E, obviamente, quando pensamos em improvisação, devemos necessariamente associar seu significado a um conjunto de condutas autoritárias por quem detém o poder de decidir e manipular o destino dos mesmos indivíduos, pacientes, e informantes.

É evidente, devo confessar, que tem havido avanços significativos desde a promulgação da Lei nº 8.974, de 1995, de autoria do então Senador Marco Maciel, que estabeleceu normas para o uso das técnicas de engenharia genética. A partir daí, vinculada ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, foi criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, cuja competência normativa lhe reserva o papel de garantir a preservação de algum dos mais estimáveis bens do homem, sua vida, sua saúde, sua higidez física, e, antes de tudo, o meio em que vive e do qual depende. No entanto, mesmo à biossegurança falta-lhe uma orientação ética que transcenda sua função jurídica, que indique-lhe as bases socialmente ideológicas sobre as quais a proteção do homem brasileiro e de seu meio-ambiente deve ser implementada.

Sr. Presidente, apesar de toda essa precariedade relatada, longe de nós atribuirmos à comunidade médica e científica responsabilidade absoluta por esse processo de agonizante deterioração da moralidade social, de cuja sólida legitimidade deveria, em tese, se cercar a preservação da vida e sua reprodução. Acontece que, na falta de políticas públicas socialmente mais justas e agressivas, o Estado e a saúde brasileira se fragiliza progressivamente, abrindo flancos a distorções éticas as mais monstruosas no sistema moral que rege nossa relação com o próprio corpo humano. O que é mais grave, diante do histórico desequilíbrio no perfil da distribuição de renda no País, não há sopro ético que impeça per se o surgimento de condutas verdadeiramente imorais no âmbito das pesquisas médicas que envolvam seres humanos.

Mais especificamente, os brasileiros menos assistidos não resistem a propostas nitidamente inde-

centes de "amputação" de órgãos em troca de alguns meros trocados. Enquanto na Índia a prática de venda de partes do organismo humano vem-se consumando como rotina "naturalizada" entre as castas menos privilegiadas para fins de salvaguarda da honra e da sobrevivência, o comércio clandestino de órgãos no Brasil se impõe como importante fonte de renda para muitas famílias que não hesitam em negociar sangue, rins, córnea, coração, fígado etc., visando compensação monetária.

Segundo Débora Diniz e Dirce Guilhem, ambas pesquisadoras do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Bioética da UnB, em virtude de o Brasil não possuir em instância nacional uma entidade que estude as implicações éticas de determinadas práticas médicas e científicas, a população corre diária e injustamente risco moral e de vida. Elas enfatizam que, no caso do Brasil, é a população menos favorecida que fica sujeita, de fato, a todas as arbitrariedades cometidas pelo Estado e pelas autoridades médica e científica. Como é de conhecimento comum, em nosso País, a classe médica desfruta de um poder de decisão sobre vida e morte que extrapola constrangedoramente qualquer nível de civilidade. Desprovido de um controle social mais efetivo – talvez até em função de um traço cultural desfavorável –, a esfera de ação do profissional da medicina e de pesquisadores excede a dimensão eticamente recomendada. O abuso do arbítrio médico e das políticas de saúde em casos de aborto, transferência de órgãos, internação em UTIs, entre outros, configura ausência desoladora de uma discussão nacional sobre a pertinência ética de práticas tão aviltantes.

Nesse sentido, o surgimento de um comitê nacional consultivo de bioética não só acompanharia encaminhamento institucional já instalado em países adiantados, mas também instauraria de vez uma discussão séria e democrática sobre tema tão polêmico quanto urgente. Não se trata de buscar condenações e punições precipitadas, mas sim fixar balizamento ético que oriente condutas e decisões no relacionamento da medicina e da biotecnologia com as convicções culturais e individuais sobre a integridade do corpo humano. Trata-se, sim, de buscar a construção de uma original "bioética brasileira", capacitada a enfrentar, mediar e dar respostas aos conflitos morais emanados das diferentes questões bioéticas relacionadas com os costumes vigentes em nossa sociedade.

Para que isso se concretize, é recomendável que o Brasil consulte e analise modelos similares já experimentados em outros países. Sobre agências e laboratórios que desenvolvem, apóiam e regulam

pesquisas envolvendo seres humanos, os Estados Unidos já contam com o funcionamento de uma comissão nacional que supervisiona o novo setor do conhecimento tecnológico dentro do âmbito da bioética. Lá, o National Bioethics Advisory Commission (NBAC) é composto por 15 membros indicados pelo Presidente da República. Entre outras atribuições, compete ao NBAC propor sugestões e recomendações ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia dos Estados Unidos, no que concerne à conveniência/adequação de políticas e programas relacionadas aos assuntos bioéticos suscitados por pesquisas na área da biologia e do comportamento humano.

Além disso, cabe ao NBAC identificar princípios cujo eixo norteará a conduta ética das pesquisas, embora isso não se confunda com a delegação de responsabilidade sobre a crítica e a aprovação de projetos específicos. Prevê-se ainda que o NBAC deva receber sugestões tanto do Congresso quanto do povo em geral. Quanto a prioridades, o NBAC deve, na ordem, dirigir sua atenção a determinadas considerações: proteção de direitos e bem-estar de indivíduos envolvidos com pesquisas; e negócios ligados ao gerenciamento e uso de informação genética, incluindo mas não limitando ao patenteamento do gene humano.

Nos países da Europa em geral, já há alguns anos funcionam os comitês nacionais de ética. Na atualidade, entretanto, a Europa se debate com a efetiva implementação da Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina (Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e da Dignidade do Ser Humano sobre a Aplicação da Biologia e da Medicina) que, em grande medida, delinea os parâmetros de ação dos comitês nacionais. Segundo Daniel Serrão, representante de Portugal no comitê de elaboração do documento, foram seis anos entre elaborar o texto original da convenção e tentar chegar ao texto ideal que conseguisse a ratificação da maior parte dos países do Conselho da Europa, que se compõe de 41 países.

A polêmica entre os países-membros do Conselho não é menos turbulenta. Por exemplo, a Alemanha, que ainda não ratificou a convenção, proíbe experiências com embriões humanos e preocupa-se com o excesso de permissividade da convenção em relação a este tema. A convenção determina condições restritas para as pesquisas que utilizem embriões humanos. Não obstante, os ingleses não querem restringir-se aos embriões já existentes, querem criá-los para os estudar e proceder a investigações.

Para solucionar os impasses e os temas mais polêmicos, como os transplantes de órgãos, a procriação medicamente assistida e a genética, o Conselho da Europa requisitou a elaboração de protocolos mais pormenorizados para serem anexados à convenção. Aliás, o primeiro a estar pronto foi o que diz respeito à clonagem. Eis a recomendação: "Qualquer intervenção que procure criar um ser humano geneticamente idêntico a outro ser humano, vivo ou morto, é proibida". Apesar disso, a despeito de todos os esforços, até agora apenas 23 dos 41 países membros do Conselho da Europa ratificaram o documento, que desde abril de 97 está concluído e à disposição para ser assinado.

Diante do acima exposto, reitero a premência de o País instaurar debate sério e democraticamente articulado sobre a bioética, de modo a buscarmos consenso na criação do Comitê Nacional Consultivo de Bioética no âmbito do Congresso Nacional. Pela extrema sensibilidade que sei que lhes é própria, convicto estou de que o tema toca em profundidade a consciência de cada um de Vossas Excelências. Por isso, estou solicitando à Consultoria Legislativa do Senado estudo técnico detalhado, esboçando projeto de lei que cria o Comitê Nacional Consultivo de Bioética. A bioética não é assunto do futuro: merece ser tratada com a iminência e a responsabilidade do agora.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Senhoras e Senhores Senadores que constarão da sessão ordinária deliberativa de amanhã, a realizar-se às 10h, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 1, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 37, de 1999 - art. 281 do Regimento Interno)

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas I do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação juizados espe-

ciais – **habeas corpus** tribunal superior STF e tribunal estadual STJ), tendo

Parecer favorável, sob nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 3, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 38, de 1999 - art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 1999, Relator: Senador José Roberto Arruda), que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a contratar operação de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo como garantidor a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até um bilhão e cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 1993

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993 (nº 3.343/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Parecer sob nº 576, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Odacir Soares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995, acolhido parcialmente no substitutivo.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 1995

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993)

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995 (nº 367/91, na Casa de origem), que altera dispositivos

da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 94, DE 1994

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1994 (nº 1.306/91, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Parecer sob nº 579, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Nabor Júnior, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo); e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1995.

– 6 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 8, DE 1995

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1994)

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1995 (nº 100/91, na Casa de origem), que revoga o parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

(OS.: 10811/99)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

24-2-99
Quarta-feira

10:30 – Senhor Abdellatif Filali, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos

15:30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

P U B L I Q U E . S E
Em 22/02/99

Patricia Grivel Brügger
Patricia Grivel Brügger
Chefe-Gabinete
Diretoria Geral

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 37, DE 1999

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001777/99-8;

RESOLVE designar o servidor JORGE PAULO FUNARI ALVES, matrícula 4732, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 22 de fevereiro de 1999.

Antônio Carlos Magalhães
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Publique-se em 24/02/1999

Alvaro Mattos
Alvaro Mattos
José Paulo Botelho Cobucci
(Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 790, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002392/99-2,

RESOLVE dispensar o servidor JOBERTO MATTOS DE SANT'ANNA, matrícula 3723, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 791, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002255/99-5,

RESOLVE dispensar a servidora FRANCISCA DO SOCORRO ALVES, matrícula 3154, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Arlindo Porto, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 03 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martins
José Danilo Botelho Coimbra
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 792, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002378/99-0,

RESOLVE designar a servidora KEILA PINTO DA SILVA, matrícula 3901, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Quarta Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Alvaro Martins

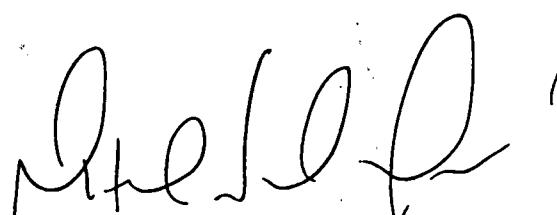
José Daulo Botelho Cabral
P/Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 793, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002749/99-8,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ PEDRO CELESTINO, matrícula 1979, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Mecanógrafo-Revisor, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 08 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Alvaro W. Martinus

José Paulo Botelho Gobuci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 794, DE 199**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002358/99-9,

RESOLVE dispensar o servidor WHILDAKER CAMPOS DE ABREU, matrícula 4174, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24.2.99
Alvaro Martins

José Paulo Boedhr Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 795, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002522/99-3,

RESOLVE dispensar o servidor LAZARO DARQUE DE ALMEIDA, matrícula 2740, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martin

José Paulo Botelho Gobuciol
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 796, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002989/99-9,

RESOLVE designar o servidor OSMAIR HENRIQUES DA SILVA, matrícula 2426, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martini

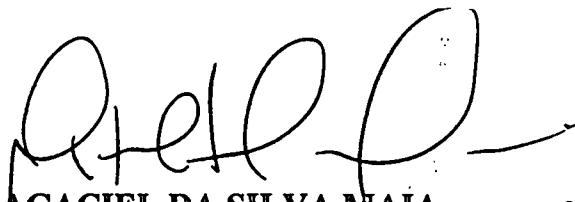
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 797, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002628/99-6,

RESOLVE designar a servidora PAULA MARIA ABREU DE BARROS MONTEIRO, matrícula 0444, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Osmar Dias, com efeitos financeiros a partir de 05 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Alvaro Martini

José Paulo Batelha Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 798, DE 199**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002883/99-6,

RESOLVE designar o servidor RICARDO LUIZ SANTOS PORTO, matrícula 3577, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Leomar Quintanilha, com efeitos financeiros a partir de 09 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Alvaro Martins

PI José Paulino Bozella Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 799, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001782/99-1,

RESOLVE dispensar o servidor **RONALDO ROCHA MELO**, matrícula 4660, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área-2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Jonice Tristão, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, FC-6, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/1999

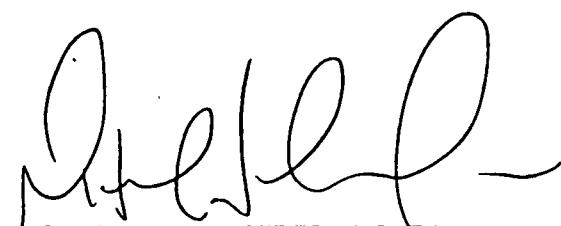
Alvaro M. Botelho Cobucci
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 800, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002936/99-2,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO COELHO RIBEIRO, matrícula 4032, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 10 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

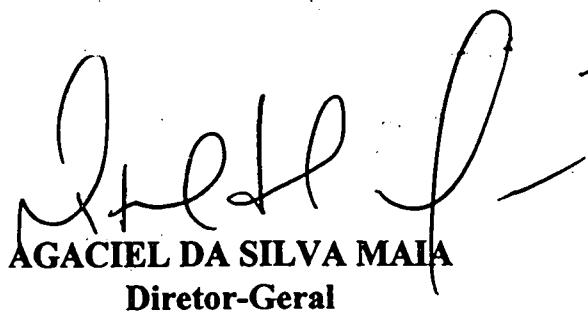
Publique-se em 24/02/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 801, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002942/99-2,

RESOLVE designar a servidora MARCIA COSTA RAMOS, matrícula 3761, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martin

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

PI

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 802, DE 199**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002661/99-3,

RESOLVE designar o servidor AURECIO ALVES CALDEIRA, matrícula 2389, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - A Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Arlindo Porto, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em

24/02/99
Alberto Martins
José Paulo Botelho Gobuac
P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 803, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002768/99-2,

RESOLVE designar o servidor JOSE ELIAS GOMES DE ALMEIDA, matrícula 3487, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Alberto Silva, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*Publique-se em 24/02/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES
P/*

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 804, DE 199**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002821/99-0,

RESOLVE designar o servidor HONORATO DA SILVA SOARES NETO, matrícula 4671, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 09 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martins

José Paulo Boelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 805, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002885/99-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ FERREIRA MENDES, matrícula 2792, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Geraldo Cândido, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, com efeitos financeiros a partir de 10 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Alvaro Wartim

José Daulo Botelho Cobucci
Presidente do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 806, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002403/99-4,

RESOLVE dispensar a servidora VANDA MARIA BARROS MENDES, matrícula 4882, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 5 - Especialidade de Enfermagem, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Enfermagem, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 1999, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

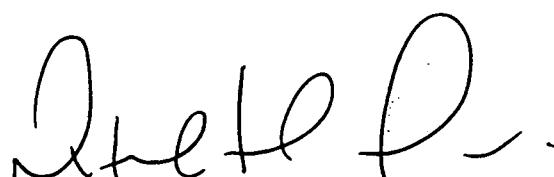
Publique-se em 24/02/99
Alvaro Montan
José Paulo Botelho Cebuaci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 807, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002404/99-0,

RESOLVE designar a servidora RAQUEL ROCHA LOPES, matrícula 4881, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 6 - Especialidade de Enfermagem, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Enfermagem da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cebuaci
P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 808, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016910/98-2,

RESOLVE designar o servidor LUIZ HENRIQUE DE FARIA LEITE, matrícula 5213, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 28 de dezembro de 1998.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Olavo Martins
José Paulo Roselto Cobuci
P/Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 809, DE 199

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003413/99-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁTIMA TEREZINHA PEREIRA**, matrícula 30435, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se, em 94/02/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 810, DE 199**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003413/99-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ERALDO VIEIRA CÉSAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 24/02/99
Alvaro Maia

Jose Paulo Botelho Cobuci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

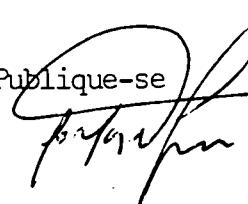
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 811, DE 199**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001777/99-8;

RESOLVE dispensar o servidor **JORGE PAULO FUNARI ALVES**, matrícula 4732, da Função Comissionada Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



Publique-se

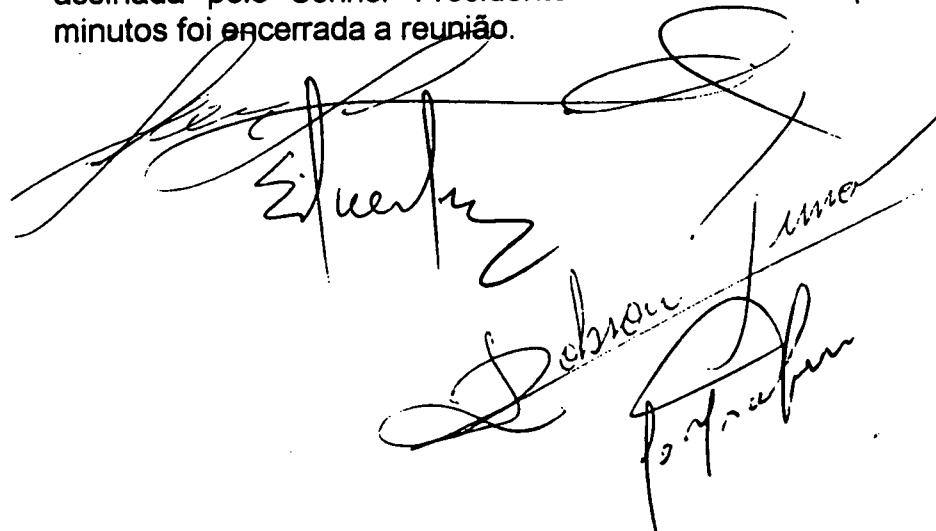
**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO GRUPO BRASILEIRO
DA ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO,
REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 1999, PARA
ELEIÇÃO DO CONSELHO E DE SUA COMISSÃO
EXECUTIVA. (1999-2003)**

Às nove horas e trinta minutos do dia 02 de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, no 27º andar

do Anexo I do Senado Federal, realizou-se, em Segunda convocação, a Reunião Plenária do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, conforme convocação publicada no Diário do Congresso Nacional de 27 janeiro de 1999, Seção II, página 02231. Assinaram o Livro de Presenças 43 Senhores Parlamentares: Senador CARLOS WILSON, Deputado ROBSON TUMA, Deputado HERÁCLITO FORTES, Deputado PEDRO VALADARES, Deputado LÉUR LOMANTO, Deputado DILIO PISANESCHI, Senador BERNARDO CABRAL, Senador GERALDO MELO, Senador EDISON LÓBÃO, Deputado JOSE CARLOS ALELUIA, Senador ANTONIO VALADARES, Deputado RUBEM MEDINA, Deputado LUIZ PIAUHYLINQ, Senador NEY SUASSUNA, Senador LEOMAR QUINTANILHA, Senador GERSON CAMATA, Deputado PAULO DELGADO, Senador RAMEZ TEBET, Deputado ÁTHILA LINS, Deputado SIMÃO SESSIM, Deputado BENITO GAMA, Deputado INOCÉNCIO OLIVEIRA, Deputado UBIRATAN AGUIAR, Senador CASILDO MALDANER, Senador HUGO NAPOLEÃO, Deputado MANOEL CASTRO, Deputado CUNHA BUENO, Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES, Deputado EDUARDO CAMPOS, Senador JOSÉ JORGE, Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA, Deputado IBERÉ FERREIRA, Deputado AECIO NEVES, Deputado LUIZ CARLOS HAJLY, Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA, Deputado JOSÉ ANIBAL, Deputado JACQUES WAGNER, Deputado VIC PIRES FRANCO, Senador ROMEU TUMA, Deputado ZÉ INDIO, Deputado ARTHUR VIRGILIO NETO, e Deputado ANTONIO GERALDO. O Senhor Presidente, Senador CARLOS WILSON, ao abrir os trabalhos usou da palavra para, em nome da Comissão Executiva, agradecer a todos os colegas a confiança e o alto espírito de colaboração manifestados durante o período de sua gestão. Agradeceu, ainda, a colaboração prestada pelo Secretário-Geral do Grupo, Senhor Wellington Franco de Oliveira e pelo Senhor Jacy Manhães, ressaltando a eficiência e o zelo daqueles servidores no desempenho de suas funções. A Presidência comunicou aos presentes a situação financeira do Grupo nesta data: Banco do Brasil : conta no 412014-0 : Conta Corrente – R\$ 1.570,27 (hum mil, quinhentos e setenta reais e vinte e sete centavos); Conta Aplic 30 – R\$ 211,76 (duzentos e onze reais e setenta e seis centavos) e Conta BB Títulos R\$ 36.775,23 (trinta e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e

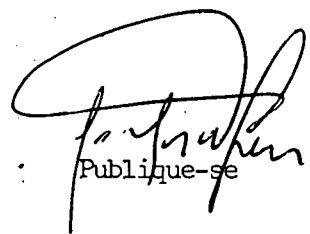
vinete e três centavos). **conta no 4I2433-2 R\$ 0,00 e conta no 4I2492-8 R\$ 0,00.** Adiantou, ainda, que, a Prestação de Contas relativa ao exercício de 1998 será enviada às duas Casas do Congresso no decorrer do mês de fevereiro e, após o seu exame pelo Tribunal de Contas da União e sua devolução ao Grupo Brasileiro, será ela apresentada à nova Comissão Executiva, ficando à disposição dos participantes do Grupo e aberta ao exame dos interessados. O Senhor Presidente, declarando a finalidade da reunião, mandou que fossem lacradas as Urnas a fim de que, obedecendo ao item 1 da convocação, se procedesse à votação para o Conselho e Comissão Executiva, para o período de 1999 a 2003. Foi apresentada chapa única encabeçada pelo Senhor Deputado ROBSON TUMA. Procedida e encerrada a votação o Senhor Presidente Senador Carlos Wilson convidou os Senhores Deputados LEUR LOMANTO e ATILA LINS para servirem como escrutinadores. Votaram 43 Membros. Aberta a primeira urna foram encontradas 43 sobrecartas, número coincidente com o de votantes. A apuração dos votos para a composição do Conselho e Suplentes acusou o seguinte resultado: **MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO:** Com 43 votos foram eleitos os Senhores: Senadores CARLOS WILSON, EDISON LOBÃO, LUDIO COELHO, ROMEU TUMA, RAMEZ TEBET, NEY SUASSUNA, BERNARDO CABRAL, JOSE JORGE e os Deputados: JOSÉ ANIBAL, AECIO NEVES, PEDRO VALADARES, CUNHA BUENO, ROBSON TUMA, HERACLITO FORTES, RUBEM MEDINA, GEDDEL VIEIRA LIMA, PAULO DELGADO, JOSE CARLOS ALULIA, BENITO GAMA, ATILA LINS, UBIRATAN AGUIAR, ALOYSIO NUNES FERREIRA, INOCENCIO OLIVEIRA, HENRIQUE EDUARDO ALVES e LEUR LOMANTO. **MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO:** Também com 43 votos foram eleitos os Senhores: Senadores: RONALDO CUNHA LIMA, CASILDO MALDANER, GERSON CAMATA, HUGO NAPOLEÃO, JOÃO ROCHA, ANTONIO VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, GERALDO MELO, PEDRO PIVA e os Senhores Deputados: DUILIO PISANESCHI, JAQUES WAGNER, CASSIO CUNHA LIMA, ANTONIO GERALDO, IBERE FERREIRA, FLAVIO DERZI, SARNEY FILHO, LUIZ CARLOS HAULY, VIC PIRES FRANCO, MANOEL CASTRO, LUIZ PIAUHYLINO, ARTHUR VIRGILIO NETO, AROLDO CEDRAZ, EDUARDO CAMPOS e SIMÃO SESSIM. Foi aberta, a seguir, a segunda urna, tendo sido nela encontradas 43 sobrecartas, número coincidente com o de votantes. A eleição para a **COMISSÃO EXECUTIVA** acusou o seguinte resultado: **Presidente:** Deputado ROBSON TUMA – 1º **Vice-presidente:** Deputado HERACLITO FORTES – 2º **Vice-Presidente:** Senador EDISON LOBÃO – 1º **Secretário:** Deputado RUBEM MEDINA - 2º **Secretário:** Deputado MANOEL CASTRO - **Tesoureiro:** Deputado PEDRO VALADARES –**Membros Permanentes do Conselho:** Senador CARLOS WILSON, Senador BERNARDO CABRAL, Deputado BENITO GAMA e Deputado DUILIO PISANESCHI – **Suplente dos Membros Permanentes do Conselho:** Deputado EDUARDO CAMPOS. Após a apuração o Senhor Presidente anunciou o resultado da eleição e declarou empossados os

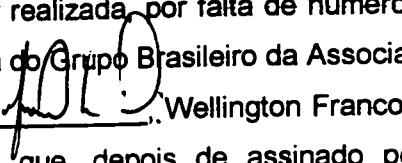
componentes do Conselho e da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo para o período 1999-2003. O Senhor Presidente, Senador CARLOS WILSON, convidou o Senhor Deputado ROBSON TUMA, eleito para a Presidência, para assumir a direção dos trabalhos. O Senhor Presidente eleito agradeceu a confiança de seus pares ao guindá-lo à direção do Grupo Brasileiro, manifestando, ainda, disposição para continuar envidando esforços para elevar o conceito da Entidade quer nacional, quer internacionalmente, solicitando, para tanto, o apoio de seus colegas eleitos. Por proposta da Presidência, aprovada por unanimidade, foi indicado para assinar com o Presidente, na ausência do Senhor Tesoureiro, o Senhor 1º Vice-Presidente do Grupo. O Senhor Presidente, Deputado ROBSON TUMA, suspendeu os trabalhos por 30 minutos para que se redigisse a presente Ata. Eu,  Wellington Franco de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata. Às 15.30 horas foi reaberta a reunião, tendo sido lida a Ata que, colocada em votação, foi aprovada sem restrições e, após assinada pelo Senhor Presidente, será enviada à publicação. Às 15.35 minutos foi encerrada a reunião.



ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

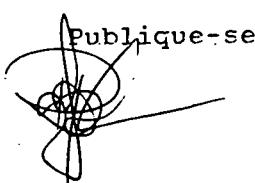
GRUPO BRASILEIRO


Publique-se**TERMO DE REUNIÃO**

Aos dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, deixou de ser realizada, por falta de número, a reunião, em primeira convocação, da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo. Assim, para constar, eu,  Wellington Franco de Oliveira, Secretário, lavrei o presente Termo de Reunião que, depois de assinado pelo Senhor Presidente, será enviado a publicação.



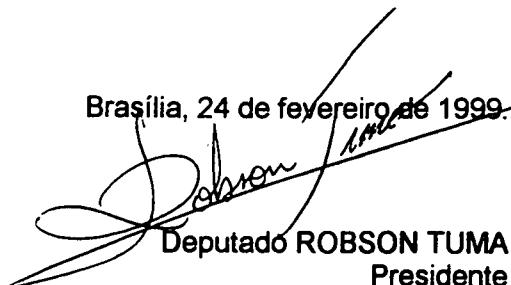
ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO
Grupo Brasileiro


Publique-se**CONVOCAÇÃO**

De acordo com o art. 12 do Regimento Interno do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, fica convocada, à exceção dos meses de recesso

parlamentar, reunião ordinária da Comissão Executiva do Grupo, para a última Quarta-feira de cada mês, na sala 2704 do Anexo I da Câmara dos Deputados, às 9.00 horas em primeira convocação e às 9.30 horas, com qualquer número, em segunda convocação.

Brasília, 24 de fevereiro de 1999.


Deputado ROBSON TUMA
Presidente

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleitos em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

(2) Falecido, em 23.10.98

(3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará

(4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa

(5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVICO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:	CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
	CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
	CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609) - VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)
	CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

PUBLIQUE-SE, EM

24 / 02 / 99

Francisco Guilherme T. Ribeiro
Chefe do Serviço de Comissões
Permanentes do Senado Federal

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PRESIDENTE: FERNANDO BERZERRA
VICE-PRESIDENTE: BELLO PARGA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	1- GERSON CAMATA
JOSÉ FOGAÇA	RS-1207/1607	2- PEDRO SIMON
JOSÉ ALENCAR	MG-4018/4621	3- ROBERTO REQUIÃO
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/4065	4- ALBERTO SILVA
MAGUITO VILELA	GO-3149/3150	5- MARLUCE PINTO
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	6- MAURO MIRANDA
RAMEZ TEBET	MS-2221/2227	7- WELLINGTON ROBERTO
NEY SUASSUNA	PB-4345/4346	8- AMIR LANDO
CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297	9- JOÃO ALBERTO SOUZA
TITULARES		SUPLENTES
JORGE BORNHAUSEN	SC-4200/4206	1- JOSÉ AGRIPINO
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/2417	2- JOSÉ JORGE
EDISON LOBÃO	MA-2311/2317	3- ROMEU TUMA
BELLO PARGA	MA-3069/3072	4- BERNARDO CABRAL
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	5- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
FREITAS NETO	PI-2131/2137	6- GERALDO ALTHOFF
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	7- MOZARILDO CAVALCANTI
TITULARES		SUPLENTES
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1- PAULO HARTUNG
PEDRO PIVA	SP-2351/2355	2- ÁLVARO DIAS
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/2287	3- LUIS PONTES
OSMAR DIAS	PR-2121/2125	4- ROMERO JUCÁ
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348	5- VAGO
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/3217	1- ANTONIO CARLOS VALADARES
LAURO CAMPOS	DF-2341/2347	2- SEBASTIÃO ROCHA
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	3- ROBERTO FREIRE
ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/4230	4- MARINA SILVA
JEFFERSON PERES	AM-2061/2067	5- HELOÍSA HELENA
TITULAR		SUPLENTE
LUIS OTÁVIO	PA-3050/4393	1- ERNANDES AMORIM
REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.		SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO		2- SALA DE REUNIÕES: 311-3255
SECRETARIA: 311-3516/4605		E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br
FAX: 311-4344		ATUALIZADA EM: 24.02.99

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO

RJ-2171/72

1-SEBASTIÃO ROCHA

MARINA SILVA - PT

AC-2181/87

2-LAURÓ CAMPOS - PT

DF-2341/47

EMILIA FERNANDES

3- ROBERTO FREIRE

HELOISA HELENA

JOSÉ EDUARDO DUTRA

TIÃO VIANA

4- JEFFERSON PERES

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-MARINA SILVA - PT	AC- 2181/87
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-HELOISA HELENA	
JEFFERSON PERES		4- EDUARDO SUPLICY	

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SÉCRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 23/02/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

SEBASTIÃO ROCHA
HELOISA HELENA

EMILIA FERNANDES - PDT RS-2331/37
ROBERTO SATURNINO
MARINA SILVA

1- GERALDO CÂNDIDO
2- ANTONIO CARLOS
VALADARES
3- LAURO CAMPOS
4- TIÃO VIANA
JEFFERSON PERES

PPB

PTB

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5° feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA

1-EDUARDO SUPILCY - PT
2- ROBERTO SATURNINO
3- EMILIA FERNANDES

SP-3215/16

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5^{as} feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
EDUARDO SUPLICY	SP	2- TIÃO VIANA	
GERALDO CÂNDIDO		3- JOSÉ EDUARDO DUTRA	
ROBERTO FREIRE		4- ROBERTO SATURNINO	

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

**EDUARDO SUPLICY - PT
JOSÉ EDUARDO DUTRA
JEFFERSON PERES**

SP-3215/16

**1-GERALDO CÂNDIDO
2- ROBERTO SATURNINO**

RJ-2171/72

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 23/02/99

**7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
	PFL
	PMDB
	PSDB
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)
	PPB + PTB

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
[REDACTED]	PFL
[REDACTED]	PMDB
[REDACTED]	PSDB
[REDACTED]	BLOCO OPOSIÇÃO (PTE, PDI, PSB, PPS)
[REDACTED]	PPB / PTB

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA N° 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

SECRETÁRIO-GERAL:

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO:

(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
1 -	1 -
2 -	2 -
PFL	
1 -	1 -
	2 -
PSDB	
1 -	
PPB	
1 -	
PTB	
1 -	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 -	1 -

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 -	1 -
2 -	2 -
PMDB	
1 -	1 -
2 -	2 -
PSDB	
1 -	1 -
2 -	2 -
PPB	
1 -	
PT / PDT / PC do B	
1 -	1 -

SECRETARIA DA COMISSÃO

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANEXO II – SALA T/24 – BRASÍLIA – DF – 70160-900

FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 318-2154

SECRETARIA:

Atualizada em 24-2-99

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS